

MARÇO DE 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Mensagem do Ministro

Silvio Serafim Costa Filho

O ano de 2023 foi desafiador e ao mesmo tempo gratificante para o Ministério de Portos e Aeroportos e toda nossa equipe, cuja capacidade, dedicação e empenho eu só tenho que reconhecer e agradecer. Sendo o primeiro ano sob a Presidência do Presidente Lula, recebemos a missão de reestruturar esta Pasta Ministerial e a política nacional de transportes aquaviário e aeroviário, ao mesmo tempo em que realizamos e entregamos os compromissos setoriais assumidos no período. Olhando o que foi realizado, temos muito que comemorar. Em primeiro, destaco nossa **gestão orçamentária e financeira** no exercício. Tivemos uma dotação orçamentária de R\$ 5,768 bilhões, dos quais empenhamos R\$ 1,448 bilhão e, desse total, foram pagos R\$ 998,17 milhões. Considerando ainda o que foi desembolsado com o estoque de restos a pagar (RAP) decorrente dos anos anteriores, nossa execução financeira total alcançou R\$ 1,058 bilhão, o que consideramos adequado para o primeiro ano de gestão, tendo em vista todos os ajustes orçamentários necessários. Com o lançamento do Novo PAC em 27 de setembro, a carteira sob responsabilidade da nossa Pasta foi definida e é da ordem de R\$69,1 bilhões, dos quais R\$54,8 bilhões em investimentos portuários, R\$4,1 bilhões para hidrovias e R\$10,2 bilhões para aeroportos. Desse total, é importante destacar que 80% se referem a recursos privados e 20% de recursos da União, para o período de 2023-2026 e pós 2026, estabelecendo a previsibilidade que os setores econômicos tanto exigem e necessitam para melhor planejar e cumprir os contratos com o Poder Público. No tocante à execução das políticas e ações voltadas ao **sistema aeroportuário**, destaco que a aviação comercial brasileira fechou 2023 com 112,6 milhões de passageiros transportados nos mercados doméstico e internacional, um volume 15,3% superior ao total observado em 2022. Temos 12 concessionárias privadas que já investiram cerca de R\$28,5 bilhões em melhorias de infraestrutura e serviços aos usuários em 59 terminais no país. Atualmente, os aeroportos concedidos são responsáveis por atender cerca de 93% dos passageiros e 99% do total de carga aérea transacionada no mercado doméstico e oriundas de importação. Já os investimentos públicos executados por meio do Fundo Nacional de Aviação Civil totalizaram R\$521,5 milhões, dos quais R\$299,5 milhões foram pagos, o que correspondeu a 57,4% do executado. Ao longo do ano, desenvolvemos o Programa Voa Brasil, a ser lançado em 2024, baseado na exploração de capacidade ociosa das aeronaves por meio do estímulo à oferta de passagens aéreas domésticas de baixo preço a um público que hoje não usufrui do transporte aéreo. A primeira fase do programa dedicaremos aos aposentados pelo INSS com renda mensal de até dois salários-mínimos e aos estudantes bolsistas do Prouni que não tenham viajado de avião nos últimos 12 meses. Comemoramos também a relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal/RN, por mais 30 anos. Dedicamos também uma especial olhar para a aviação regional, dos aeroportos distantes dos grandes centros. Celebramos 8 convênios de delegação aeroportuária com Estados e Municípios de Norte a Sul do País. Três aeroportos foram atribuídos à gestão do Governo Federal: Mossoró/RN, Santana do Paraíso-Ipatinga/MG e Flores-Manaus/AM. Ainda, foram conferidas anuências prévias para concessão do Aeroporto de Cabo Frio/RJ pelo Município e para concessão do Aeroporto Regional Sul, em Jaguaruna/SC, esse pelo Estado. Avançamos também no planejamento, com nova versão do Plano Aeroviário Nacional – PAN, que se encontra em fase de revisão final para publicação. Para o **setor portuário**, 2023 foi um ano de celebração, pela comemoração dos 10 anos do Marco Legal do setor, a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, conversão da MP 595/2012. A Lei modernizou o modelo Landlord no País e definiu regime jurídico próprio para os Terminais de Uso Privado (TUP), um modelo que provou ser de sucesso, sem as restrições impostas pela legislação anterior. A Lei dos Portos proporcionou plena abertura do mercado de serviços portuários, maior concorrência, modernização dos portos públicos, além de lugar de destaque para o planejamento setorial e para a melhoria da gestão das Companhias Docas.

Hoje, nosso sistema é formado por 35 portos organizados (públicos), 20 Autoridades Portuárias Públicas, sendo 15 portos federais, 18 delegados a Estados/Municípios e 2 recentemente concedidos à iniciativa privada. Temos ainda 223 terminais de uso privado (TUP), 43 estações de transbordo de carga (ETC) e 4 instalações de turismo privadas, todos fora da área dos portos públicos. Outra vitória alcançada em 2023 foi a renovação do regime especial do REPORTO por mais 5 anos, uma demanda dos setores portuário e ferroviário ao Presidente Lula, pela qual o Ministério de portos e aeroportos e o Ministério dos Transportes trabalharam conjuntamente, tendo em vista a função estratégica desse regime para os investimentos desses setores de transporte. Ao longo do ano, foram leiloados 11 áreas nos portos de Paranaguá/PR, Maceió/AL, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Rio Grande/RS, destinadas a cargas diversas e terminal de passageiros, totalizando novos investimentos da ordem de R\$1,416 bilhão e com R\$ 241,8 milhões em outorgas. Quanto à gestão de contratos de arrendamento vigentes, foram celebrados 7 termos aditivos, autorizados 4 investimentos urgentes, mediante Termos de Risco de Investimentos (TRI), resultando em um total de mais R\$1,08 bilhão de novos investimentos. Para as instalações portuárias privadas autorizadas, foram assinados 10 contratos de adesão que autorizam cerca de R\$9,0 bilhões em novos investimentos, para todos os tipos de perfis de carga. Também, foram assinadas 25 alterações contratuais visando atualizar as autorizações às novas condições requeridas para o funcionamento dos terminais, resultando em novos investimentos de R\$5,31 bilhões. Iniciamos as tratativas e o planejamento para a realização da COP30, a ser realizada em Belém/PA, em novembro de 2025, sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República. O grande destaque do ano no setor foi dedicado ao Porto de Santos, com o início da parceria com o Governo do Estado de São Paulo e a Autoridade Portuária de Santos, para o projeto do Túnel imerso Santos-Guarujá, maior empreendimento portuário do Novo PAC. O túnel terá cerca de 800 metros de extensão, ligando as margens direita e esquerda do Porto de Santos, com vias duplicadas, via para VLT, ciclovias e passeio para pedestres. Será uma concessão patrocinada, com prazo de 30 anos, e investimento estimado de R\$5,9 bilhões. Fizemos a primeira etapa, com a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre Autoridade Portuária, Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal e os preparativos para a abertura da fase de consulta pública, agendada para se iniciar em março de 2024. Com relação à Política Pública de Construção e Reparação Naval, por meio de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, foram aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo o financiamento total em 2023 de R\$13,8 bilhões, o que compreende projetos 701 novas embarcações a serem fabricadas em estaleiros nacionais, em especial para o transporte em hidrovias, além de projetos de modernização e manutenção de embarcações e estaleiros. Para o setor hidroviário, destacamos a publicação do aprovado o Plano Geral de Outorgas Hidroviárias (PGO) pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, marco histórico para o setor, que indicou 13 trechos de interesse econômico, dos quais 6 estratégicos. Iniciamos, em parceria com a Antaq e a INFRA S.A., o estudo para a futura concessão da hidrovía do Rio Madeira, cujo leilão está previsto para o primeiro semestre de 2025. Em seguida, prosseguiremos com a hidrovía do Paraguai, da Lagoa-Mirim e da Barra Norte do Amazonas. O potencial é enorme. Atualmente movimentam-se 141 milhões de toneladas pelas hidrovias do país, sabendo-se que menos de 50% do total das vias navegáveis são economicamente exploradas.

Por tudo o que foi realizado em 2023, temos convicção de que estamos no caminho certo e que ainda há muito mais por fazer e entregar à sociedade. Como Ministro responsável por Políticas Públicas tão estratégicas para nosso País, concluo esta mensagem assegurando total responsabilidade pela integridade, fidedignidade, precisão e completude das informações deste Relatório. Uma boa leitura!



Missão e Visão

Missão

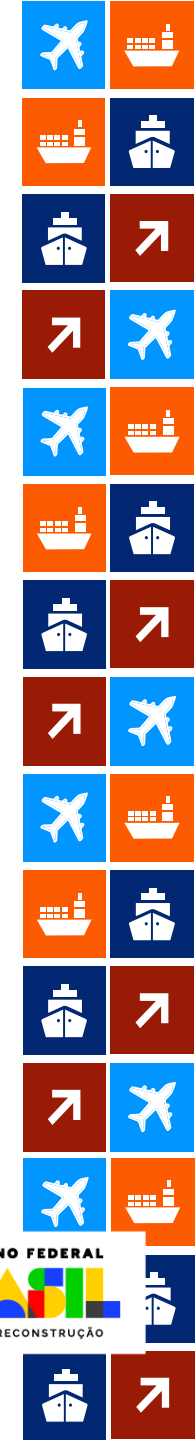
Proporcionar infraestruturas aquaviária, portuária e aeroportuária modernas e sustentáveis que atendam com eficiência e excelência às necessidades de transporte seguro e eficiente de pessoas e bens, com vistas ao aumento da competitividade nacional.

Visão

Tornar-se órgão de referência em infraestrutura pública sustentável de logística e transportes, com capacidade estatal de inovação e resposta às necessidades da sociedade, aos efeitos de mudança do clima, com eficiência, integridade, confiabilidade, segurança jurídica, transparência e responsabilidade.

MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Estrutura Organizacional

No dia 1º de janeiro de 2023, a Medida Provisória nº 1.154/2023, a primeira do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Essa norma desmembrou o Ministério da Infraestrutura em duas novas pastas: i) O Ministério de Portos e Aeroportos e ii) Ministério dos Transportes. O Ministério de Portos e Aeroportos ficou com as atribuições relacionadas ao transporte aéreo, aquaviários e hidroviários.

O Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023, definiu a estrutura organizacional do Ministério de Portos e Aeroportos da seguinte forma:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

i) Gabinete; ii) Assessoria de Participação Social e Diversidade; iii) Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos; iv) Assessoria Especial de Comunicação Social; v) Assessoria Internacional; vi) Assessoria Especial de Controle Interno; vii) Corregedoria; viii) Ouvidoria; ix) Secretaria-Executiva; e x) Consultoria Jurídica.

II - órgãos específicos singulares:

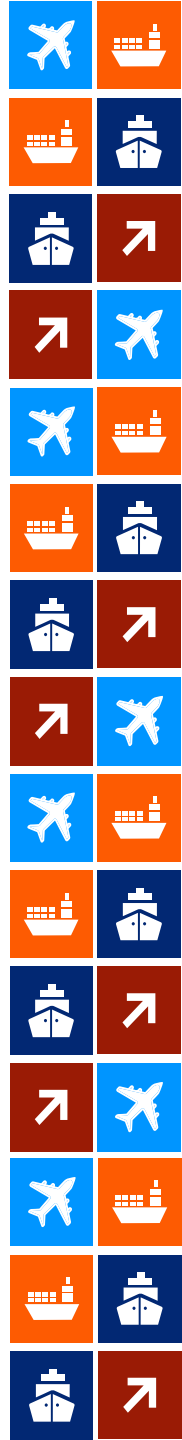
i) Secretaria Nacional de Aviação Civil: Departamento de Investimentos e Departamento de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias Aeroportuárias; ii) Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários; Departamento de Navegação e Hidrovias; Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias; e Departamento de Gestão e Modernização Portuária.

III - Órgãos colegiados:

i) Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; ii) Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos; iii) Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias - Conaero; e iv) Conselho de Aviação Civil – Conac.

IV - entidades vinculadas:

i) Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq; e ii) Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; iii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero; iv) Companhia Docas do Ceará - CDC; v) Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba; vi) Companhia Docas do Pará - CDP; vii) Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern; viii) Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; e ix) Autoridade Portuária de Santos S.A.



Organograma – Ministério de Portos e Aeroportos



Perfil dos Dirigentes



Ministro de Estado de Portos e Aeroportos
Silvio Serafim Costa Filho

Formado em pedagogia pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) com especialização em Administração.



Secretária Executiva
Mariana Pescatori Candido da Silva

Engenharia Civil pela Universidade de Brasília - UNB. Possui especialização pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) — MBA em Engenharia e Gestão Portuária e Mestrado em Navegação Aérea e Gestão da Aviação Civil pela ENAC - Ecole Nationale de l'Aviation Civile (2021). Servidora de Carreira (especialista em regulação) da Agência Nacional de Aviação Civil.



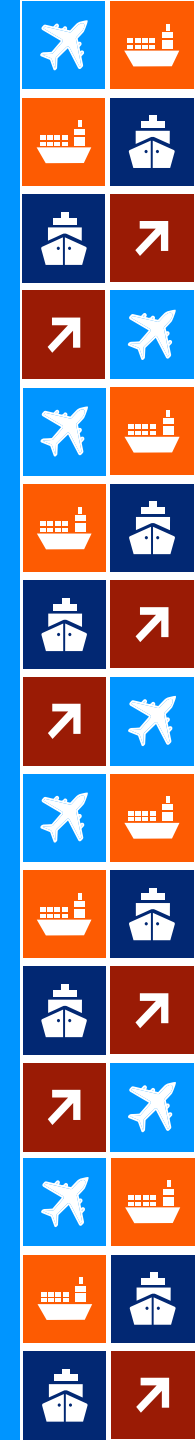
Secretário Nacional de Aviação Civil
Juliano Alcântara Noman

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília - UNB, realizou curso de extensão em Gestão de Infraestrutura Aeroportuária no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e mestrado em Gestão de Navegação Aérea na École Nationale de L'Aviation Civile (ENAC). Servidor de Carreira (especialista de regulação) da Agência Nacional de Aviação Civil.



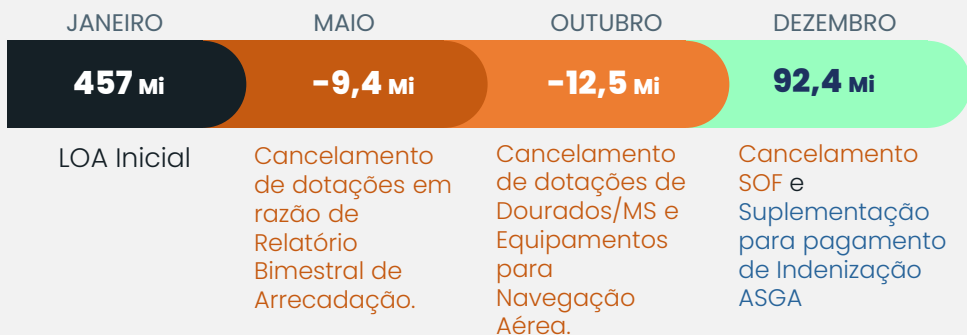
Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
Alex Sandro de Ávila

Graduado na área de Ciências Humanas (Letras) pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. Possui especialização em Gestão Estratégica de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e Gestão de Portos pela Faculdade Unyleya.

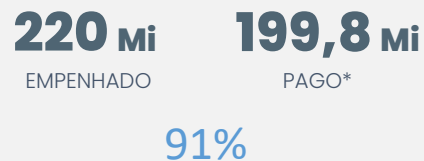




DOTAÇÃO LOA E CRÉDITOS



ASGA PAGAMENTO DE
INDENIZAÇÃO

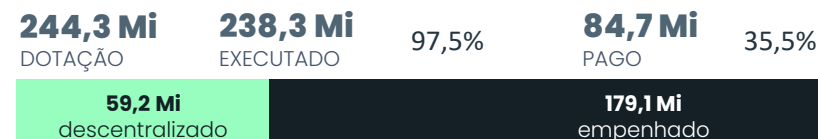


*ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO - ANAC

EXECUÇÃO POR GRUPO



AEROPORTOS

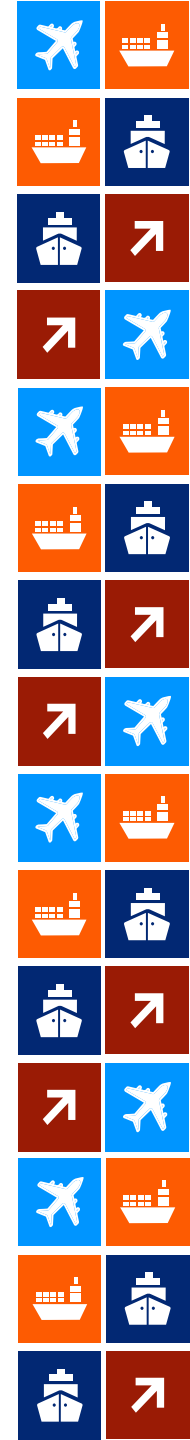
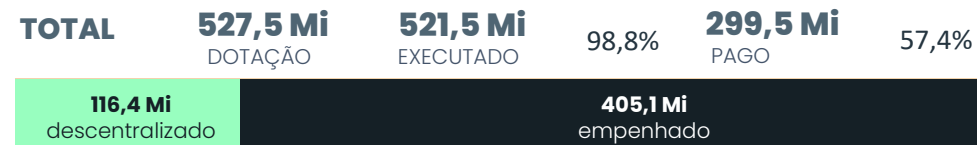


DESENVOLVIMENTO, ESTUDOS E CAPACITAÇÃO



\$

INDENIZAÇÃO ASGA



Aviação Civil

O Programa Aviação Civil do PPA 2020-2023 busca atender os desafios do setor, com atenção voltada para “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial”, em consonância com as diretrizes traçadas pela Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

Ao longo de 2023, observou-se a consolidação da retomada dos movimentos de aeronaves, impulsionado com o arrefecimento da pandemia do COVID -19 aliado ao processo massivo de vacinação. Também verificou-se uma flexibilização das políticas de restrição das fronteiras, o que levou a um aumento dos voos internacionais e um crescimento da malha doméstica. Entretanto, a malha aérea ainda não alcançou os patamares de 2019, que fora um ano de pico.

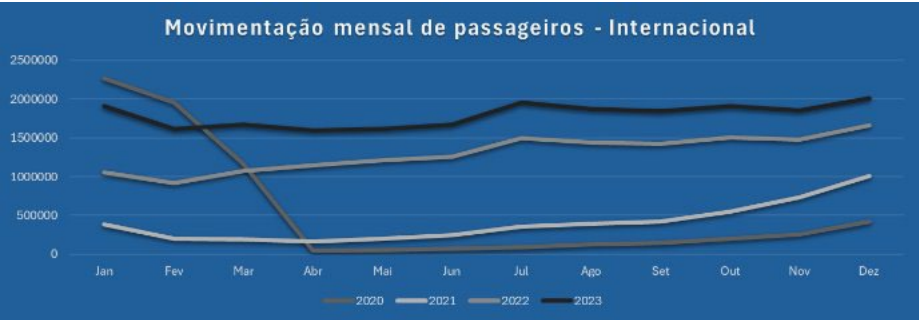
As figuras abaixo e ao lado mostram o comportamento da movimentação doméstica e internacional em 2023 comparado às curvas de 2021, 2021 e 2020.



O programa é monitorado continuamente e contribui para a melhoria dos indicadores da aviação civil brasileira com foco na competitividade (número de aeroportos atendidos e quantidade de passageiros transportados), na qualidade (satisfação dos passageiros) e na segurança da aviação civil. Assim, foram criados três subíndices com diferentes pesos para a composição do IDAC:

- Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária (IDRA) – no cálculo deste subíndice são considerados somente os aeroportos que tiveram operações por pelo menos 8 meses, conforme alteração metodológica realizada em 2020. Com isso, se encaixaram no critério 151 aeroportos e o resultado foi de 0,848.
- Índice de Satisfação Geral dos Passageiros (ISGP) - a pesquisa de satisfação dos passageiros foi realizada pelo MPOR de março a dezembro de 2023. Não foi possível realizar a pesquisa nos meses de janeiro e fevereiro em virtude da finalização do processo licitatório de contratação da empresa prestadora daquele serviço. Com isso, a nota do primeiro trimestre do ano só considera o mês de março. Dessa forma, para fins metodológicos, será considerado o valor medido na pesquisa de março para a apuração do primeiro trimestre de 2023. Deste modo, o valor de satisfação dos passageiros anual aferido foi de 4,38 em uma escala que a nota máxima é 5. . Após aplicação da fórmula, obteve-se o valor do ISGP de 0,490.
- Índice de Segurança da Aviação Civil (ISAC) – após utilização dos parâmetros de busca no sítio do CENIPA, obteve-se o resultado de 1 acidente com operações regulares no ano de 2023. Após aplicação da fórmula, o resultado do ISAC foi de 0,600.

2023	IDAC - Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil					
	Resultado	Meta	Peso	Subíndices	2023	Meta
	0,691	0,665	0,5	IDRA	0,848	0,653
			0,3	ISGP	0,490	0,684
			0,2	ISAC	0,600	0,667



Conheça o Brasil: Voando

Em setembro de 2023, foi firmado um Protocolo de Intenções que representa um compromisso estratégico entre os Ministérios do Turismo, Ministérios de Portos e Aeroportos, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e as principais companhias aéreas do país. Este protocolo visa a promover o turismo nacional por meio de uma série de iniciativas reunidas sob a marca "Conheça o Brasil: Voando".

Uma dessas iniciativas é a criação de um Plano de Ação para promover o Stopover no Brasil, que se destaca como uma oportunidade significativa para impulsionar viagens no Brasil, permitindo que os viajantes explorem cidades brasileiras durante suas escalas. O Plano de Ação elaborado com base nesse protocolo abrange desde avaliações legais e técnicas até o desenvolvimento de campanhas de marketing, visando ao crescimento sustentável do setor de turismo brasileiro.

Essas iniciativas não só enriquecem a experiência dos viajantes, mas também fortalecem a posição do Brasil como um destino turístico diversificado e acolhedor, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico do país.

Termo de Execução Descentralizada

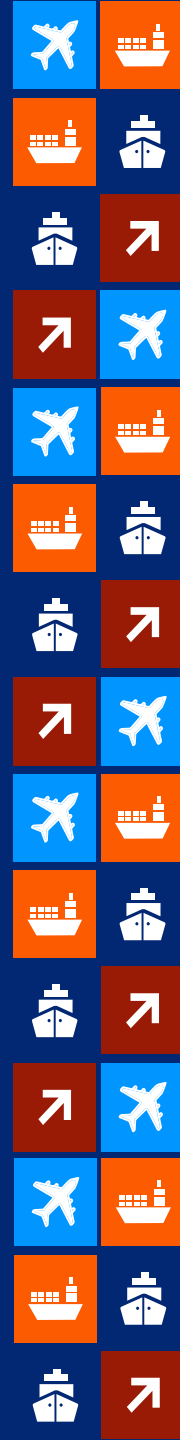
Parceria entre o MPOR e MTUR

Em dezembro de 2023, foi firmada parceria com o Ministério do Turismo por meio de um Termo de Execução Descentralizada, com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) com a finalidade de ampliar a conectividade aérea internacional do Brasil e garantir uma melhor experiência do turista estrangeiro nos aeroportos brasileiros.

A Embratur foi contratada para elaborar o Edital com o objetivo de estabelecer as diretrizes e os procedimentos para o Programa de Aceleração do Turismo Internacional (PATI).

Metas a serem atingidas:

- Realizar ações de promoção internacional, no âmbito do desenvolvimento de serviços aéreos internacionais, com vistas a aperfeiçoar mecanismos de estímulo do turismo e da conectividade do Brasil com outros países.
- Elaborar e publicar edital de seleção de propostas de companhias aéreas e aeroportos, que tenham como objetivo a implementação de estratégias para aumentar o número e frequência de voos para o Brasil, na temporada IATA W24, e possibilitar o aumento do número de assentos em aeronaves com destino ao Brasil. Meta desejada: aumento de 75 mil novos assentos em aeronaves com destino ao Brasil.
- Selecionar, pelo menos, dez propostas de soluções inovadoras com o objetivo de melhorar a experiência do turista internacional nos portões de entrada do Brasil.

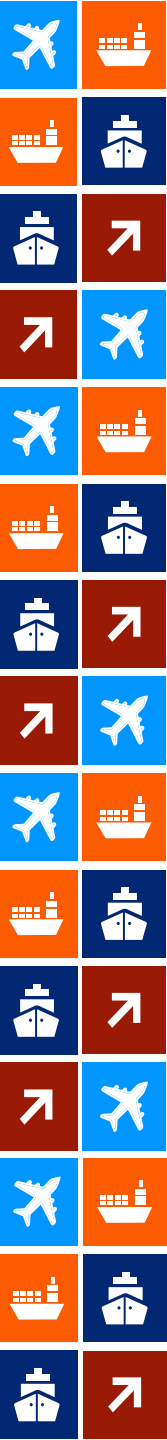


Aviação em números

A aviação civil comercial brasileira fechou 2023 com 112,6 milhões de passageiros transportados no mercado doméstico e internacional, valor 15,3% superior ao total observado no ano de 2022. Até 2026, o objetivo é que a aviação brasileira transporte mais 140 milhões de passageiros.

Responsável por administrar 59 terminais no país, as 12 concessionárias privadas já investiram cerca de R\$ 28,5 bilhões em melhorias de infraestrutura e serviços aos usuários.

Atualmente, os aeroportos concedidos são responsáveis por transportar cerca de 93% dos passageiros no mercado doméstico e internacional e 99% do total de carga aérea transportada.



Plano De Universalização Do Transporte Aéreo

MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

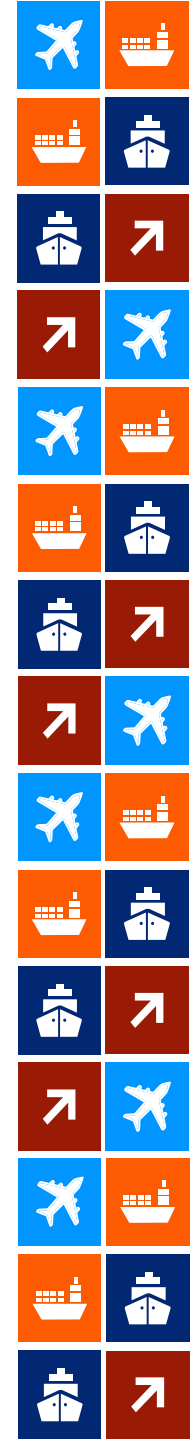
O Plano de Universalização do Transporte Aéreo foi idealizado para potencializar ainda mais os voos no país, melhorando o acesso da população ao serviço e consolidando a retomada do setor.

O MPOR e as três principais companhias aéreas do país (Gol, Latam e Azul) anunciaram, em dezembro de 2023, a primeira etapa do Plano de Universalização do Transporte Aéreo para 2024.

Entre as principais iniciativas, foram anunciadas o aumento da quantidade de voos, ampliação de frota e tarifas mais acessíveis para compras realizadas com antecedência da data da viagem.

Ademais, o MPOR reuniu os presidentes das 12 concessionárias que administram 59 aeroportos brasileiros, o que representa 99% do mercado. Com a finalidade de apresentar ações para o fortalecimento da aviação comercial do país, como a ampliação de rotas regionais e internacionais.

A previsão é que as concessionárias invistam mais de R\$ 20 bilhões nos próximos anos.



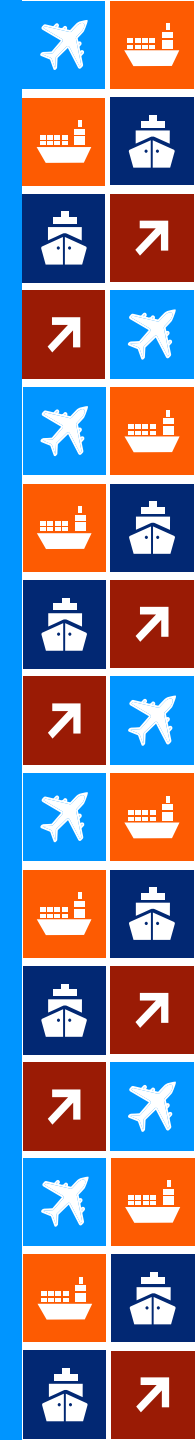
Promoção da Segurança da Aviação Civil

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos:

- segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security).

A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety - certificação e fiscalização - alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea - como, por exemplo, os atentados terroristas.

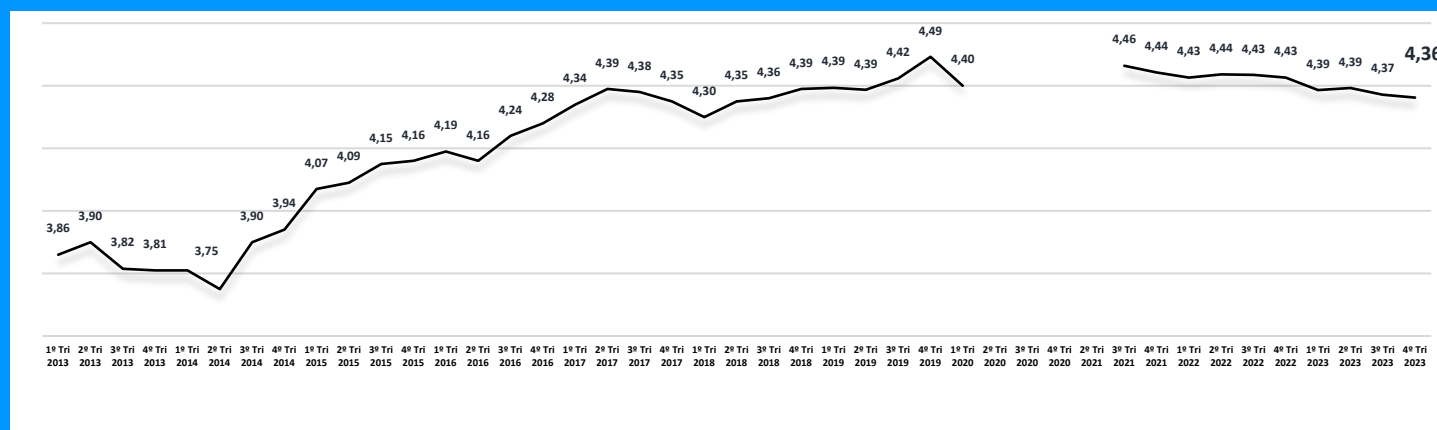
No que se refere à segurança do transporte aéreo, foram realizadas fiscalizações, no ano de 2023, de diversos itens relativos a infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade. Essas ações contribuíram para a manutenção da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens no menor patamar. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa 0 (zero) em 2016, mantendo-se em 0 (zero) até o presente momento. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.



Satisfação Geral do Passageiro

Adotando a premissa da qualidade dos serviços ofertados e a importância da opinião dos passageiros nas decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, é realizada pesquisa de satisfação do usuário, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, sendo realizado o monitoramento do desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagem, dentre outros, nos principais aeroportos do país.

EVOLUÇÃO DA MÉDIA DA SATISFAÇÃO GERAL DO PASSAGEIRO 2013-2023
(escala de 1 a 5)



Nota: Em razão da pandemia de Covid-19, a pesquisa foi suspensa entre 2020 e 2021 Fonte: Própria

Novo sistema de Controle de Carga e Trânsito CCT Importação – Modo Aéreo

Cabe destacar que entrou em operação em Agosto de 2023, o novo sistema de Controle de Carga e Trânsito CCT Importação – Modo Aéreo, coordenado pela Receita Federal, com o apoio do MPOR, que busca integrar os sistemas corporativos das empresas ao Portal Único do Comércio Exterior, viabilizando uma comunicação rápida, segura e transparente. A lógica do processo de fiscalização passa a ser a da não-intervenção humana no fluxo logístico. O novo processo é baseado no gerenciamento de riscos intensivos. Dessa forma, estima-se reduzir em até 90% os casos de intervenção humana, garantindo, ainda, maior segurança a partir de controles mais eficientes e inteligentes. Como consequência, espera-se uma redução significativa no tempo médio (a meta é reduzir em até 80%) e nos custos envolvidos.

Também por meio do TREINAR, foram capacitados 354 profissionais em 11 cursos, ministrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, voltados para a operação e gestão dos aeroportos públicos de pequeno e médio porte, de forma a proporcionar a continuidade e melhoria das operações aeroportuárias, dentro de níveis adequados de segurança, prover condições para o crescimento sustentável da malha aérea civil e melhorar a qualidade dos serviços prestados por aeródromos brasileiros.

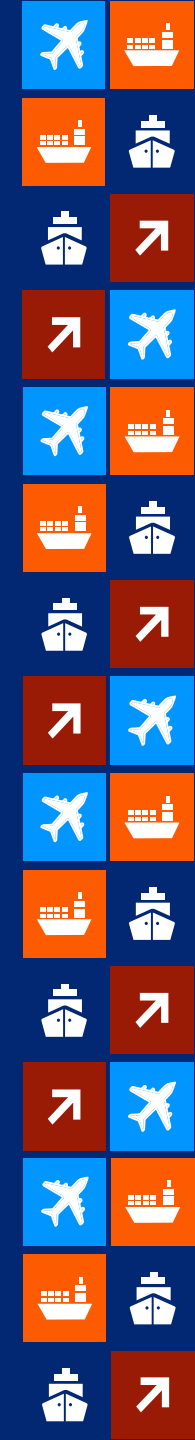
Já em relação aos Estudos e Planejamento da Aviação Civil, com vista ao cumprimento das diretrizes do Plano Integrado de Transportes, avançou-se significativamente nos trabalhos voltados à atualização do plano tático setorial de aviação civil, Plano Aeroviário Nacional – PAN 2022 – 2052. O PAN foi submetido à Audiência Pública nos meses de agosto e setembro de 2023 pela página <https://www.gov.br/participamaisbrasil/plano-aeroviarionacional-2022> e foi motivo de elogios do TCU por sua transparência e governança. Atualmente encontra-se em processo de revisão das contribuições para sua publicação final, ainda no primeiro semestre de 2024.

Capacitação profissional e desenvolvimento tecnológico

A SAC/MPOR, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e com o apoio do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania - MDHC e da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, está conduzindo um amplo estudo visando a melhoria da acessibilidade no transporte aéreo brasileiro denominado "Projeto Aviação Acessível".

Em sua primeira fase, o Projeto buscou compreender as principais barreiras que interferem ou impedem o acesso dos passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida ao transporte aéreo no país, elaborando um Manual com critérios, diretrizes e melhores práticas para acessibilidade no contexto da aviação civil no país, incluindo material para apoiar a capacitação de operadores aéreos e aeroportuários, bem como desenvolveu uma metodologia para avaliação do nível de atendimento/adesão às práticas de acessibilidade estabelecidas no Manual e, ainda, estabeleceu uma pesquisa contínua com o objetivo de permitir aos passageiros com deficiência avaliarem as práticas de acessibilidade adotadas por aeroportos e companhias aéreas.

No Manual, lançada em Junho 2023, foram estruturadas um total de 92 práticas, agrupadas em 4 dimensões : gestão, comunicação, deslocamento e uso, visando apoiar os operadores aéreos e aeroportuários na implementação adequada das boas práticas de acessibilidade, em seu aspecto amplo, de modo a proporcionar maior qualidade e dignidade no atendimento à passageiros com deficiência.



Programa Voa Brasil

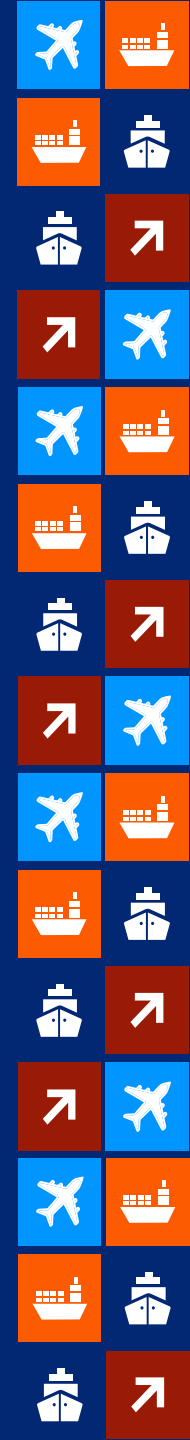
O Programa Voa Brasil, idealizado pelo MPOR, tem por objetivo fomentar a inclusão social de novos usuários ao modal aéreo e promover a eficiência do setor por meio da otimização de utilização de capacidade ociosa das aeronaves, a partir do estímulo da oferta de passagens aéreas domésticas no valor limite de R\$ 200 a um segmento específico da população que atualmente não participa do mercado de transporte aéreo.

O programa fundamenta-se no respeito à liberdade de preços e de oferta, com participação voluntária do setor privado, e não envolve subsídio governamental.

Para a fase piloto, o público alvo é composto por aposentados do INSS que recebam até dois salários mínimos e bolsistas ativos do Programa Universidade para Todos (Prouni). Os beneficiários não podem ter viajado de avião nos últimos 12 meses.

O SERPRO foi designado para criar a plataforma web que possibilitará às companhias aéreas participantes oferecerem passagens no âmbito do programa.

O Programa está em fase final de desenvolvimento, com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2024.



Adequação da infraestrutura Aeroportuária

O Brasil segue ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização.

Dessa forma, as obras concluídas até o 4º trimestre do exercício de 2023, foram as seguintes:

- Aeroporto de Araguaína/MG: Obras de drenagem;
- Aeroporto de Maués/AM: Obras de reforma da pista de pouso e decolagem, taxi e pátio de aeronaves; ampliação do pátio de aeronaves e adequação da cerca operacional;
 - Aeroporto de Caruaru/PE: Implantação de auxílios visuais à Navegação Aérea (Balizamento, Biruta e Farol Fotovoltaico);
- Aeroporto de Maringá/PR: Instalação do Sistema de Aproximação por Instrumentos - ILS e da Estação Meteorológica de Superfície Automática;
- Aeroporto de Mossoró/RN: Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática;
- Aeroporto de São Raimundo Nonato/PI: Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática;
- Aeroporto de Oiapoque/PA: Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática;
- Aeroporto de Paulo Afonso/BA: Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática.

Concessões Aeroportuárias

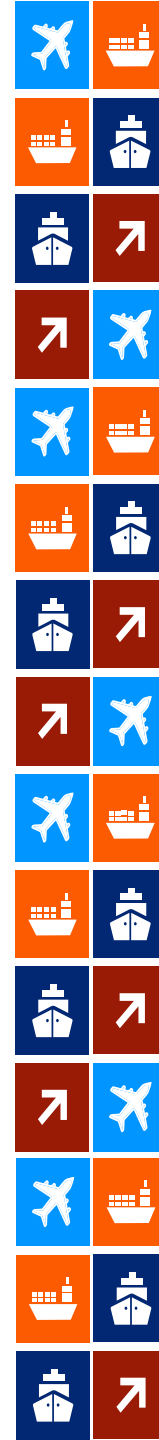
7ª Rodada

Com o objetivo de ampliar a participação da iniciativa privada no processo de desenvolvimento da infraestrutura, manutenção e exploração dos aeroportos federais, foi dada continuidade ao programa de concessões aeroportuárias. Em 2023, foram assinados os contratos de concessão dos 15 aeroportos da 7ª rodada de Concessões:

- Aviação Geral: Aeroportos de Campo de Marte/SP e Jacarepaguá/RJ;
- Bloco Norte II: Aeroportos de Belém/PA e Macapá/AP; e
- Bloco SP/MS/PA/MG: Aeroportos de Congonhas/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Santarém/PA, Marabá/PA, Parauapebas/PA, Altamira/PA, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG e Uberaba/MG).

Relicitação de São Gonçalo do Amarante/RN

Em maio de 2023, foi realizado o primeiro de leilão de relicitação de um empreendimento de infraestrutura da história do Brasil. Trata-se do aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN, localizado na região metropolitana de Natal/RN. O aeroporto foi arrematado pela operador Zurcuh Airports com um lance de R\$ 320 milhões. O novo contrato de concessão foi assinado ainda em 2023.



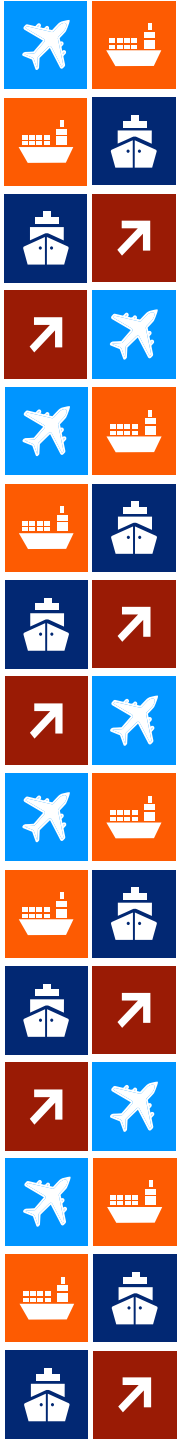
Autorizações para exploração comercial de áreas aeroportuárias

A Secretaria de Aviação Civil é também responsável por elaborar análises técnicas de contratos de exploração comercial que envolvam a cessão de espaços nos complexos aeroportuários concedidos por períodos superiores aos prazos remanescentes das concessões. Os pedidos de aprovação de contratos comerciais que extrapolam o prazo da concessão são analisados à luz do disposto na Portaria Minfra nº 93/2020.

Em 2023, foi autorizada, nos termos da Portaria Minfra nº. 93/2020, a celebração de sete contratos comerciais nos aeroportos de Porto Alegre, Fortaleza, Brasília e Florianópolis, os quais preveem a realização de investimentos no valor aproximado de R\$ 640 milhões.

Empreendimentos aprovados em 2023 - Portaria 93/2020		
AEROPORTO	EMPREENHIMENTO	INVESTIMENTO (R\$ milhões)
Porto Alegre	Fornecimento de energia em 400Hz	31,40
Fortaleza	Fornecimento de energia em 400Hz	28,60
Brasília	Galpão Logístico	77,10
Brasília	Loja supermercado (Super Adega)	42,00
Florianópolis	Shopping Center	181,00
Porto Alegre	Condomínio de galpões logísticos	244,00
Porto Alegre	Hotel	36,00

Os investimentos deverão contribuir para o aumento das receitas auferidas pelos operadores aeroportuários, além de gerar a valorização dos ativos pertencentes à União.



Concessões Aeroportuárias

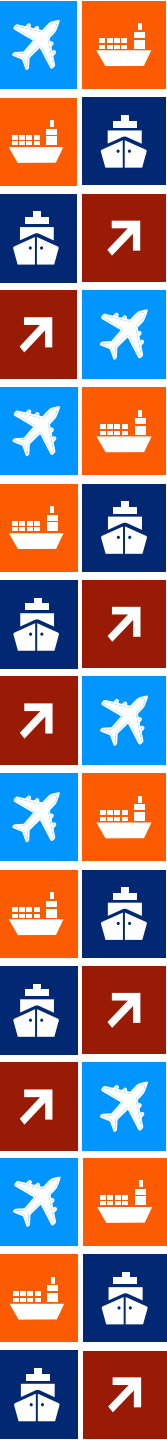
Inclusão de aeroportos regionais em contratos de concessão existentes

Com o objetivo de dar maior efetividade à política pública de investimentos em aeroportos regionais, foram iniciadas tratativas, no âmbito do rito instaurado pela Instrução Normativa nº 91/TCU/2022, que instituiu, procedimentos de solução consensual de controvérsias e prevenção de conflitos, sobre a viabilidade de se incluir obrigações de investimentos e operação de aeroportos regionais no objeto dos contratos de concessão das primeiras rodadas.

Trata-se de uma incorporação dos avanços das concessões em bloco, instituídas no setor a partir da quinta rodada, para os contratos das rodadas anteriores.

Com efeito, a realização de investimentos em aeroportos regionais representa um grande desafio para a aviação civil nacional e vai ao encontro do interesse público e de políticas públicas alternativas buscadas por esta SAC para o desenvolvimento do setor e a consecução de objetivos da PNAC.

Se bem sucedido, trata-se de caso inédito e importante precedente para a política de investimentos em infraestrutura aeroportuária de menor porte, com o potencial de expandir os ótimos resultados do programa federal para o nível regional.



Outorgas Aeroportuárias

Quanto à outorga de exploração de aeródromos civis no período de janeiro a dezembro de 2023, foram celebrados 10 convênios de delegação, dos quais: 1 relativo à modernização da outorga (Aeroporto de São João da Boa Vista - SP - SDJV); 3 sobre repasse da gestão entre os entes federativos: Aeroportos de Caxias do Sul - RS (SBCX), Matupá - MT (SWXM) e Linhares - ES (SNLN); 2 relativos a novas outorgas de exploração, quais sejam: Canela - RS (SSCN); e Ituiutaba - MG (SNYB); 2 com o intuito de viabilizar concessão estadual à iniciativa privada, cuja vigência deve respeitar o prazo limite dos convênios de delegação, quais sejam, Aeroportos de Passo Fundo - RS (SBPF) e de Santo Ângelo - RS (SBNM); e 2 dizem respeito a novos aeródromos a serem cadastrados e abertos ao tráfego aéreo pelos seus delegatários, são eles: Cruzeiro do Iguaçu - PR e Colinas do Tocantins - TO.



Caxias do Sul- RS



Caxias do Sul- RS

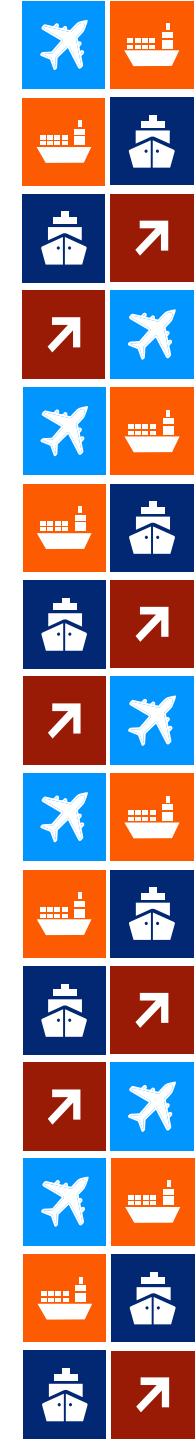


Cruzeiro Iguaçu - PR

Além disso, diante da diretriz de política do Governo Federal no sentido de fortalecer o papel da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero como um dos veículos para potencializar efetiva resposta ao desafio quanto à adequação dos aeroportos regionais, foram atribuídos à Empresa, por meio de Portaria Ministerial, a exploração dos aeroportos de Flores - AM (SWFN); Governador Valadares - MG (SBGV), Santana do Paraíso - MG (SBIP); Sorriso - MT (SBSO); Itaperuna - RJ (SDUN) e Mossoró - RN (SBMS).



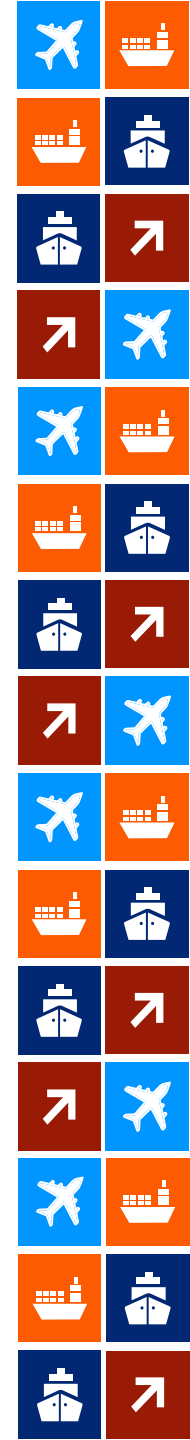
Noutra frente de atuação, com vistas a otimizar a utilização das infraestruturas aeroportuárias e a compatibilização entre as atividades civis e militares nos aeroportos que possuem instalações e operações militares, foram realizadas tratativas sobre o Plano de Zoneamento Civil-Militar dos Aeroportos de Guarujá/Base Aérea de Santos (SBST/BAST) e Eirunepé - AM (SWEI), bem como realizados estudos para redimensionamento das áreas do sítio aeroportuário de Porto Nacional - TO, e, ainda, estudos para cessão de área aeroportuária para projetos de infraestrutura de outros entes federativos, a exemplo da cessão de área para projeto viário estadual no Aeroporto Internacional de São Luís - MA (SBSL), ilustrado a seguir:



Anuência Prévia para realização de concessão de aeroportos delegados

A concessão da exploração de aeródromos delegados aos estados e municípios, depende de prévia e expressa anuência da Secretaria Nacional de Aviação Civil, conforme preconiza o Decreto 7.624/2011.

Nesse contexto, no ano de 2023, foram expedidas as Portarias nº 200 (DOU de 29/06/23) e nº 542/2023 (DOU de 06/12/23). Tratam-se, respectivamente, de anuência para a realização de parceria público-privada para a exploração do Aeroporto Regional Sul - Humberto Ghizzo Bortoluzzi (Jaguaruna/SC), delegado ao estado de Santa Catarina, e para a exploração conjunta dos aeroportos de Santo Ângelo/RS e de Passo Fundo/RS - Lauro Kurtz, ambos delegados ao estado do Rio Grande do Sul.





Setor Portuário Nacional

São 18 portos delegados a Estados e Municípios

São 15 portos organizados administrados por 6 empresas controladas pela União:

- Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
- Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN
- Companhia Docas do Ceará - CDC
- Companhia Docas do Pará - CDP
- Santos Port Authority - SPA

São 2 portos organizados concedidos a 1 empresa controlada por entes privados, desde Setembro/2022:

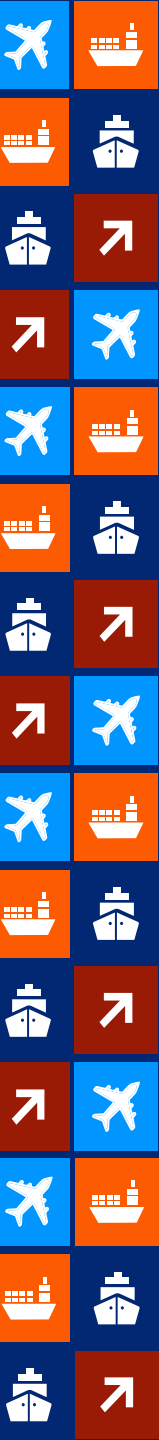
- Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

Comércio Exterior

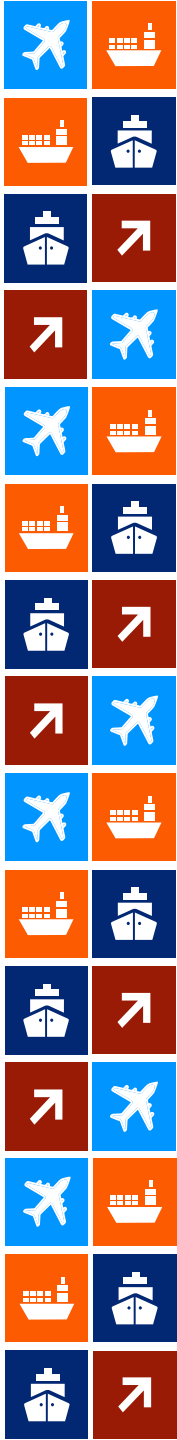
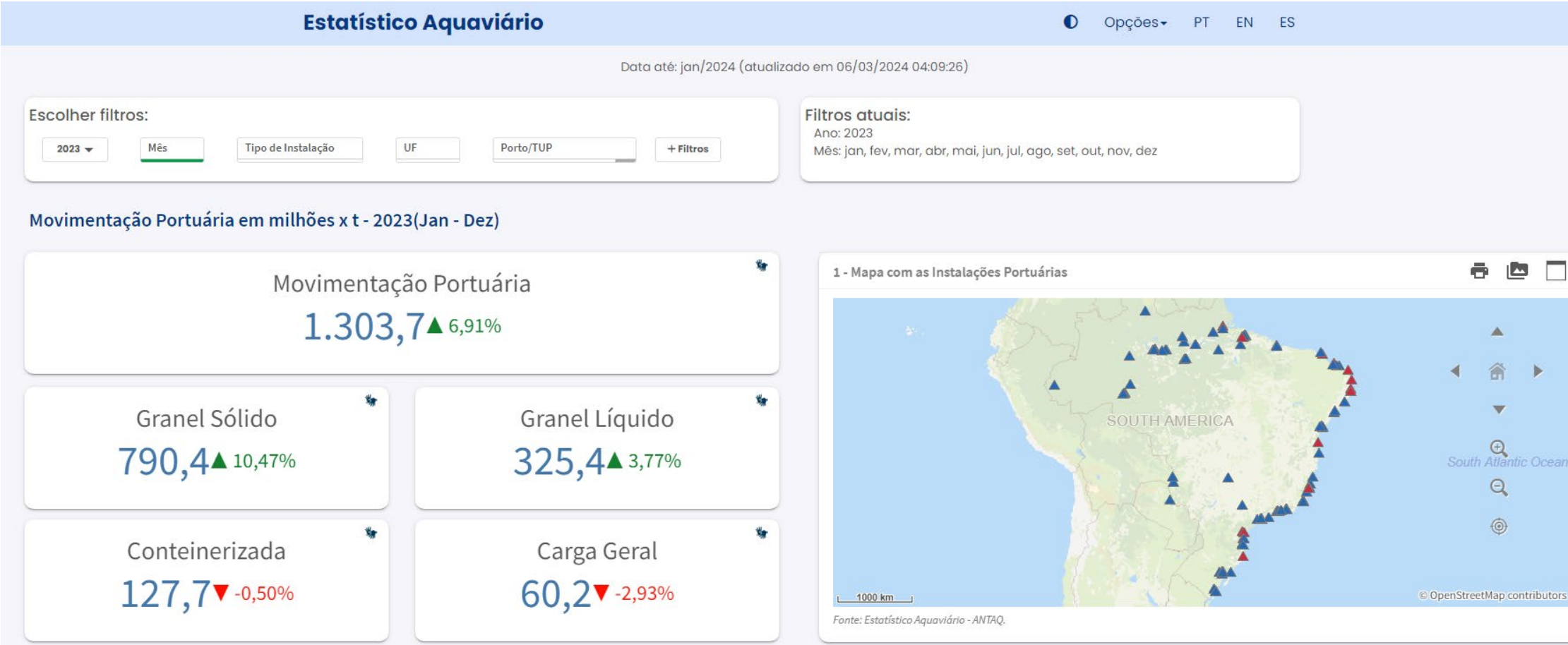
➤ ~98% do volume (t) e ~88% do montante das exportações e importações (Bi US\$) passam por portos marítimos (Siscomex Dezembro/2023)

Distribuição do PIB

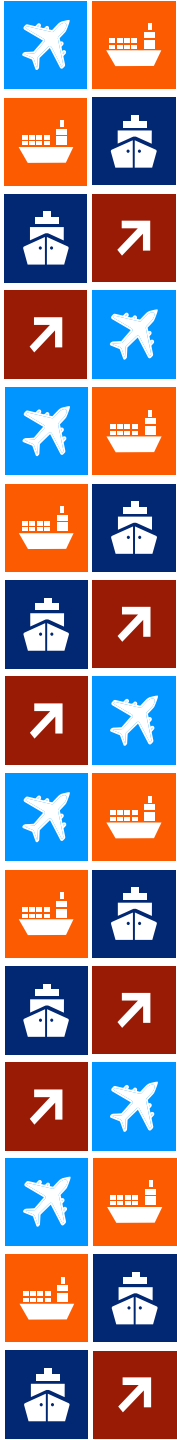
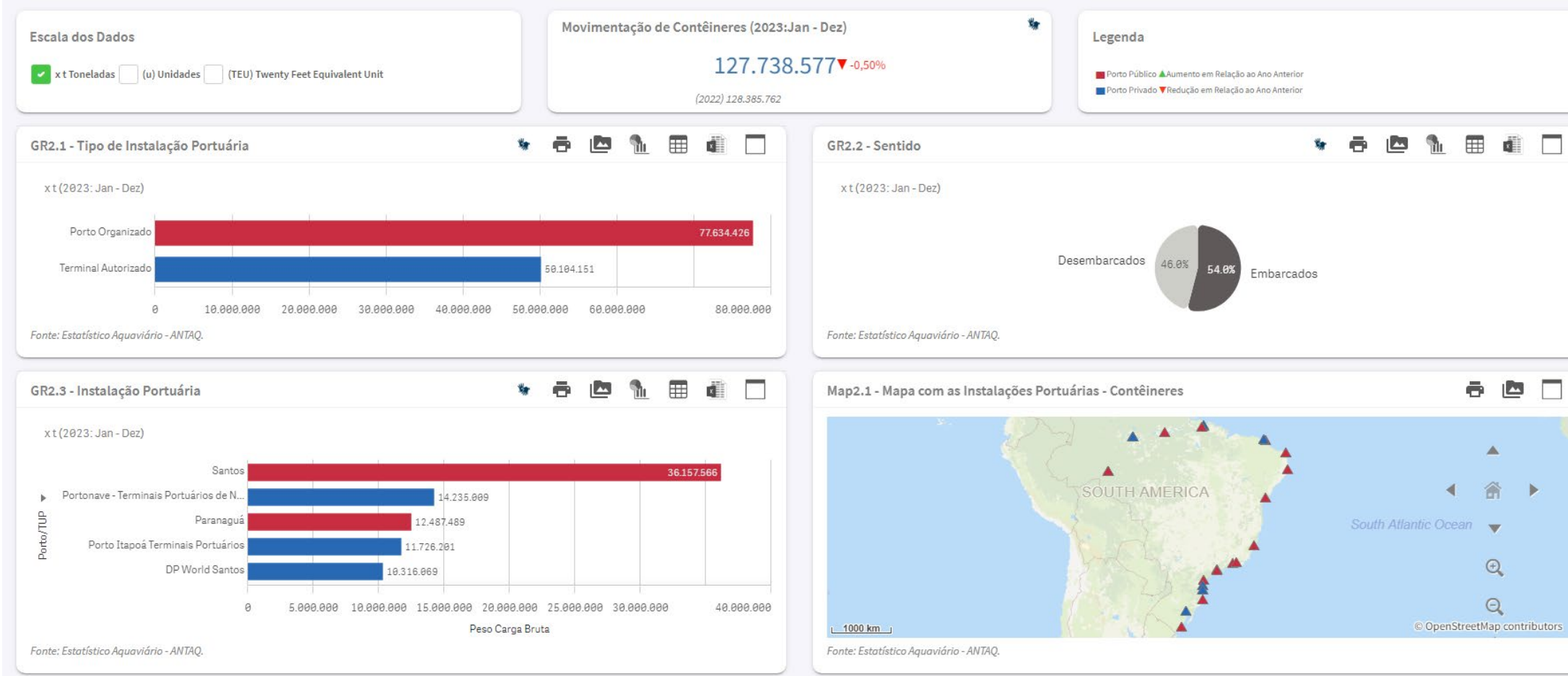
➤ ~78% do PIB nacional nos Estados com acesso à costa e com portos marítimos (IBGE 2020)



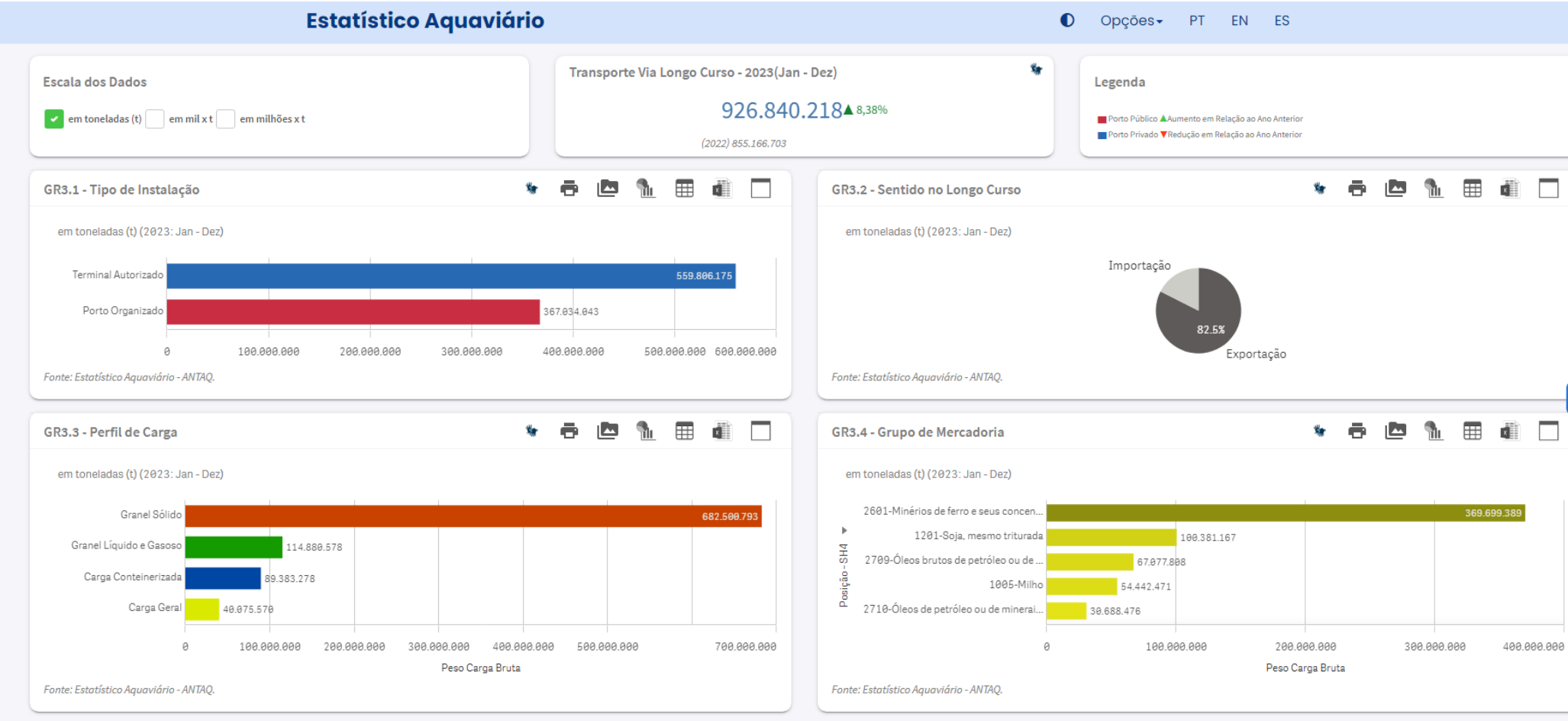
Resultado do Setor Portuário em 2023



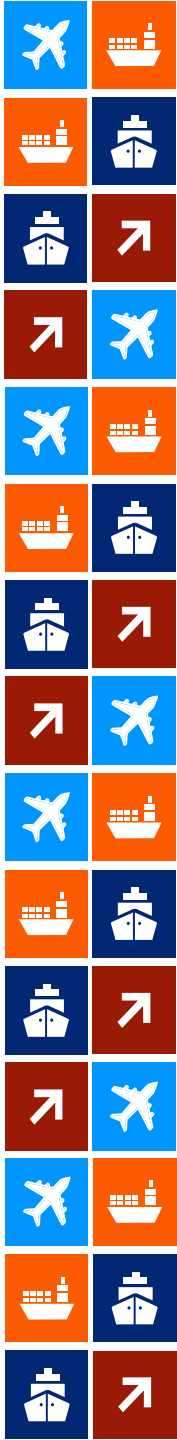
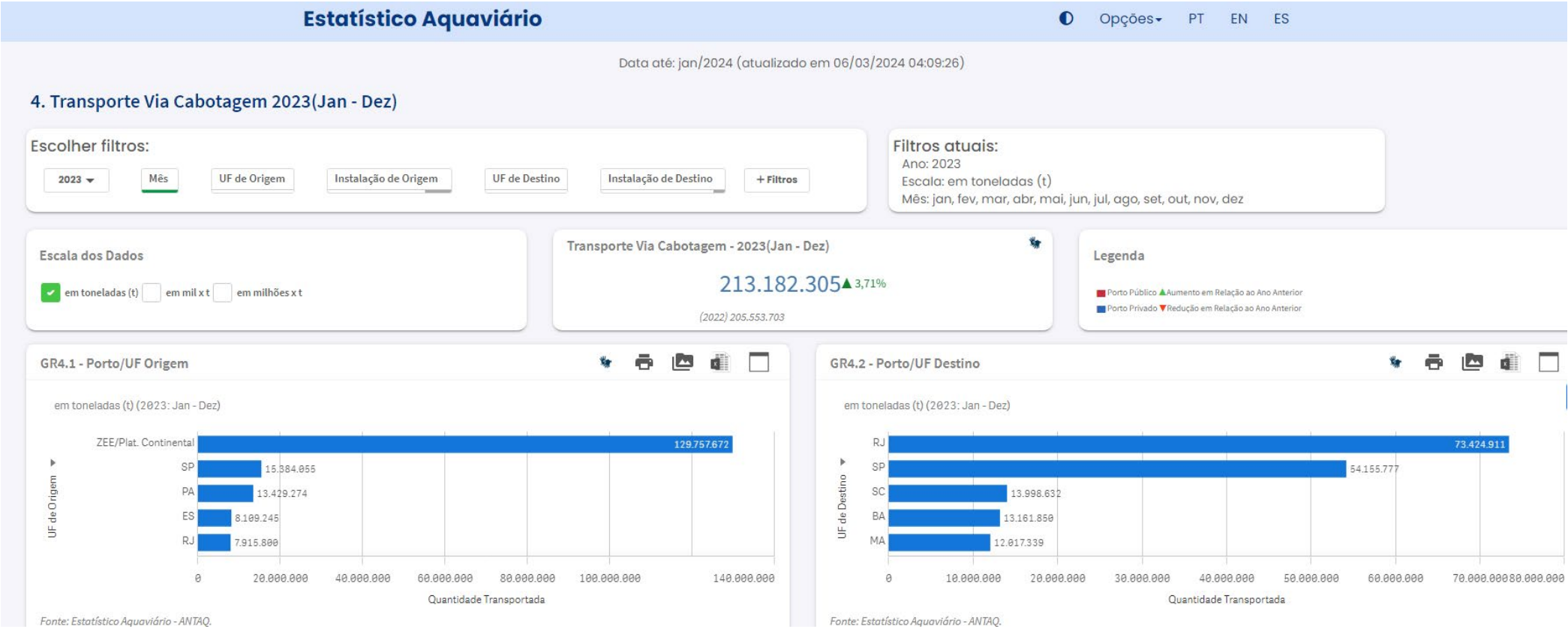
Resultado do Setor Portuário em 2023



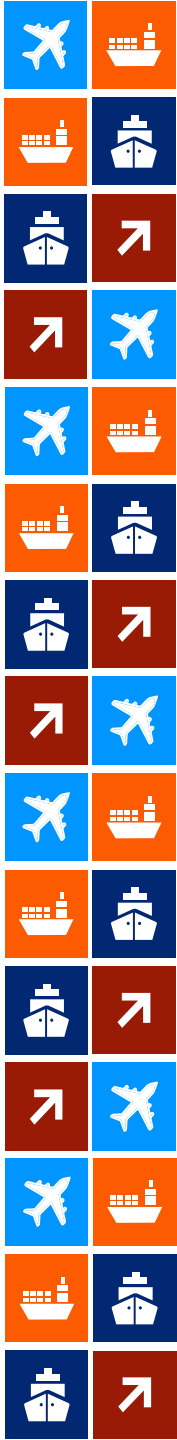
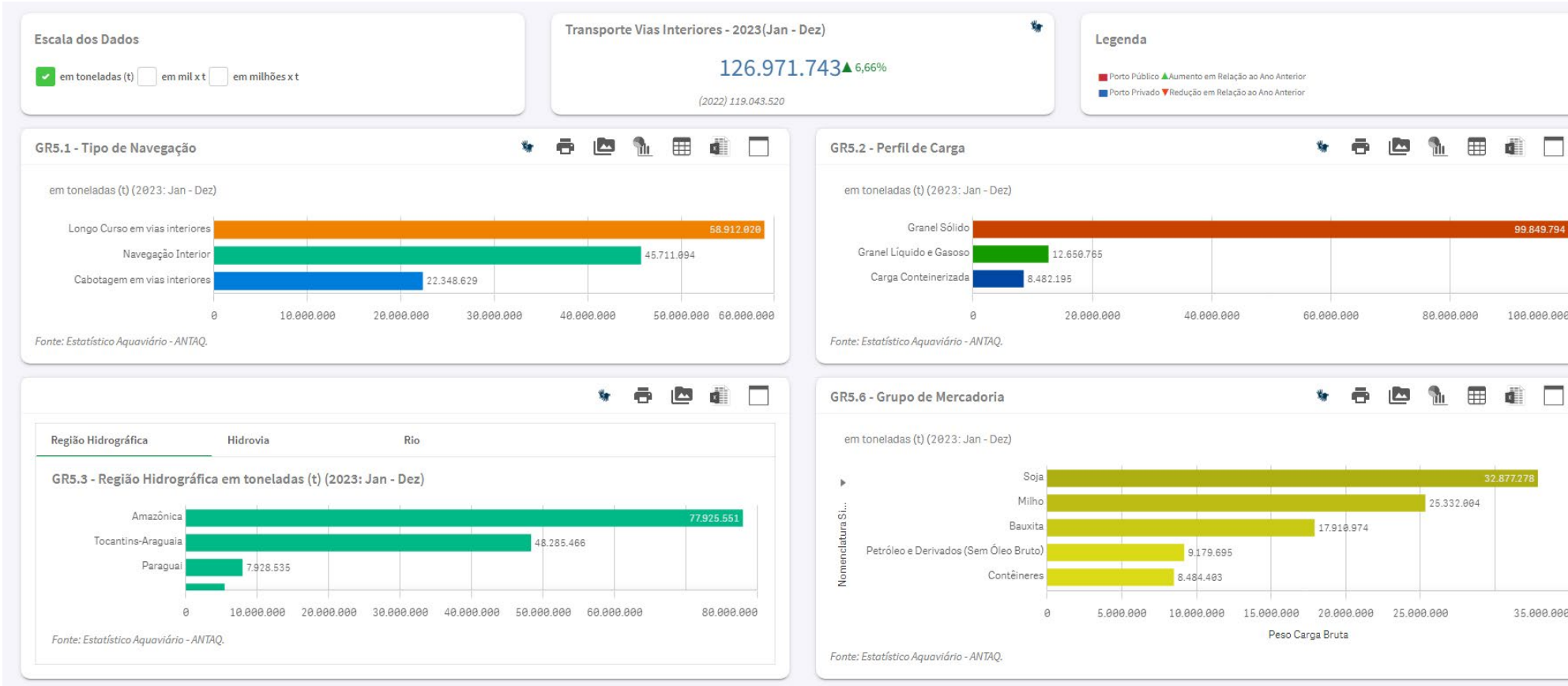
Resultado do Setor Portuário em 2023



Resultado do Setor Portuário em 2023



Resultado do Setor Portuário em 2023



Leilões Portuários Realizados



10 áreas de
arrendamentos
portuários
leiloados



R\$ 211 milhões
em outorgas

Arrendamentos Realizados - Ano 2023

Leilões-de-arrendamentos-Portuários-realizados-em-2023					
Área	Vigência	Localização	Vocação	CAPEX	BID
PAR50	25	Paranaguá/PR	Granéis-Líquidos	R\$-338.192.000,00	R\$-1.000.000,00
MAC11	25	Maceió	Granéis-Líquidos	R\$-20.810.000,00	R\$-60.000.000,00
MAC11A	25	Maceió	Granéis-Líquidos	R\$-46.449.000,00	R\$-41.010.010,00
MAC12	25	Maceió	Granéis-Líquidos	R\$-37.539.000,00	R\$-107.000.000,00
TMP-FORTALEZA	25	Fortaleza	Terminal de Passageiros	R\$-3.191.000,00	R\$-100.000,00
PAR09	35	Paranaguá/PR	Granel-Sólido-Vegetal	R\$-910.646.000,00	R\$-615.751,00
RIG71	10	Rio-Grande	granel-sólido-vegetal	R\$-26.951.233,72	R\$-1.000.000,00
POA02	10	Porto-Alegre	granel-sólido	R\$-16.099.077,80	R\$-2.000,00
POA11	10	Porto-Alegre	granel-sólido-vegetal-e-mineral	R\$-5.002.263,88	R\$-50.000,00
MAC15	5	Maceió	granel-sólido-mineral	R\$-7.216.051,67	R\$-1.000.000,00
TOTAL				R\$-1.412.095.627,07	R\$-211.777.761,00

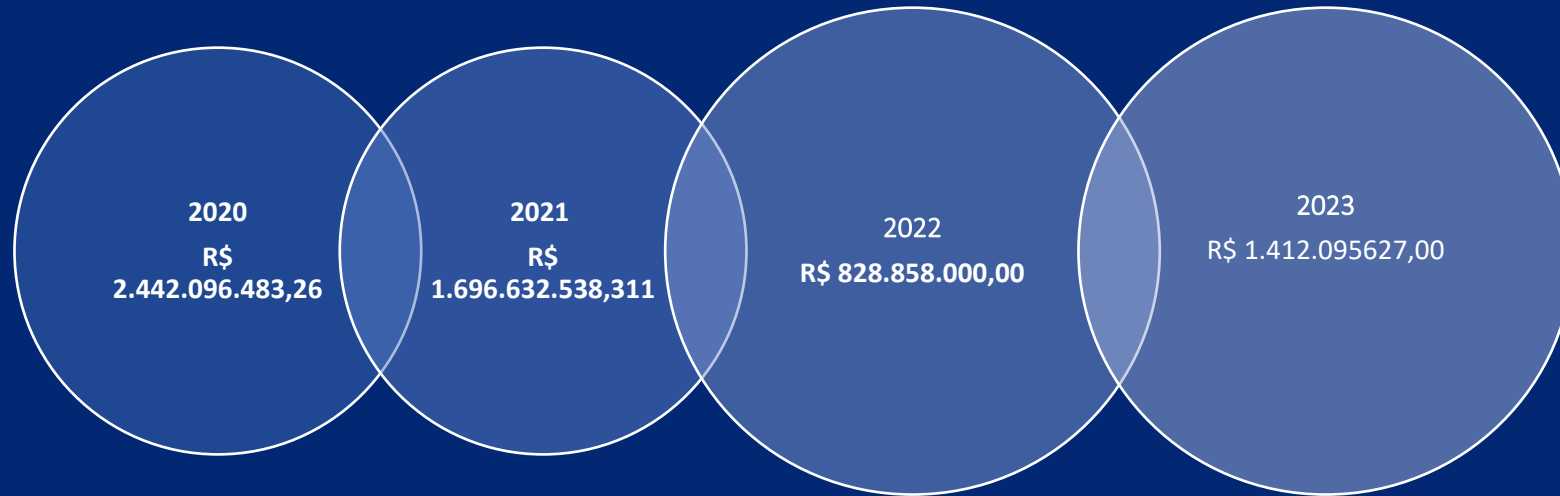
Exploração portuária transitória

Além disso, tendo em vista a situação singular e grave do Porto de Itajaí, com as operações do terminal de contêineres paralisadas, o Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR avocou a competência delegada à Superintendência do Porto de Itajaí - SPI para exploração transitória daquele porto por meio de processo seletivo simplificado, o qual foi conduzido pela Antaq.

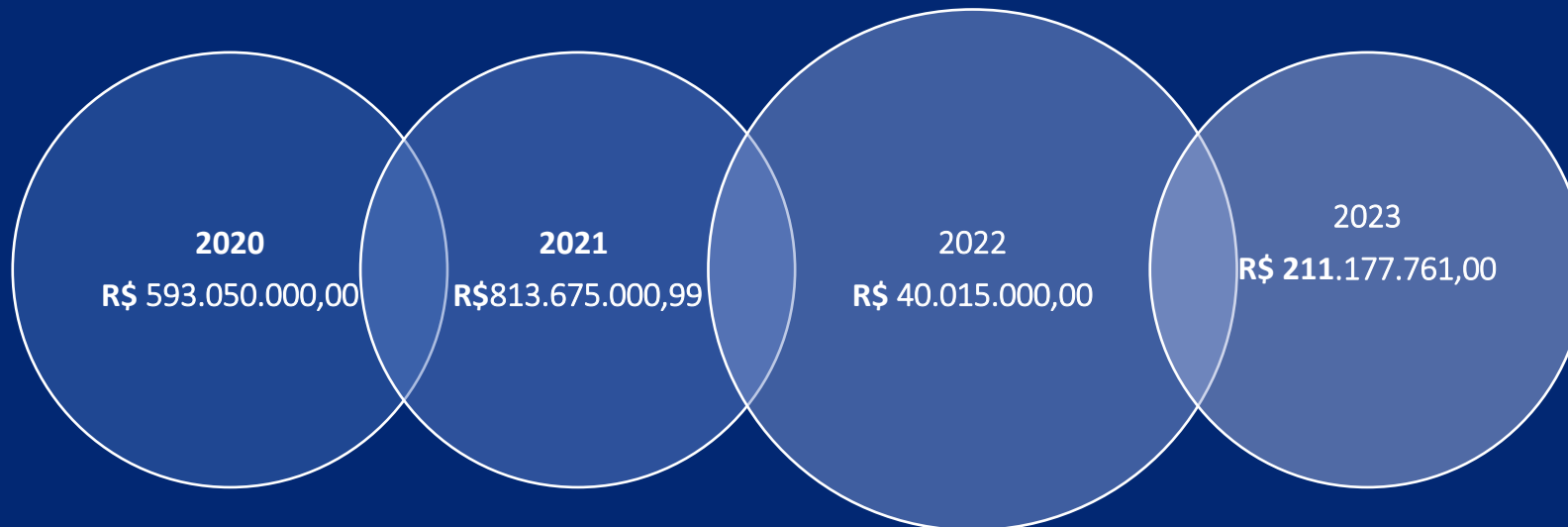
No processo seletivo, foi adotado como critério de julgamento o maior volume de Movimentação Mínima Exigida - MME e prazo contratual de 24 meses. Como resultado do leilão realizado, estima-se a volta de movimentação de contêineres naquele Porto na ordem de 44 mil TEUs/mês. Destaca-se que se trata de solução de curto prazo, uma vez que se encontra em curso processo de concessão de longo prazo, o qual contempla as áreas arrendáveis do Porto de Itajaí e o canal de acesso aquaviário daquele porto

Arrendamentos Realizados

C
A
P
E
X



B
I
D

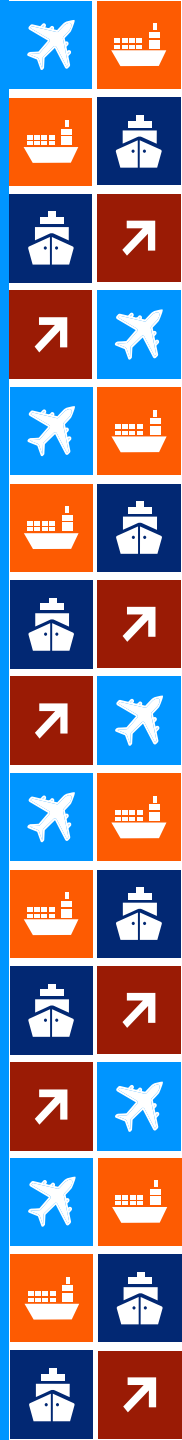


Investimentos em Instalações Portuárias Privadas

Em 2023

No ano de 2023 foram assinados 10 Contratos de Adesão que autorizam a exploração de novas instalações portuárias privadas no país. No total, estão previstos cerca de R\$ 9 bilhões em investimentos em infraestruturas para movimentação de carga containerizada, carga geral, granel sólido, líquido e gasoso. Ademais, foram assinadas 26 alterações contratuais que preveem investimentos adicionais que somam aproximadamente R\$ 5,3 bilhões. Tais autorizações e aditamentos impactam o desenvolvimento econômico e logístico de todas as regiões geográficas do Brasil.

Ainda foram celebrados um total de oito Termos Aditivos, com investimentos estimados em R\$ 2,4 bilhões e também quatro termos de risco de investimento - TRI com investimentos estimados em R\$ 300 milhões.



Entregas realizadas em 2023



Objeto	Quantidade	Previsão de Investimentos
Contratos de Adesão	10	R\$ 8,98 bi
Alterações contratuais	26	R\$ 5,31 bi
Total	36	R\$ 14,29 bi

Entregas realizadas em 2023

Quantidade de entregas: 6
Perfil de carga: carga containerizada, carga geral, granel líquido e granel sólido
Investimento: **R\$ 667,48 mi**

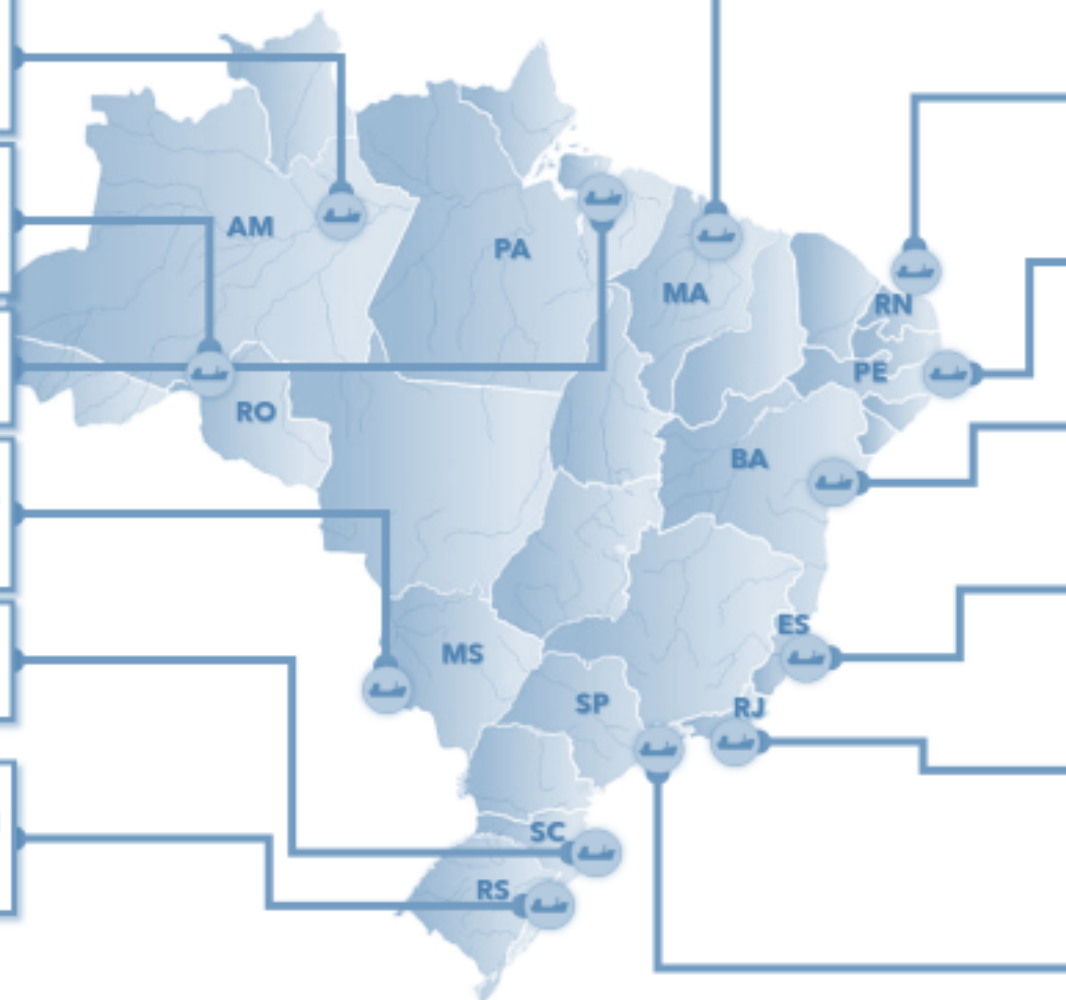
Quantidade de entregas: 2
Perfil de carga: carga geral e granel sólido
Investimento: **R\$ 99,88 mi**

Quantidade de entregas: 3
Perfil de carga: granel líquido e gasoso
Investimento: **R\$ 209,06 mi**

Quantidade de entregas: 3
Perfil de carga: carga geral, granel líquido e gasoso e granel sólido
Investimento: **R\$ 109,19 mi**

Quantidade de entregas: 1
Perfil de carga: granel líquido
Investimento: **R\$ - (Não aplicável)**

Quantidade de entregas: 2
Perfil de carga: granel líquido e granel sólido
Investimento: **R\$ 6,86 mi**



Quantidade de entregas: 2
Perfil de carga: carga geral, granel líquido e gasoso e granel sólido
Investimento: **R\$ 550 mi**

Quantidade de entregas: 1
Perfil de carga: carga containerizada, carga geral, granel líquido e granel sólido
Investimento: **R\$ 419,63 mil**

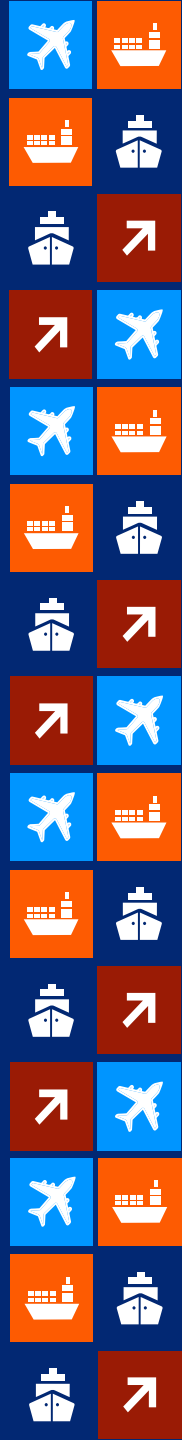
Quantidade de entregas: 1
Perfil de carga: carga containerizada e carga geral
Investimento: **R\$ 1,6 bi**

Quantidade de entregas: 4
Perfil de carga: carga geral e granel sólido
Investimento: **R\$ - (Não aplicável)**

Quantidade de entregas: 2
Perfil de carga: carga containerizada, carga geral, granel líquido e granel sólido
Investimento: **R\$ 2,38 bi**

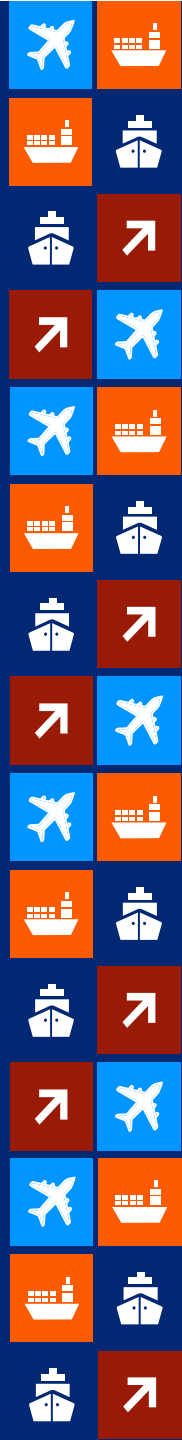
Quantidade de entregas: 6
Perfil de carga: carga containerizada, carga geral, granel líquido e gasoso e granel sólido
Investimento: **R\$ 635,23 mi**

Quantidade de entregas: 3
Perfil de carga: carga containerizada, carga geral, granel líquido e gasoso e granel sólido
Investimento: **R\$ 7,95 bi**



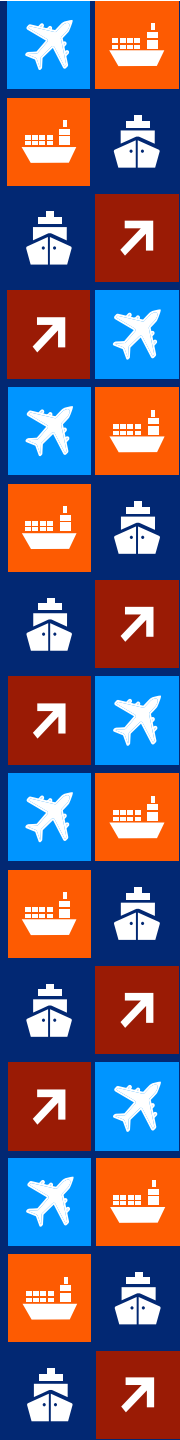
Termo de Risco de Investimentos - TRI Foram autorizados os seguintes investimentos urgentes

- Proquigel Química S/A (Portaria n.º 88);
- Brasil Terminal Portuário S/A (Portaria n.º 156);
- Adonai Química S/A (Portaria n.º 171); e
- AGEO Terminais e Armazéns Gerais S/A., titular do Contrato de Arrendamento DP/10.2001, com investimentos estimados em R\$ 300 Milhões



Termos aditivos celebrados em 2023

- Rishis Empreendimentos e Participações S/A - Contrato de Arrendamento n.º DP-DC/01.2005;
- ATU12 Arrendatária Portuária SPE S/A - Contrato de Arrendamento n.º 002/2021;
- Tecon Salvador S/A - Contrato de Arrendamento n.º 012/2000;
- Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - Contrato de Arrendamento n.º 009/95;
- NST Terminais e Logísticas S/A - Contrato de Arrendamento n.º 019.98;
- TOP-LOG Transportes e Operações Portuárias Ltda - Contrato de Arrendamento n.º 012/2007;
- BPT - Brasil Terminal Portuário S/A - Contrato de Arrendamento n.º DP/24.2001
- Terminal XXXIX de Santos S/A - Contrato de Arrendamento n.º 01/97-A



Termos aditivos a convênios de delegação da exploração de portos delegados

- 1º Termo Aditivo ao Convênio do Porto de Cáceres;
- 2º Termo Aditivo ao Convênio de Delegação do Porto Velho;
- 6º e 7º Termo Aditivo ao Convênio de Descentralização do Porto de Maceió



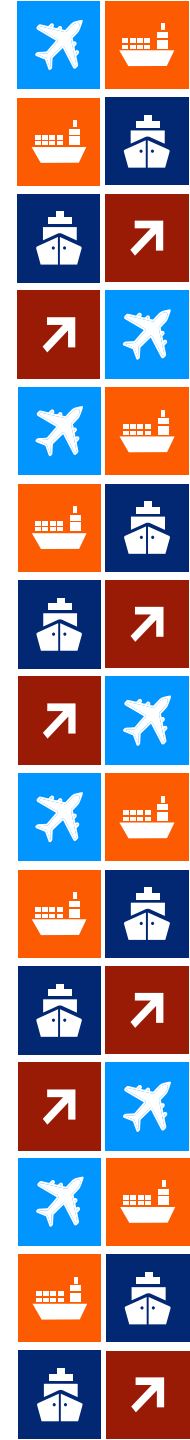
Programa de Manutenção Aquaviária

Programa de Manutenção Aquaviária com as construções, recuperações, a operação e manutenção de IP4s, sendo prevista a conclusão das IP4s de Barcelos/AM, Juruti/PA e Oriximiná/PA, operação e manutenção de 8 eclusas, implantação/manutenção de sinalização nas hidrovias do Paraná, do Paraguai e do Taquari, Amazonas, Solimões, Madeira, Tapajós, Tocantins, Mearim, Pindaré e Parnaíba.

Também está prevista a conclusão das campanhas de dragagem de manutenção de 2023-2024 nas hidrovias do Madeira, do Parnaíba, do Paraguai e do Taquari; assim como o início das dragagens do São Francisco, da dragagem e sinalização da hidrovia da Lagoa Mirim, a continuidade nos serviços de monitoramento hidroviário nas hidrovias do Madeira, do São Francisco, do Tocantins, do Tapajós e do Paraguai.

Além disso, espera-se a conclusão das dragagens emergenciais no rio Amazonas (no Tabocal e no trecho: Coari-Codajás), no rio Solimões (trecho: Tabatinga-Benjamin Constant), rio Madeira (trecho: Manicoré-fóz) e rio Tapajós (trecho: Itaituba-Santarém).

Em relação aos estudos de concessão, podemos destacar a previsão de conclusão dos EVTEA's da concessão do rio Madeira e da Lagoa Mirim. Por fim, destaca-se a proposta de criação da Comissão Nacional das Autoridades de Transporte Hidroviário - Conahidro, cujo processo se encontra em fase final de elaboração para aprovação das autoridades competentes no âmbito do Governo Federal, com início dos trabalhos previstos em 2024.

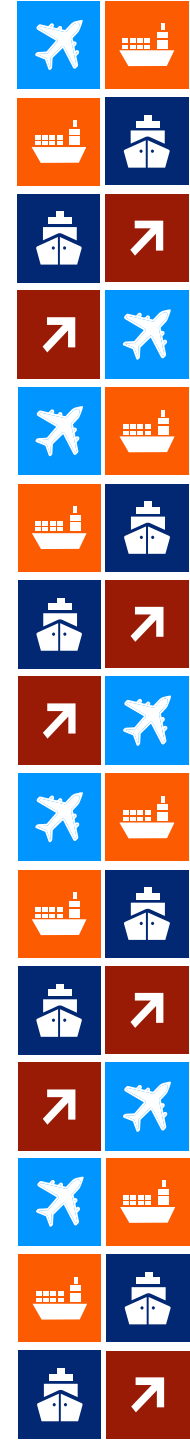


BR do Mar - Lei nº 14.301, de 2022

Foram realizados alinhamentos entre os diversos stakeholders do setor de transporte marítimo e as autoridades do Governo Federal para o delineamento das definições que constarão no decreto e regulamentação do programa BR do Mar, instituído pela Lei nº 14.301, de 2022, em consonância com os objetivos e diretrizes estabelecidos.

As principais definições para os afretamentos de embarcações no âmbito do programa foram:

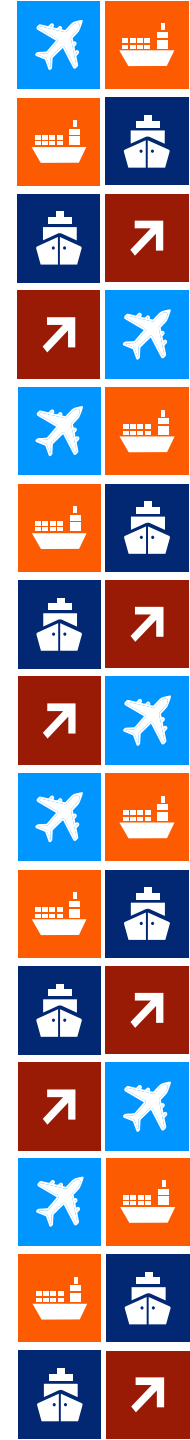
- Multiplicador de tonelagem sobre a frota própria efetivamente operante;
- Prazo e condições para o contrato de longo prazo;
- Estímulo à transição tecnológica e industrial, à transição energética e à descarbonização do transporte marítimo;
- Condições para permanência das embarcações no país e seguros obrigatórios;
- Participação e tripulantes nacionais, entre outros.



Fundo da Marinha Mercante - FMM

A Política Pública de Construção e Reparação Naval é administrada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) e apresenta, dentre outras atividades, o financiamento de projetos com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A receita principal do FMM provém da Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Dessa arrecadação são destinados 30% para Desvinculação das Receitas da União (DRU). Do saldo restante são destinados (i) 3% para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 1,5% para o Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM) e (iii) 10,40% para o Fundo Naval (FN). A tabela a seguir apresenta as informações de forma comparativa com o ano anterior. A análise indica uma queda na arrecadação em 62,14% motivada pela Lei nº 14.301 de 2022 que reduziu as alíquotas para o cálculo do AFRMM previsto na Lei nº 10.893 de 2004, desdobrando-se nas quedas das outras destinações.



Fundo da Marinha Mercante – FMM

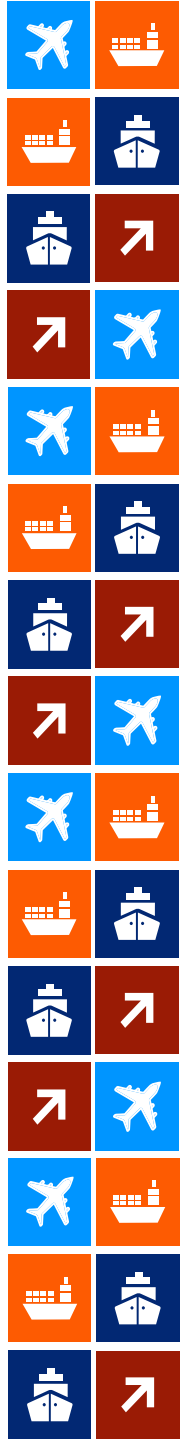
Destinação legal do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante (AFRMM)

[R\$.milhões]			
Destinação·AFRMM	2022	2023	Var·%
AFRMM	7.896,00	2.989,70	-62,14%
DRU·(30%)	2.368,80	896,9	-62,14%
Saldo·(AFRMM--DRU)	5.527,20	2.092,80	%
FNDCT·(3%)	165,8	62,8	-62,12%
FDEPM·(1,5%)	82,9	31,4	-62,12%
FN·(10,4%)	305,3	217,7	-28,69%
Fonte·AFRMM·FMM	4.973,21	1.781,00	-64,19%



Fundo da Marinha Mercante – FMM

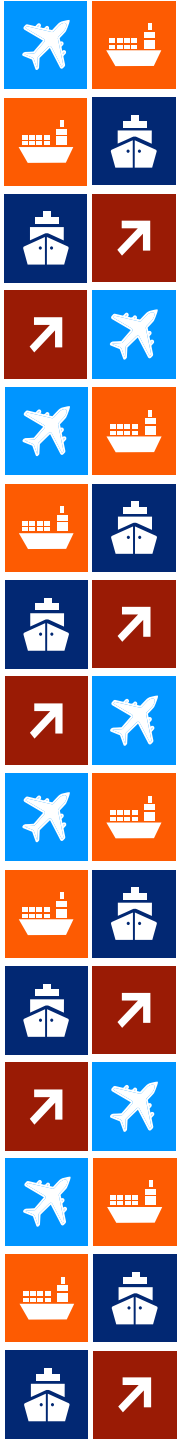
Cumpra ainda clarificar que a receita do FMM apresenta outras fontes de recursos: o retorno do financiamento, a remuneração dos depósitos bancários e a restituição de Convênios, totalizando um valor de receita de R\$ 5,65 bilhões. Em análise das informações identificamos que em 2023 a principal receita do FMM de fato foi o retorno de financiamento com R\$ 3,32 bilhões (58,8%), seguido do AFRMM R\$ 1,78 bilhão (31,51%), Remuneração dos depósitos bancários R\$ 503,1 milhões (8,9%) e a Restituição dos Convênios com R\$ 44,4 milhões (0,79%) respectivamente. Ou seja, apesar do AFRMM ter tido uma redução significativa de 62,14% da receita, o impacto no FMM foi menos expressivo representado uma queda de 24,5% conforme detalhado na tabela a seguir.



Fundo da Marinha Mercante - FMM

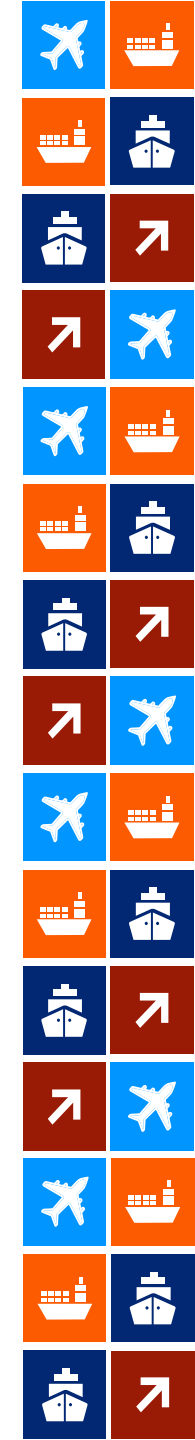
Fonte de recursos

[R\$·milhões]				
Fontes de Recursos do FMM	2022	2023	Var. %	Composição da Fonte de Recursos
Fonte AFRMM-FMM	4.973,21	1.781,00	-64,20%	31,51%
Retorno Financiamento	3.624,20	3.323,10	-8,30%	58,80%
Remuneração dos depósitos bancários	609,6	503,1	-17,50%	8,90%
Restituição de Convênios	7,1	44,4	525,40%	0,79%
RECEITA TOTAL	7.484,10	5.651,50	-24,50%	100,00%



Fundo da Marinha Mercante – FMM

A Lei Orçamentária Anual (Lei 14535/2023) foi aprovada no valor de R\$ 5,24 bilhões. A dotação orçamentária final foi de R\$ 5,24 bilhões bem semelhante a LOA. O Valor pago foi de R\$ 740,88 milhões atendendo a 14,15 % da dotação final. Esse resultado foi motivado principalmente que corresponde as liberações dos projetos contratados com recursos do FMM que não se concretizaram em 2023. Cabe ressaltar que no primeiro dia útil de 2024 ocorreu o pagamento de R\$ 180,8 milhões correspondentes à ação 0118 a título de Restos a Pagar Processados (RAP) abrangendo a execução do orçamento de 2023



Fundo da Marinha Mercante - FMM

Execução Financeira

Ação-Governo	LOA	Dotação-Final	Empenhado	Pago	RAP-Pago-orçamento-2022
0118	R\$-5.234.236.169,00	R\$-5.234.236.169,00	R\$-921.122.314,96	R\$-740.284.387,66	
0095	R\$-1.000.000,00	R\$-1.000.000,00			R\$-150.589,83
09FC	R\$-195.954,00	R\$--			
09JF	R\$-20.000,00	R\$--			
2000	R\$-5.468.200,00	R\$-998.909,00	R\$-750.165,25	R\$-596.942,10	R\$-77.066,41
	R\$-5.240.920.323,00	R\$-5.236.235.078,00	R\$-921.872.480,21	R\$-740.881.329,76	R\$-227.656,24



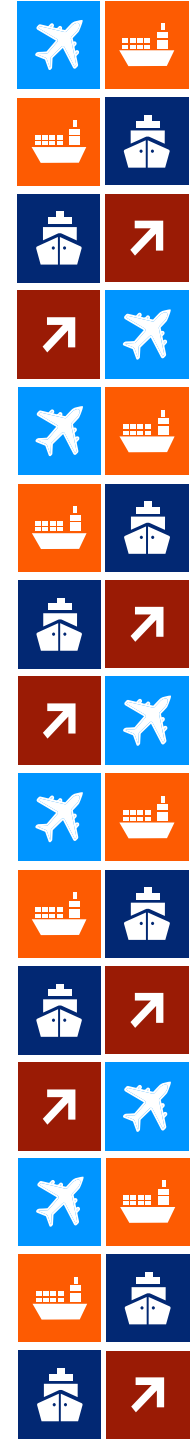
Fundo da Marinha Mercante – FMM

O FMM entregou o total de **84 obras** no valor aprovado pelo CDFMM de **R\$ 954,87 milhões**. Tais projetos foram executados nos estados do Amazonas, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Destaca-se ainda que 85% das obras entregues foram reparo e modernização de embarcações seguida pela construção e conversão de embarcações com 14% e a infraestrutura portuária com apenas 1% das obras entregues. Cabe ainda destacar que as embarcações construídas, reparadas, modernizadas ou convertidas foram predominantemente de apoio marítimo e portuário, indicando um forte fomento no segmento de **apoio**.

Os projetos de **apoio marítimo** representaram **R\$ 579,83 milhões (67 obras)**: R\$64,52 milhões na conversão de 06 embarcações; R\$ 375,13 milhões no reparo e docagem de 41 embarcações e R\$140,18 milhões na modernização de 20 embarcações.

Os projetos de **apoio portuário** representaram **R\$ 329,93 milhões (16 obras)**: R\$ 263,11 milhões na construção de 06 novas embarcações e R\$ 66,82 milhões em 10 projetos de reparo e docagem das embarcações.

O projeto de **Infraestrutura portuária** representou **R\$ 45,10 milhões com uma obra de modernização portuária**.



Fundo da Marinha Mercante – FMM

A conta vinculada liberou o montante de **R\$ 546, 33 milhões** sendo R\$ 267,44 milhões para projetos de reparo e docagem; R\$ 186,01 milhões para construção de embarcações e R\$ 92,88 milhões para pagamento de prestações. Esses valores permitiram a entrega de 204 projetos distribuídos em 104 projetos de cabotagem (01 projeto de construção e 103 reparos e docagens) e 100 projetos de navegação interior (22 de construção e 78 reparos e docagem).

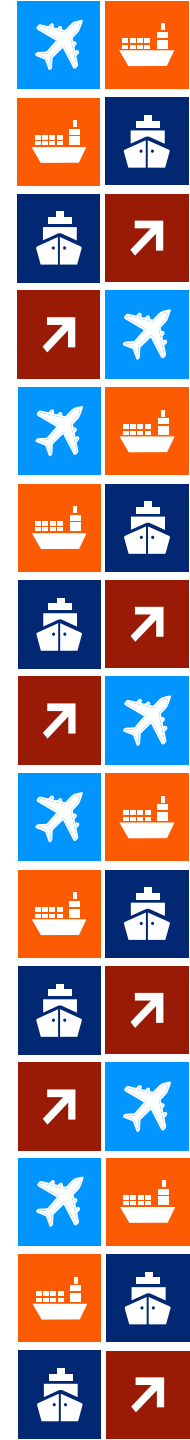
A previsão de entrega para 2024 levou em consideração a carteira dos projetos **contratados** nos anos de 2021 até 2024 somatizando **91 obras** no valor aprovado pelo CDFMM de **R\$ 774,81 milhões**. Os projetos desdobram-se em projetos de **apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem, e estaleiro**.

Os projetos de **apoio marítimo** representam **R\$ 366,29 (36 obras)**: R\$ 214,98 milhões no reparo e docagem de 28 embarcações e R\$151,31 milhões na modernização de 08 embarcações.

Os projetos de **apoio portuário** representam **R\$ 285,21 milhões (52 obras)**: R\$ 100,30 milhões na construção de 02 novas embarcações; R\$ 184,91 no reparo e docagem de 50 embarcações.

Os projetos de **cabotagem** representam **R\$ 41,07 milhões** com **02 obras** de reparo e docagem.

O projeto de **estaleiro** representa **R\$82,24 milhões** com **01 obra** de um dique flutuante.



Prêmio Porto + Brasil: 3º Edição

No dia 09 de agosto de 2023, foi realizada a 4ª edição do Prêmio Portos + Brasil, em Brasília.

O evento Portos Mais Brasil teve sua primeira edição em 2020. É uma medida de incentivo à excelência na gestão e operação dos portos públicos organizados e dos terminais de uso privados.

As premiações se deram em 10 categorias, com troféu entregue aos três primeiros lugares de cada, que consideram resultados financeiros, de movimentação e de boa gestão.

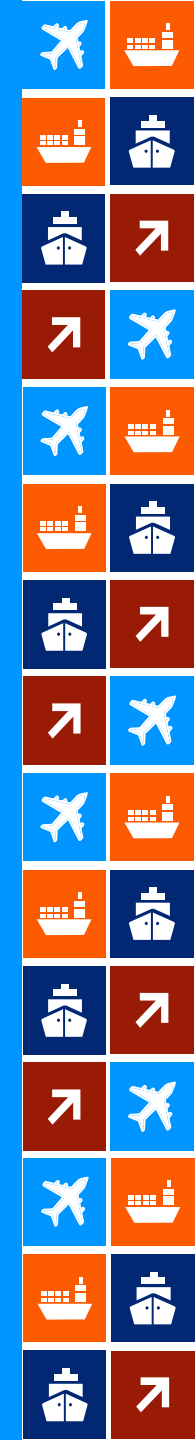
Os resultados estão disponibilizados no site: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/mpor-celebra-recorde-de-movimentacao-portuaria-e-premia-as-melhores-praticas-de-gestao-dos-portos-brasileiros>.

Evento Inova Portos : 3º Edição

Foi criado como medida deste Ministério no intuito de promover a modernização e a inovação no setor portuário nacional. Na 3ª Edição do evento, em março de 2023, no Porto de Itajaí/SC, foram abordados temas como: "Iniciativas do Observatório Nacional de Logística e Transportes"; "Ecossistema de Inovação Regional"; "O papel dos Hubs de Inovação no Setor Marítimo-Portuário"; "Sustentabilidade e Compensação de Crédito de Carbono"; "Plataforma de Colaboração para Redução de Custos Logísticos e Descarbonização"; "Inteligência, Condições Marítimas e Meteorológicas", entre outros temas relevantes.

Em outubro de 2023, foi realizada pela Autoridade Portuária de Santos – APS a 4ª Edição do Inova Portos, que se destacou pelo número de Startups presentes, casos de sucesso apresentados e painéis de debate.

Para 2024, já foi anunciado que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA sediará o evento



Programa Futuro do Setor Portuário

Lançado em setembro de 2021 com o objetivo de estimular a modernização dos portos organizados e aumentar sua competitividade, com foco na desburocratização, melhoria de gestão, maior capacitação dos gestores e trabalhadores portuários e implementação de novas tecnologia, promovendo mais eficiência logística.

Atuará em 4 eixos:

1º

Revisões Normativas, que tem como foco a revisão de atos normativos, trazendo maior segurança jurídica, bem como agilizar e flexibilizar novos investimentos privados nos portos organizados

2º

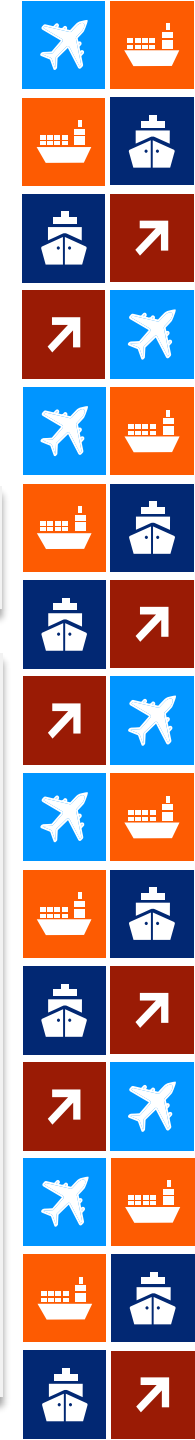
Modernização da Gestão, que tem como foco o incentivo à modernização da gestão das Companhias Docas e Portos Delegados, a melhoria da governança reforçando a autonomia gerencial e a descentralização de competências com a implementação de metas estratégicas, com o objetivo de melhorar o resultado das empresas e buscar sua sustentabilidade.

3º

Capacitação, que estimula o aperfeiçoamento dos dirigentes e dos trabalhadores do setor portuário para torná-los cada vez mais qualificados para os desafios constantes do mundo moderno, principalmente em função da constante evolução tecnológica.

4º

Inovação, que contempla projetos de Inteligência Logística, fortalecendo a Transformação Digital nos Portos, trazendo mais eficiência e competitividade para as operações portuárias



Modernização

Painel de Indicadores Portuários

O Ministério da Infraestrutura, em parceria com a Confederação Nacional de Transporte - CNT e apoio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, desenvolveu o Painel de Indicadores Portuários, que é uma ferramenta com o objetivo de acompanhar as performances dos órgãos anuentes nos portos públicos, subsidiar os usuários, dirigentes, anuentes e atores do setor portuário quanto ao desempenho dos órgãos, permitindo a avaliação comparativa entre os portos e os órgãos anuentes, o que auxiliará na melhoria da eficiência dos serviços prestados. O sistema teve a sua versão preliminar entregue em fevereiro e , está sendo internalizado no Ministério da Infraestrutura. A entrega é uma iniciativa do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD) da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos

Porto sem Papel (PSP 2.0) - Janela Única Aquaviária

Em 2023, as ações de modernização do sistema Porto sem Papel (PSP 2.0) avançaram, entre as quais sublinha-se:

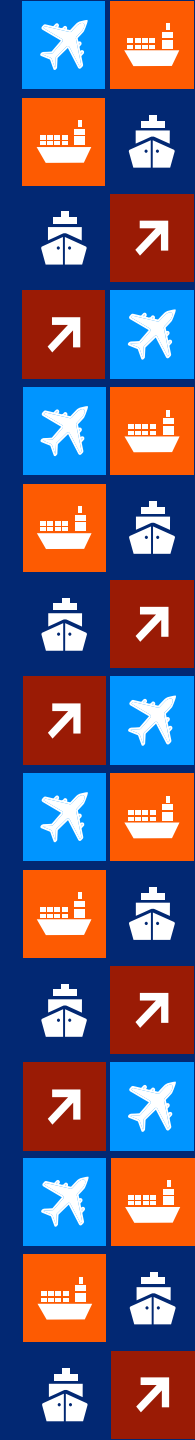
1ª etapa de harmonização de cadastros;

Modernização do layout;

Login e Assinador Digital do gov.br;

Aplicativo PSP; e

Inserção do Ministério Público do Trabalho - MPE por meio de Acordos de Cooperação Técnica - ACT..

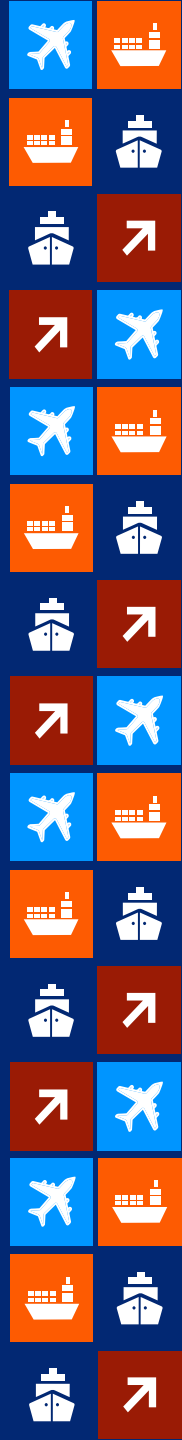


Modernização

Port Community System (PCS)

Trata-se da plataforma eletrônica que conecta os múltiplos sistemas operados por diversas organizações que compõem um porto e, assim, tem a capacidade de reduzir o tempo e o custo das operações portuárias. Em 2023, foi revisitado o estudo financiado pelo governo do Reino Unido e executado por meio de parceria com os ministérios da Infraestrutura e da Economia, no âmbito do Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido. Os resultados foram apresentados no primeiro trimestre de 2022 e foram objeto de deliberação da Conaportos no sentido de recomendar que as comunidades portuárias adotem padrões de interoperabilidade para implantação de PCS, tendo por base todo o conteúdo apurado nos meses do projeto, incluindo os modelos de Business Plan elaborados para o Porto de Santos e Itajaí. Em agosto de 2023, a SNPTA promoveu, em parceria com a Procomex, o Workshop sobre Port Community System - PCS, que contou com a participação de diversas autoridades portuárias nacionais, como também das entidades internacionais Hamburg Port Consulting e Fundación Valenciaport.

O objetivo é seguir com as ações de fomento dessa tecnologia de modo que o Brasil tenha, até o final de 2024, ao menos um PCS implantado e operacional, tendo em consideração que os portos mais adiantados são os de Suape e Paranaguá..



Planejamento Portuário

Planos Setoriais

O Planejamento Integrado de Transportes - PIT contempla o transporte de pessoas e bens e tem como objetivo contribuir para a competitividade nacional, o bem-estar social, o desenvolvimento regional e a integração nacional. O PIT instituiu novos instrumentos, dentre os quais, o Plano Setorial Portuário, em fase de elaboração. Esse novo instrumento irá proporcionar maior integração entre o planejamento portuário com os demais modos de transporte.

A metodologia do Plano Setorial Portuário foi elaborada e será o instrumento responsável pela avaliação e indicação das iniciativas e ações a serem executadas pelo Governo Federal.

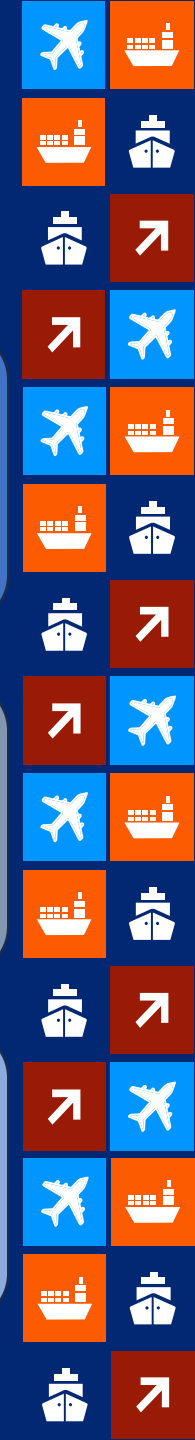
Poligonais

Para promover maior segurança jurídica à comunidade portuária, foram atualizadas as poligonais dos portos organizados de Rio Grande, Paranaguá e Itaguaí, medida que torna claros os limites de competência do porto e a interface entre investimento público e privado, evitando, assim, conflitos de gestão.

Delegações e descentralizações portuárias

Dando seguimento ao aprimoramento do modelo de gestão capaz de tornar os portos mais eficientes, rentáveis, e competitivos, o MPOR seguiu na promoção da descentralização de competências de licitação, gestão e fiscalização de contratos de arrendamento.

A política de descentralização é norteadada pela Portaria GM/MTPA n.º 574, de 26 de dezembro de 2018, que disciplina o tema. Em 2023, celebramos Convênios de Descentralização de Competências para a Autoridade Portuária de Santos – APS.



Planejamento Portuário

Convênios de delegação



Foi aprovada a nova versão para aperfeiçoamento dos convênios de delegação celebrados entre o Ministério da Infraestrutura e dos portos sob gestão dos estados e municípios, com vistas a promover melhorias de gestão, as quais irão permitir às autoridades de maior autonomia administrativa e financeira, o estabelecimento de objetivos, metas, resultados e prazos para a sua consecução, bem como indicadores e critérios de avaliação do desempenho da gestão e profissionalização de gestores dos portos, a facilitação das atividades de fiscalização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário, dentre outras medidas.

Planos Mestres Portuários



Instrumentos de planejamento de Estado voltados aos complexos portuários que abranjam os portos organizados, considerando as perspectivas do planejamento de transportes em nível estratégico, que visa a direcionar ações e investimentos de curto, médio e longo prazos nos portos, na relação porto-cidade e em seus acessos

Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ



Instrumento de planejamento da Autoridade Portuária, que contempla as estratégias e ações para a expansão e o desenvolvimento integrado, ordenado e sustentável das áreas e instalações do porto organizado.



Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)

O Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP é uma métrica de avaliação dos resultados da gestão portuária dos portos organizados. O índice é composto por 15 indicadores em 3 dimensões: gestão, financeiro e transparência.

O IGAP está previsto na Portaria N.º 574, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre os indicadores que compõem o IGAP, bem como os requisitos indispensáveis para a descentralização de competências relacionadas à exploração das instalações portuárias dos portos.

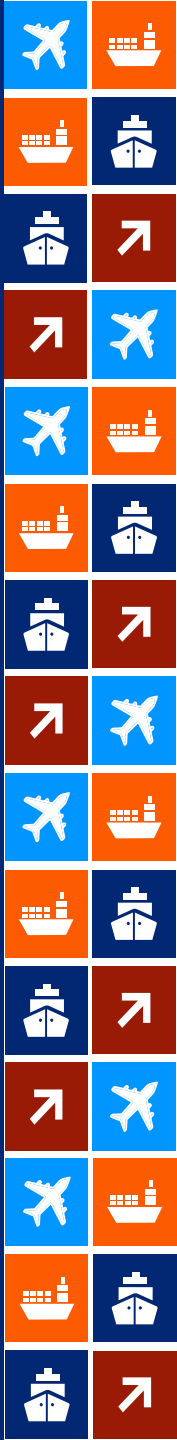
A partir do IGAP, entregamos também o Ranking IGAP. Os resultados estão disponibilizados no Power BI - <https://bit.ly/igap>

#	Classificação 2020	IGAP 2020		Classificação 2021	IGAP 2021		Classificação 2022	IGAP 2022		Classificação 2023	IGAP 2023		Desempenho 2023
		AP	Média 2020		AP	Média 2021		AP	Média 2022		AP	Média 2023	
			6,2			6,7			6,5			6,7	
			Nota 2020			Nota 2021			Nota 2022			Nota 2023	
			AP			AP			AP			AP	IGAP 04
1	1º	APPA	9,0	1º	APPA	9,0	1º	EMAP	10,0	1º	Portos do Paraná	10,0	75,6%
2		APS	8,5		APS	8,5		APPA	10,0	2º	EMAP	10,0	70,4%
3	2º	EMAP	8,5	2º	EMAP	8,5	2º	SUAPE	9,0	3º	SUAPE	8,5	99,2%
4		SCPAR Imbituba	8,5		SUAPE	8,0		APS	8,5	4	SCPar SFS	8,5	59,9%
5	3º	SCPar SFS	8,0	3º	SCPAR Imbituba	8,0	3º	CDP	8,5	5	SCPAR Imbituba	8,5	9,1%
6	4	CDP	7,7		CDP	7,8	4	SCPar SFS	8,0	6	APS	8,5	7,1%
7	5	CDC	7,3		Docas/PB	7,8		SCPAR Imbituba	7,5	7	CDSS	8,2	
8	6	CODEBA	7,2		CODEBA	7,5	5	CODEBA	7,5	8	PortosRio	7,8	
9	7	SUAPE	7,0	5	CDC	7,5	6	CODESA	6,8	9	CDC	7,5	
10	8	CDSS	6,8		SCPar SFS	7,5	7	CDC	7,0	10	Recife S.A.	7,3	
11	9	Docas/PB	6,7	6	CODESA	7,2		PortosRio	7,0	11	Docas/PB	7,2	
12	10	SPI	6,5	7	SPI	6,0	8	Docas/PB	6,8	12	CODEBA	7,0	
13	11	CODESA	6,0		CDSS	6,0	9	CDSS	6,7	13	CDP	6,7	
14	12	SOPH	5,7	8	PortosRio	5,5	10	Recife S.A.	6,3	14	PortosRS	6,5	
15	13	SUPRG/PortosRS	5,0	9	Recife S.A.	5,3	11	SOPH	6,2	15	CODERN	5,5	
16	14	PortosRio	4,9	10	CDSA	5,2	12	CODERN	5,7	16	SPI	5,5	
17	15	Recife S.A.	3,2	11	SUPRG/PortosRS	4,5	13	SUPRG/PortosRS	5,5	17	CDSA	5,0	
18	16	CODERN	1,5	12	CODERN	3,8	14	SPI	5,5	18	CODESA/Vports	4,7	
19		CDSA	0,0		COMAP		15	CDSA	4,5	19	SOPH	4,5	
20	17	COMAP		13	SOPH	3,5	16	COMAP	0,0	20	SNPH	2,7	
21		SNPH		14	SNPH			SNPH	0,0	21	COMAP	1,5	

Execução Orçamentária e Financeira (em R\$) – SNPTA 2021 a 2023

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (LOA) 2021 - 2023							
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS SUPLEMENTAR OU ESPECIAL	DOTAÇÃO CANCELADA / DESCENTRALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA SNPTA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2021	67.625.544	9.999.999	38.041.689	39.583.854	39.583.852	35.335.870	35.335.870
2022	29.306.042	-	26.924.289	16.242.697	3.482.657	72.194	72.194
2023	20.111.475	-	17.462.079	20.009.456	2.649.396	-	-

EXECUÇÃO FINANCEIRA (LOA + RAP'S) 2021 - 2023						
ANO	PAGOS LOA	RP INSCRITOS (PROC E N PROC)	RP CANCELADOS (PROC E N PROC)	RP PAGOS (PROC E N PROC)	RP A PAGAR (PROC E N PROC)	PAGAMENTOS (EXER. E RAP)
2021	35.335.870	438.196.779	268.104.779	156.743.089	13.348.911	192.078.959
2022	72.194	17.596.894	7.621.488	942.115	9.033.291	1.014.309
2023	-	12.443.754	1.389.539	-	11.054.215	-



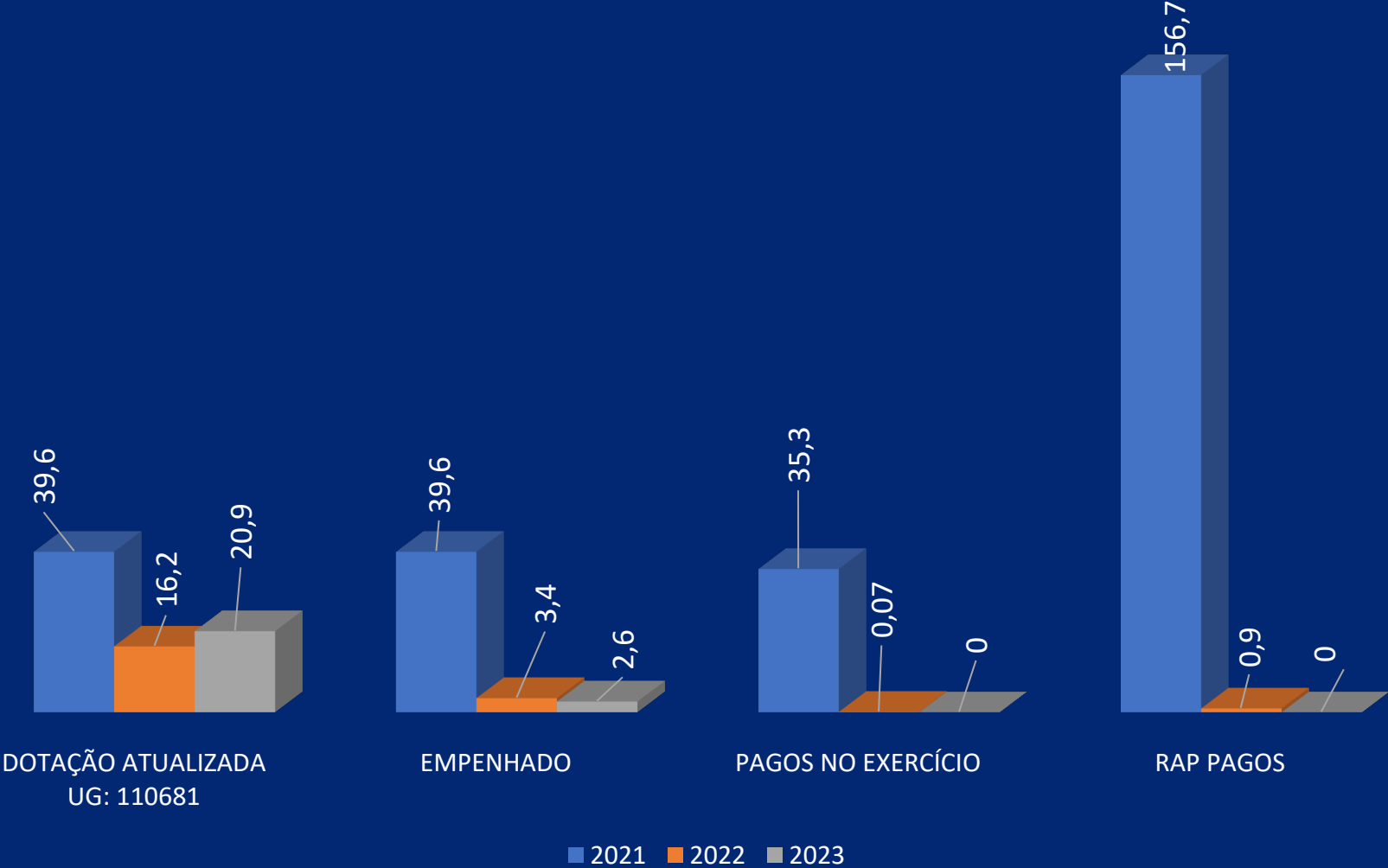
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$) - SNPTA 2021 a 2023

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (LOA) 2021 - 2023							
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS SUPLEMENTAR OU ESPECIAL	DOTAÇÃO CANCELADA / DESCENTRALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA SNPTA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2021	67.625.544	9.999.999	38.041.689	39.583.854	39.583.852	35.335.870	35.335.870
2022	29.306.042	-	26.924.289	16.242.697	3.482.657	72.194	72.194
2023	20.111.475	-	17.462.079	20.009.456	2.649.396	-	-

EXECUÇÃO FINANCEIRA (LOA + RAP'S) 2021 - 2023						
ANO	PAGOS LOA	RP INSCRITOS (PROC E N PROC)	RP CANCELADOS (PROC E N PROC)	RP PAGOS (PROC E N PROC)	RP A PAGAR (PROC E N PROC)	PAGAMENTOS (EXER. E RAP)
2021	35.335.870	438.196.779	268.104.779	156.743.089	13.348.911	192.078.959
2022	72.194	17.596.894	7.621.488	942.115	9.033.291	1.014.309
2023	-	12.443.754	1.389.539	-	11.054.215	-



Evolução dos Principais indicadores orçamentários financeiros (em R\$ milhões) SNPTA 2023



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Gestão orçamentária e financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2023 (LOA 2023), Lei nº 14,535, de 17 de janeiro de 2023, consignou à Administração Direta do Ministério dos Transportes e aos Fundos até então sob sua gestão (Fundo da Marinha Mercante - FMM, Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC e Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET) dotação orçamentária inicial no total de R\$ 3.747.811 mil¹.

Portaria GM/MPO nº 13, de 15 de fevereiro de 2023, publicada em edição extra, transferiu dotações orçamentárias da Administração Direta, do FNAC e do FMM, até então sob a gestão do Ministério dos Transportes, para a Administração Direta do Ministério de Portos e Aeroportos e aos Fundos que passaram para sua gestão (Fundo da Marinha Mercante - FMM e Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC) no total de R\$ 466.268 mil, conforme detalhamento será apresentado adiante.

As alterações orçamentárias efetuadas durante o exercício financeiro resultaram em acréscimo de créditos orçamentários no total R\$ 68.337 mil, chegando ao final do exercício de 2023 com o valor total de dotações orçamentárias de R\$ 534.605 mil. Desse total, foram empenhados R\$ 527.254 mil, liquidados R\$ 258.341 mil e pagos R\$ 257.889 mil.

Em fevereiro de 2023, com a publicação do Decreto nº 11.415, de 16 de fevereiro de 2023, foram estabelecidos os limites de movimentação e empenho (LME) das dotações orçamentárias aprovadas no exercício de 2023.

As variações ocorridas no LME 2023 acompanharam as alterações orçamentárias efetivadas, podendo ser observada similaridade entre a dotação primária discricionária e o limite orçamentário, cujos valores encontram-se reproduzidos no quadro abaixo.

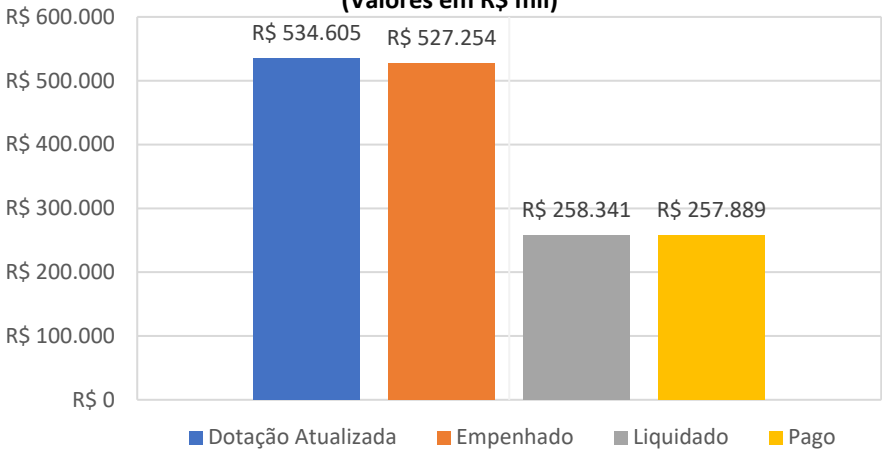
Limite Orçamentário 2023

R\$ Mil

RP	Dotação Inicial	Dotação Atual	Limite Orçamentário
0	5.234.236	5.234.236	-
1	1.000	1.000	1.000
2	446.268	517.605	517.605
7	20.000	16.000	16.000
Total Geral	5.701.504	5.768.841	534.605
Total (sem RP0)	467.268	534.605	534.605

Fonte: Tesouro Gerencial

Execução Orçamentária e Financeira
(Valores em R\$ mil)



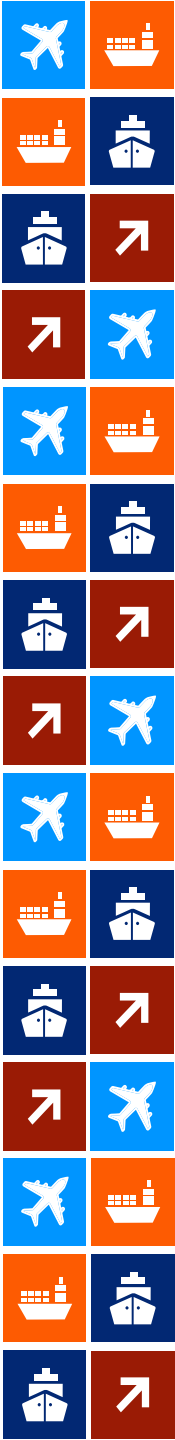
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de Dados: dez/2023

Dotação Orçamentária Inicial

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS TRANSFERIDAS DO MT PARA O MPOR EM FEVEREIRO DE 2023				R\$ Mil
Unidade Orçamentária	Ação Governo		Dotação Inicial fev/2023	
68101: MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	20UC	ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	2.549	
68901: FUNDO DA MARINHA MERCANTE	0095	RESSARCIMENTO ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS DE NAVEGAÇÃO	1.000	
	09FC	INCENTIVO ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS CONFORME LEI Nº 10.893, DE 2004	196	
	09JF	SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS MUTUÁRIOS DO FMM (LEI Nº 10.893, DE 2004)	20	
	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	5.468	
68902: FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	00TW	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO À CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN	100	
	00TX	CONTRAPRESTAÇÃO DA UNIÃO DE CONTRATOS DE PPP PARA AEROPORTOS NA REGIÃO AMAZÔNICA	10	
	00UE	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO À CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE VIRACOPOS/SP	90	
	14UB	REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL	130.436	
	15UW	REFORMA E REAPARELHAMENTO DO AEROPORTO DE MARINGÁ/PR	42.578	
	15UX	REFORMA E REAPARELHAMENTO DO AEROPORTO DE COARI/AM	20.421	
	15V1	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO AÉREA	56.940	
	15V2	REFORMA E REAPARELHAMENTO DO AEROPORTO CIVIL DE ALCANTARA/MA	25.609	
	15YT	REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS DE DOURADOS/MS	49.812	
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	500	
	20SW	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A AVIAÇÃO CIVIL	1.000	
	20UC	ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	59.232	
	210F	DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL (GESTAO)	70.306	
TOTAL			466.268	

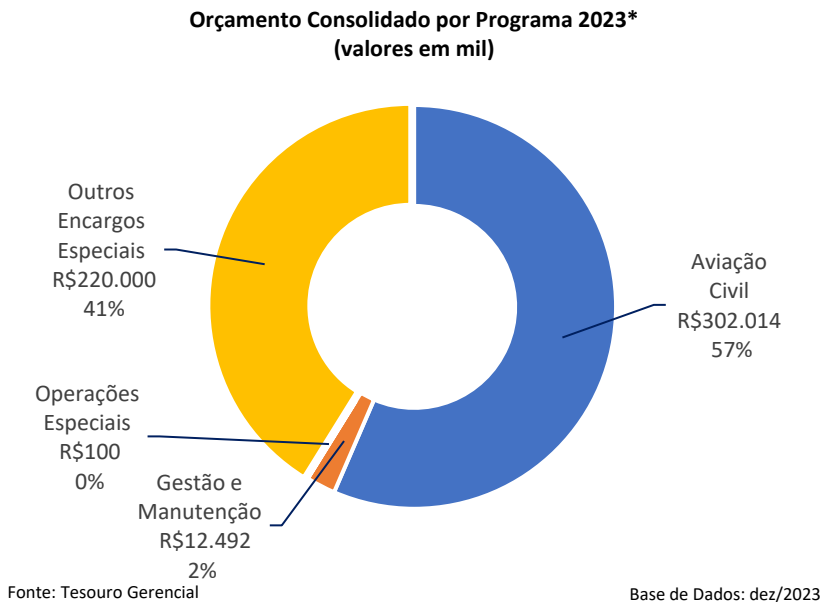
A tabela ao lado mostra as ações orçamentárias que foram transferidas da Administração Direta, do FNAC e do FMM (Ministério dos Transportes) para a Administração Direta do Ministério de Portos e Aeroportos e aos Fundos que passaram para sua gestão (Fundo da Marinha Mercante - FMM e Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC) no total de R\$ 466.268 mil, conforme Portaria GM/MPO nº 13, de 15 de fevereiro de 2023.



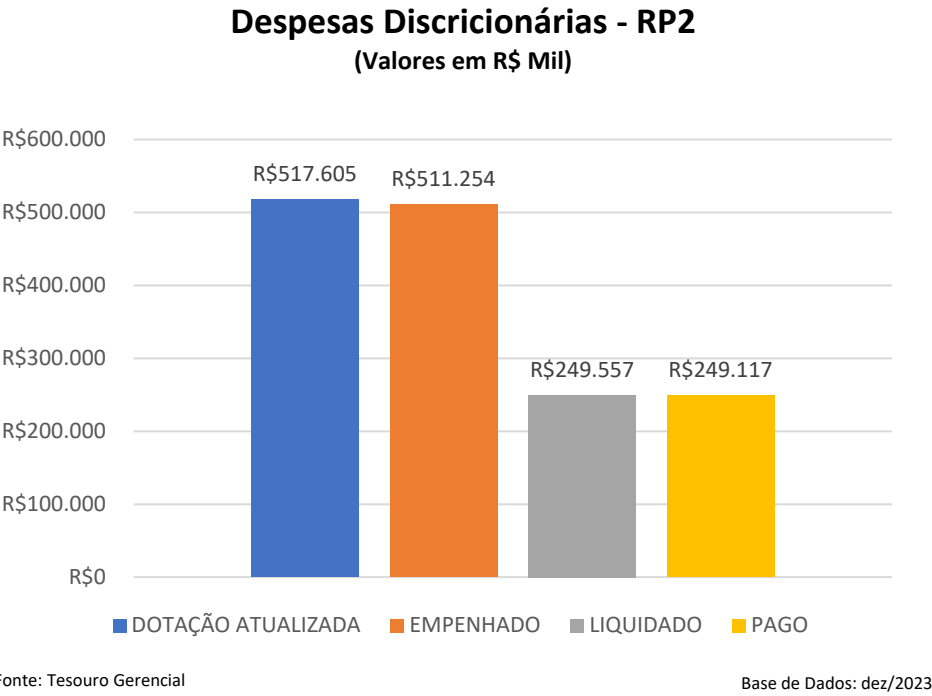
Execução Orçamentária e Financeira

O Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR teve suas despesas obrigatórias, de pessoal e benefícios, de manutenção e funcionamento da Administração Direta, do exercício de 2023, custeadas com dotações orçamentárias alocadas no Ministério dos Transportes.

As despesas de gestão e manutenção apresentadas abaixo referem-se aos valores constantes das dotações orçamentárias do FNAC e FMM, os quais tiveram suas dotações orçamentárias integralmente transferidas do MT para o MPOR. Dessa forma, as despesas do orçamento foram distribuídas nos seguintes programas:

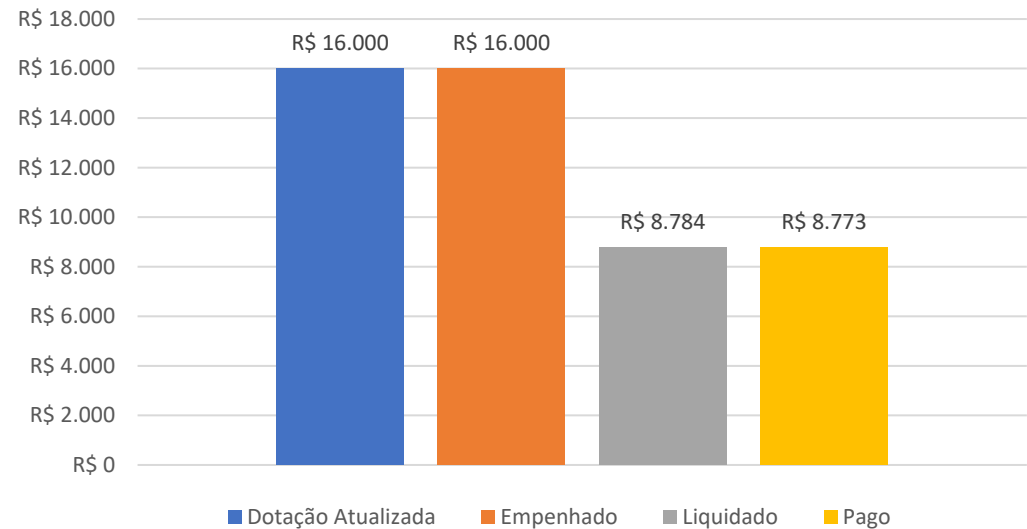


Para melhor demonstração da performance orçamentária, serão apresentadas, a seguir, representações gráficas da execução orçamentária e financeira por resultado primário: Despesas Discricionárias e Financeiras.



Execução Orçamentária e Financeira

Despesas Discrecionárias - Emendas de Bancada - RP7
(Valores em R\$ Mil)

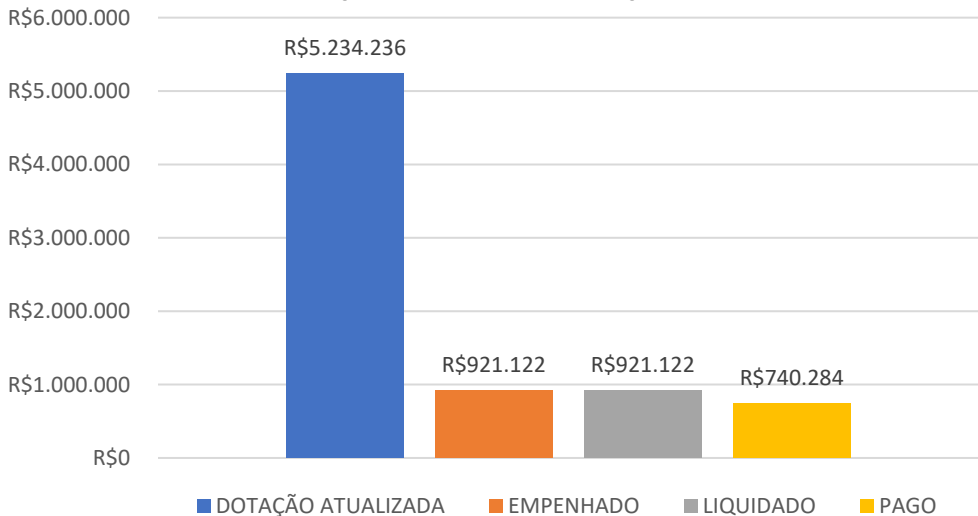


Fonte: Tesouro Gerencial

Base de Dados: dez/2023

As dotações orçamentárias das Emendas de Relator (RP7) somaram R\$ 16.000 mil e foram destinadas às ações de Reforma, Ampliação e Reaparelhamento do Aeroporto de Santa Rosa/RS (R\$ 10.000 Mil), e Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Dourados/MS (R\$ 6.000 Mil), tendo sido empenhado o valor total, e liquidado (R\$ 8.784 mil) e pago (R\$ 8.773 mil) referente ao Aeroporto de Dourados/MS.

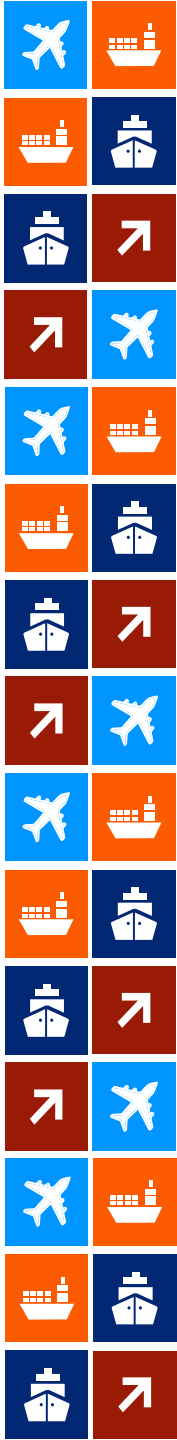
Despesas Financeiras – RP0
(Valores em R\$ Mil)



Fonte: Tesouro Gerencial

Base de Dados: dez/2023

As dotações orçamentárias destinadas às despesas financeiras em 2023 totalizaram R\$ 5.234.236 mil, correspondendo aos recursos provenientes do Órgão 74904 – Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM-Portos, destinadas ao pagamento de Inversões Financeiras, referente ao Programa 3005 – Transporte Aquaviário, e à ação 0118 - Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval - Nacional.



Execução Orçamentária e Financeira

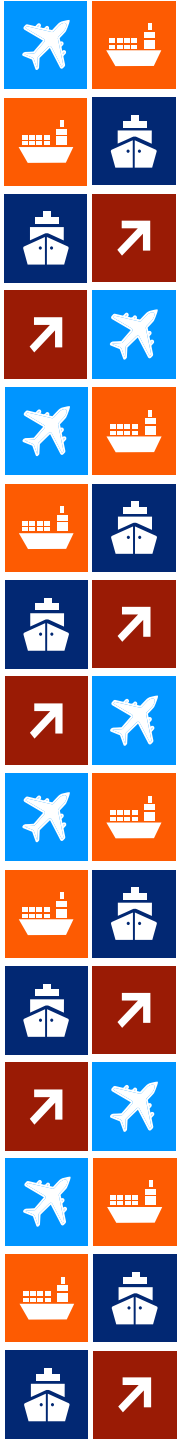
R\$ mil

Finalidade	Dotação 2023				Restos a Pagar			Execução Financeira Total 2023
	Dotação Atualizada	Limite Orçamentário	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Inscritos e Reinscritos Líquidos	Pagos	A Pagar	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (e) - (f)	
CUSTEIO	289.655	289.655	288.397	218.301	8.960	8.413	546	226.715
INVESTIMENTOS	244.950	244.950	238.857	39.588	120.433	51.991	68.442	91.579
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.234.236	5.234.236	921.122	740.284	292	0	292	740.284
Total (sem Inversões Financeiras)	534.605	534.605	527.254	257.889	129.392	60.404	68.988	318.293
Total Geral	5.768.841	5.768.841	1.448.376	998.174	129.684	60.404	69.280	1.058.578

Fonte: Tesouro Gerencial

Base de Dados: dez/2023

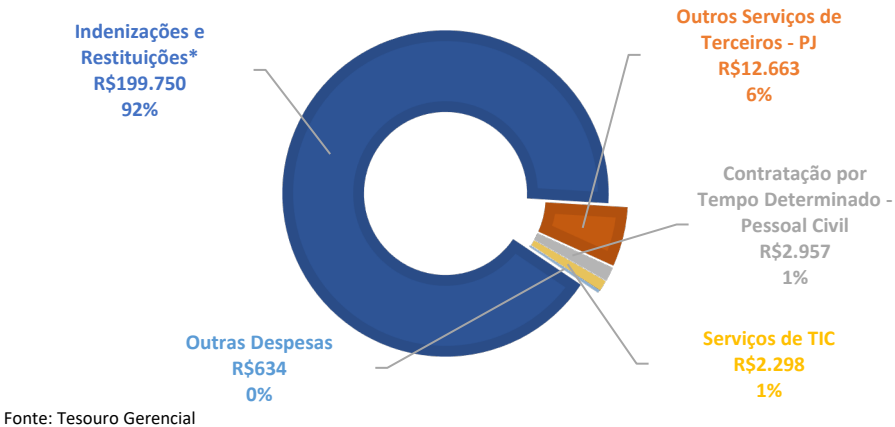
Os pagamentos efetuados à conta da dotação Orçamentária em 2023 totalizaram R\$ 998.174 mil, de um total empenhado no exercício, na ordem de R\$ 1.448.376 mil. Os valores pagos com base em dotações de exercícios anteriores (Restos a Pagar) perfizeram a quantia de R\$ 60.404 mil, ou seja, 47% do estoque de restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos. Assim, a execução financeira do exercício de 2023 atingiu a importância de R\$ 1.058.578 mil, cujo detalhamento explicitaremos no quadro abaixo.



Valores Pagos 2023

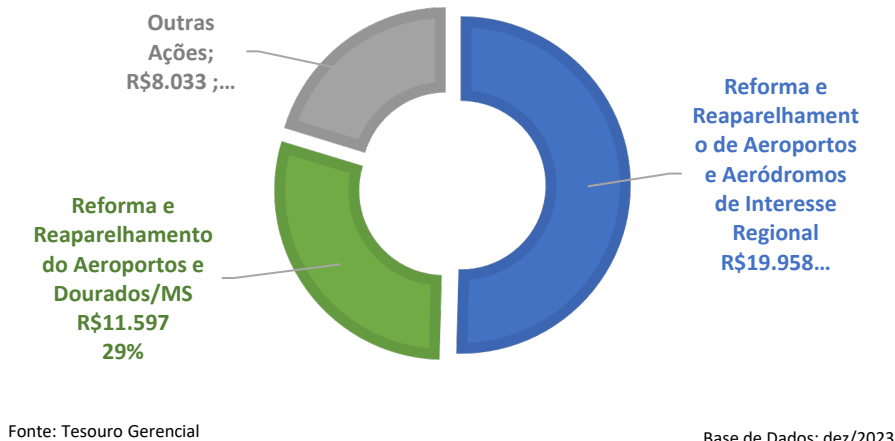
Os pagamentos realizados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (Administração Direta e Fundos), com base nas dotações orçamentárias do ano de 2023, totalizaram R\$ 1.058.578 mil. Os gráficos abaixo demonstram a distribuição dessa execução por finalidade das despesas, cujos dados foram agrupados levando em conta as ações orçamentárias envolvidas, os elementos e subelementos de despesas nelas compreendidos.

Despesas Pagas com Custeio
(Valores em R\$ mil)

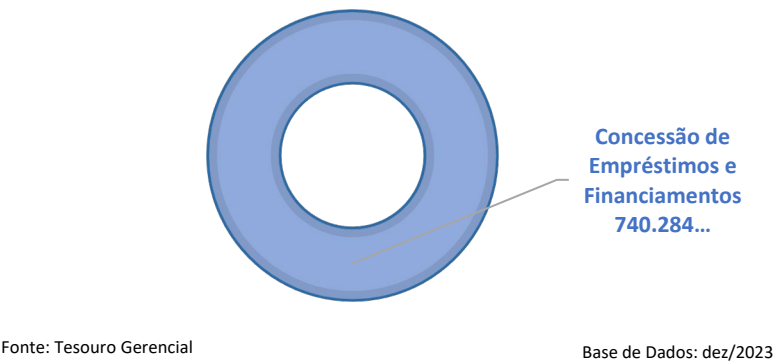


As despesas de custeio pagas com dotações de 2023 somaram R\$ 218.301 mil. Esse total foi gasto da seguinte forma: R\$ 199.750 mil (92%) com Indenizações e Restituições; R\$ 12.663 mil (6%) com Outros Serviços de Terceiros - PJ; R\$ 2.957 mil (1%) com Contratação por Tempo Determinado - Pessoal Civil; R\$ 2.298 mil (1%) com Serviços da Tecnologia e Comunicação - TIC; e R\$ 634 mil (0%) com outras despesas. Ressalte-se que nesse último item encontram-se computadas despesas administrativas não especificadas acima, tais como passagens e despesas com locomoção, diárias de pessoal civil, auxílio financeiro a pesquisadores etc.

Despesas Pagas com Investimento
(Valores em R\$ Mil)

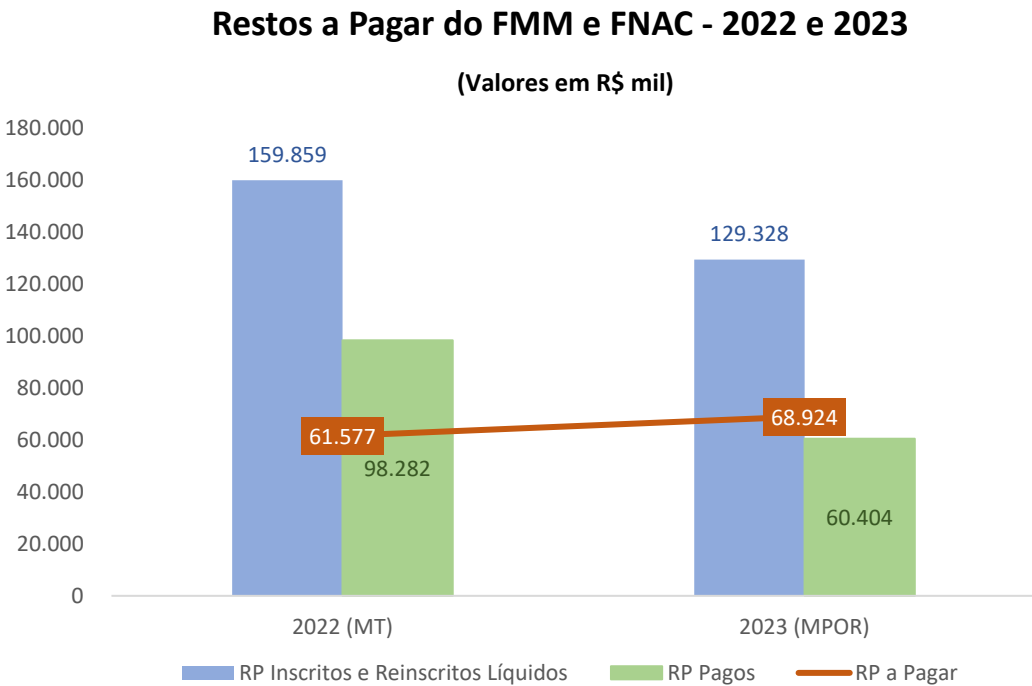


Despesas Pagas com Inversões Financeiras *
(Valores em R\$ mil)



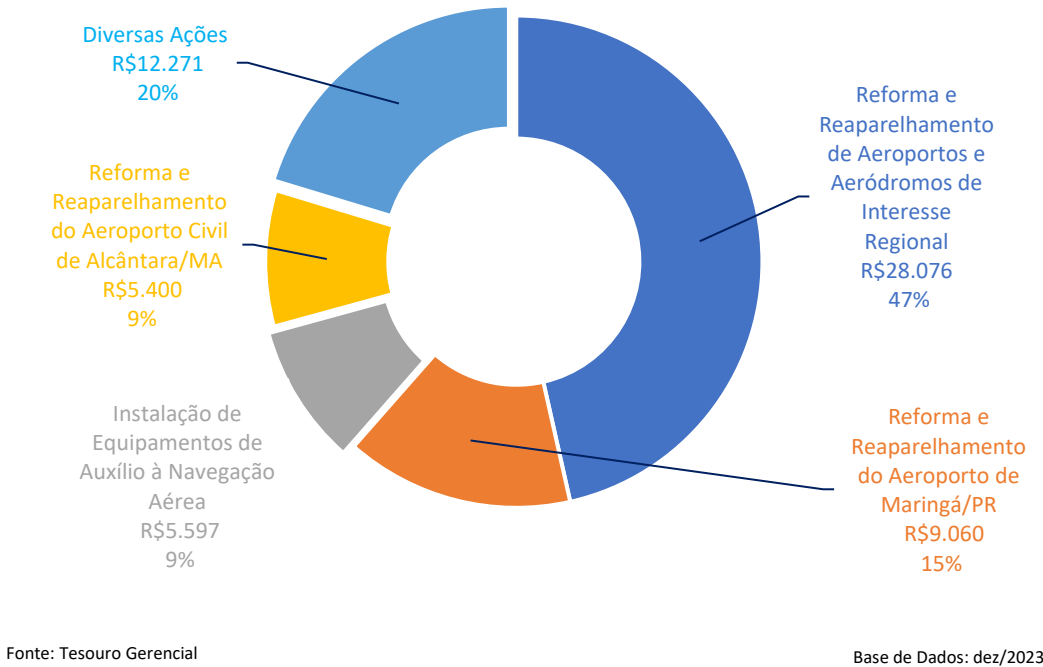
Restos a Pagar 2023

Os Restos a Pagar do MPOR de 2023 referem-se às ações do FMM e do FNAC. O gráfico abaixo demonstra aumento do saldo a pagar de restos a pagar processados e não processados ao longo do biênio 2022-2023.



Cerca de 47% dos restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos foram pagos no exercício de 2023, totalizando o montante de R\$ 60.404 mil. Quanto ao percentual do saldo final de obrigações a pagar em relação ao estoque inicial, o índice aumentou 12% no período 2022-2023.

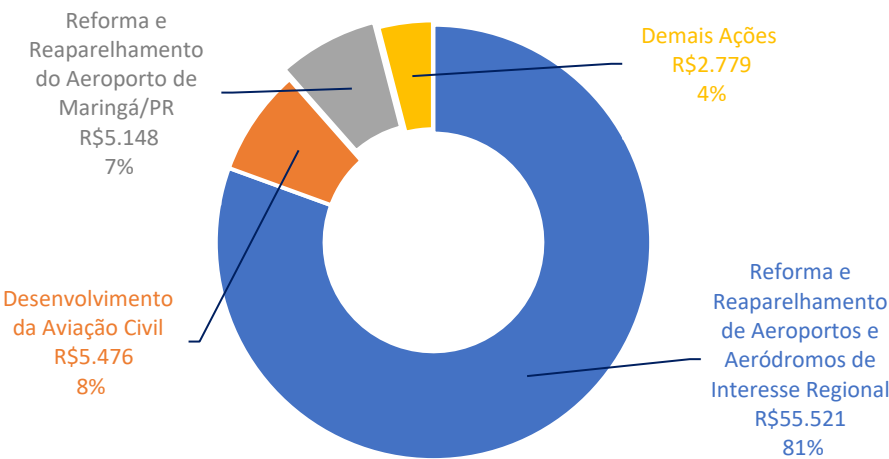
Restos a Pagar Pagos em 2023
(valores em mil)



Os valores pagos em 2023 de Restos a Pagar no montante de R\$ 60.404 mil concentram-se em programações orçamentárias destinadas às seguintes ações: a) 14UB: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional (47%); b) 15UW: Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR (15%); c) 15V1: Instalação de Equipamentos de Auxílio à Navegação Aérea (9%); d) 15V2: Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto Civil de Alcântara/MA (9%); e) Outras Ações (20%).

Restos a Pagar 2023

RAP a Pagar de 2023
(valores em mil)

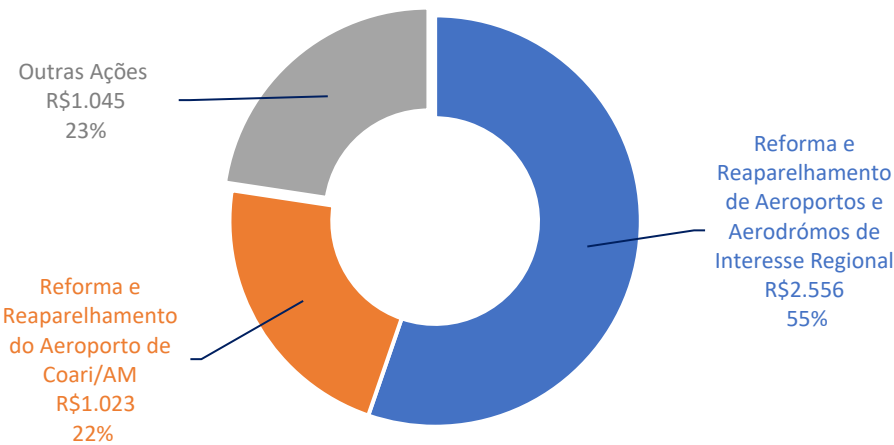


Fonte: Tesouro Gerencial

Base de Dados: dez/2023

Os valores de RAP a Pagar de 2023 totalizaram R\$ 68.924 mil, nas seguintes ações: a) 14UB: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional (81%); b) 210F: Desenvolvimento da Aviação Civil (8%); c) 15UW: Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR (7%); e) Outras Ações (4%).

Composição do RAP Cancelado de 2023
(valores em mil)



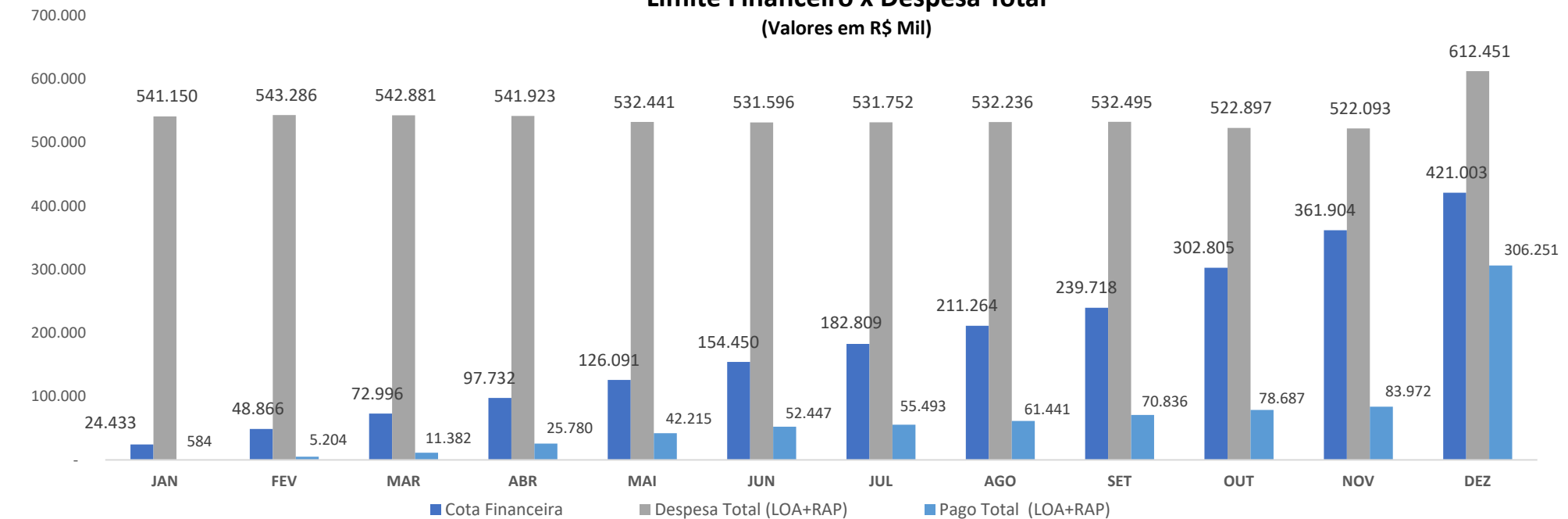
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de Dados: dez/2023

Os cancelamentos de restos a pagar totalizaram R\$ 4.624 mil, dos quais merecem destacar: a) R\$ 2.556 mil (55%) computados em programações direcionadas à ação 14UB (Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional); b) R\$ 1.023 mil (22%) destinados à ação 15UX (Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Coari/AM); e c) R\$ 1.045 mil (40%) referentes a cancelamentos de diversas outras ações.

Limite de Pagamentos 2023

Evolução dos Pagamentos 2023 - RP2, RP3 e RP9 (Adm Direta e Fundos)
Limite Financeiro x Despesa Total
(Valores em R\$ Mil)



Fonte: Tesouro Gerencial

Base de Dados: exercício de 2023

Quanto aos limites de pagamento, merecem nota as ações envidadas pela Pasta ao longo do exercício de 2023, com o fim de assegurar os recursos necessários ao cumprimento de sua missão institucional. Tais esforços foram materializados, principalmente, em correspondências dirigidas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contendo solicitação de ampliação e/ou remanejamento de limites financeiros entre os anexos do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2023. Face o acolhimento satisfatório das requisições em comento, foi possível atender as demandas financeiras das unidades, de um modo geral, sendo apurado até o final do exercício percentual de utilização de 73% do total do limite de pagamento disponibilizado e 69% de utilização do limite pela despesa total.

Gestão Contábil

Resumo da Situação Patrimonial

Ativo	R\$ 40.296.940.177,23
Passivo	R\$ 261.326.896,17
(=) Patrimônio Líquido	R\$ 40.035.613.279,06

Os dados constantes das demonstrações contábeis, a seguir analisadas, são provenientes da consolidação das informações do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo incluídos o Fundo da Marinha Mercante e o Fundo Nacional da Aviação Civil, referentes ao ano de 2023, posto tratar-se do primeiro ano do MPOR após sua recriação enquanto Ministério.

Conforme verificado no Balanço Patrimonial, os ativos representam o montante de R\$ 40.296.940.177,23, e compreendem os recursos financeiros e patrimoniais geridos pelo Órgão. Já os passivos são da ordem de R\$ 261.326.896,17 e significam as suas obrigações. O Patrimônio Líquido, obtido pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo, é de R\$ 40.035.613,279,06, refletindo uma situação patrimonial positiva.

Dos ativos, o Ativo Realizável a Longo Prazo é o que possui maior representatividade com 59,88%, sendo composto por empréstimos e financiamentos concedidos, e créditos e valores a receber no longo prazo.

O Caixa e Equivalentes de Caixa representam 28,13% do Ativo e correspondem a disponibilidades nos bancos, aplicações na Conta Única da União e os recursos recebidos do Tesouro Nacional com autorização para saque.

Outro título contábil com valores significativos é o de Créditos a Curto Prazo representando 6,24% do Ativo.

O Imobilizado corresponde 4,78% do Ativo, sendo composto pelos Bens Móveis e Imóveis.

	Valor (bilhões)	%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 11,334	28,13%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 2,515	6,24 %
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 24,128	59,88%
Imobilizado	R\$ 1,928	4,78%
Outros	R\$ 0,392	0,98%

Composição do Ativo



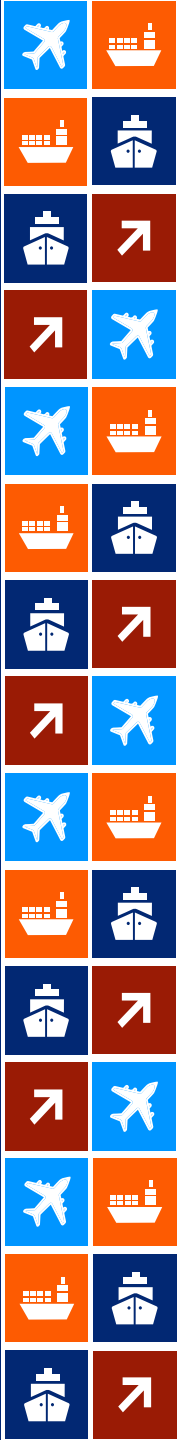
- Caixa e Equivalentes de Caixa

Créditos a Curto Prazo

Ativo Realizável a Longo Prazo

Imobilizado

Outros

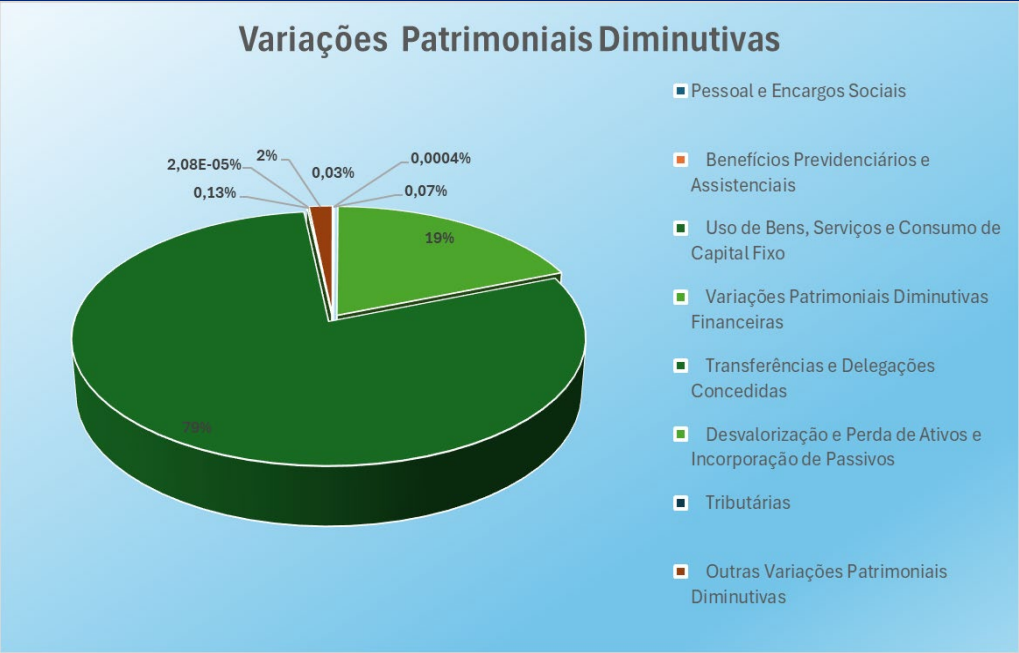
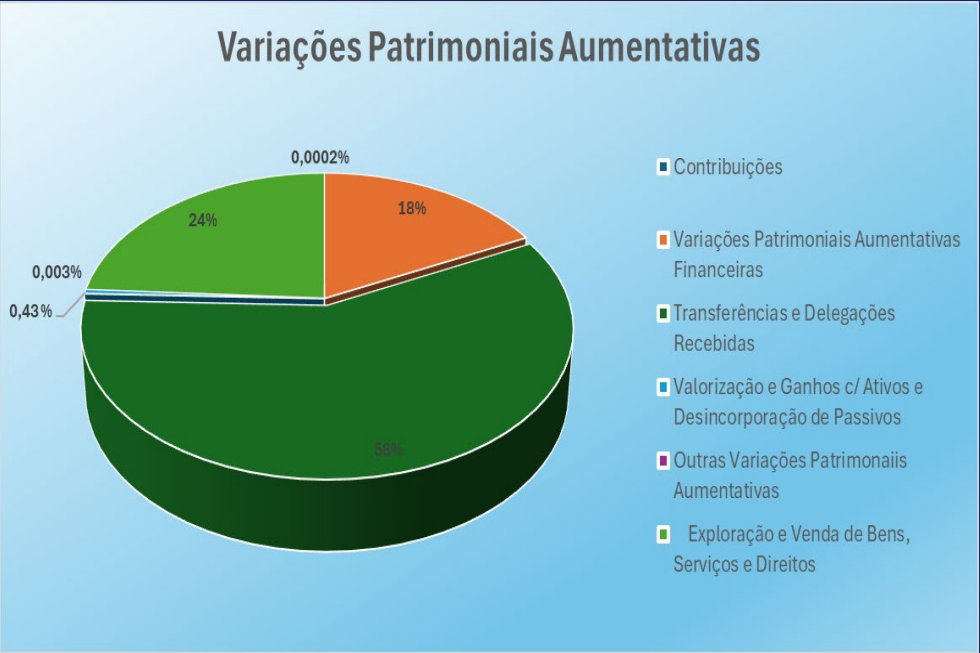


Gestão Contábil

Na Análise das Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP, as variações patrimoniais aumentativas alcançaram o montante de R\$ 20,395 Bilhões em 2023, conforme gráfico abaixo.

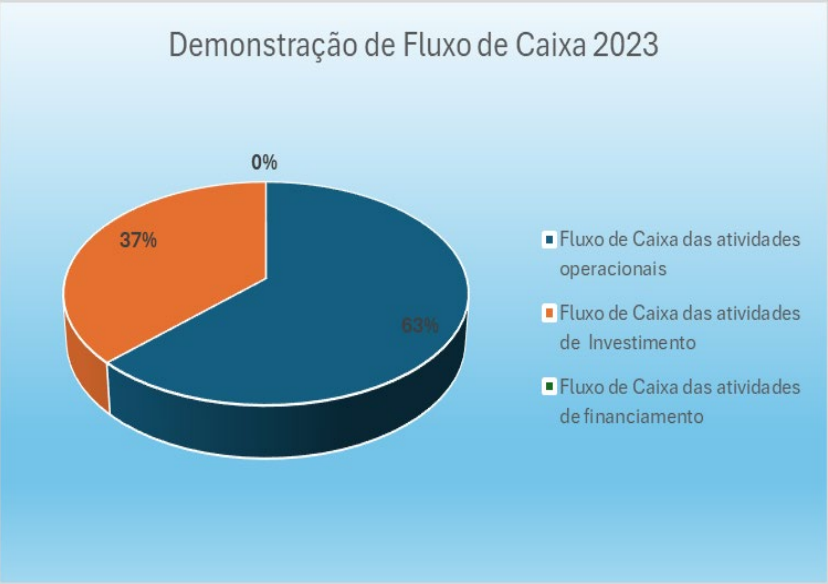
Por outro lado, as Variações patrimoniais diminutivas alcançaram o montante de R\$ 18,348 Bilhões em 2023, conforme gráfico abaixo.

Ao confrontar as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas chega-se ao resultado patrimonial positivo de R\$ 2,047 bilhões.



Gestão Contábil

A Demonstração de Fluxo de Caixa está distribuída conforme a seguir:



FLUXO DE CAIXA	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 3.372.962.391,62
INGRESSOS	R\$ 17.968.067.138,60
DESEMBOLSOS	R\$ 14.595.104.746,98
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	R\$ 2.004.973.371,43
INGRESSOS	R\$ 2.761.565.361,65
DESEMBOLSOS	R\$ 756.591.990,22
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0
RESULTADO DO FLUXO	R\$ 5.377.935.763,05

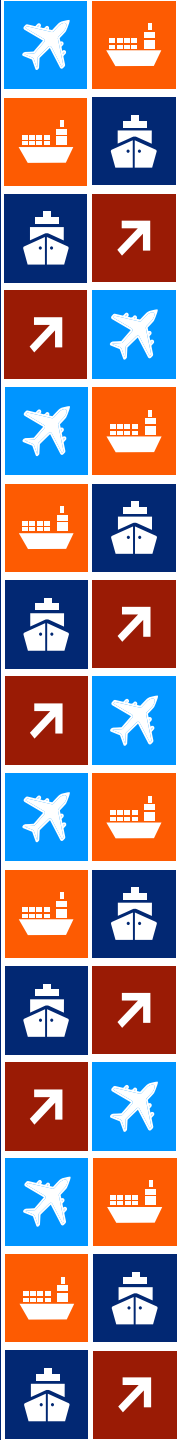
A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxo: operacional, de investimento ou de financiamento.

A DFC identifica:

- a. As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. Os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- c. O saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação do fluxo de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais alcançou um montante líquido de R\$ 3.372.962.391,62 em 2023, enquanto o Fluxo de Caixa das Atividades de investimento foi da ordem de R\$ 2.004.973.371,43, que somados foram um resultado positivo de R\$ 5.377.935.763,05.



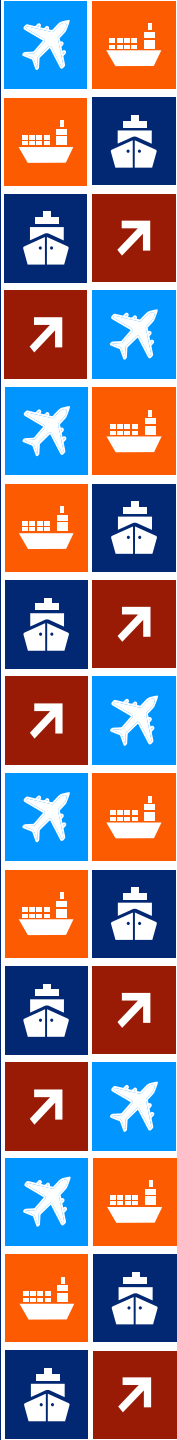
Gestão Contábil

Resultado Financeiro	31/12/2023
a) Receitas Orçamentárias	R\$ 10.829.782.253,42
b) Despesas Orçamentárias	R\$ 1.340.955.646,83
Subtotal (a - b)	R\$ 9.488.826.606,59
c) Transferências Financeiras recebidas	R\$ 9.897.923.932,18
d) Transferências Financeiras concedidas	R\$ 12.583.584.913,35
Subtotal (c - d)	R\$ 2.685.660.981,17
e) Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 370.621.868,80
f) Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 1.795.851.731,17
Subtotal (e - f)	R\$ 1.425.229.862,37
Resultado Financeiro ((a-b) + (c-d) + (e-f))	R\$ 5.377.935.763,05

O Balanço Financeiro é o instrumento onde se realiza a apuração do resultado financeiro do Órgão pelo confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício.

De acordo com o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor público 9ª edição, tal Balanço explicita que: em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro.

O MPOR, no exercício de 2023, obteve um Resultado Financeiro positivo de R\$ 5.377.935.763,05.



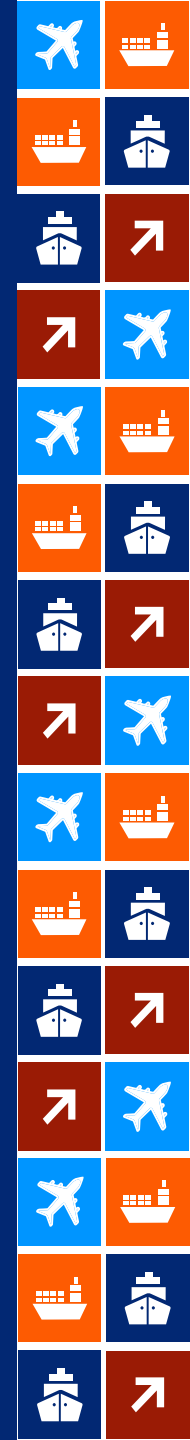
Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC

Dentre os principais fatos contábeis, seguem os mais relevantes:

- No FMM - Fundo da Marinha Mercante, a conta de Bens Móveis está com saldo líquido negativo. Isso porque, para algumas contas, o valor da depreciação acumulada está maior que o valor registrado do ativo correspondente. À título de exemplo, a conta 123110201 - EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC: em 31/12/2023, o saldo do ativo era de R\$ 319.682,26. A depreciação acumulada para esses bens, conforme saldo da conta 123810100 - DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS, era de R\$ 538.108,28, sendo necessário rever os lançamentos de depreciação registrados nessas contas, assim como os valores transferidos para outras unidades, o que já foi objeto de cobrança da setorial contábil.
- A conta contábil de enfoque foi a 12321.01.06 - Aeroportos/Estações/Aeródromos e a conta contábil 1.2.3.2.1.11.00 - Ativos de Concessão, visto que foi questionamento de Auditoria financeira do CGU-Controladoria Geral da União e recomendação do TCU - Tribunal de Contas da União, o qual gerou o processo 50020.005134/2023-51. A Setorial contábil do MPOR respondeu aos questionamentos feitos pela Secretaria Nacional de Aviação Civil - SNAC correlacionado ao Fundo Nacional de Aviação Civil -FNAC para os procedimentos de regularização dos saldos das contas conforme Nota Técnica Nº 3/2024/DCONT-MPOR/COFCO-MPOR/CGGA-SE-MPOR/SE-MPOR e também foi feita uma Consulta à Secretaria do Tesouro Nacional - STN no sentido estabelecer a forma da contabilização correta e os procedimentos específicos para contabilização das concessões comuns de aeroportos e sobre o recolhimento de direitos a receber de receitas antecipadas decorrentes desse processo.

- A rubrica “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” que compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perda de ativo, teve uma redução total em relação ao ano passado, sem execução em 2023. Ocorre que houve uma mudança na contabilização das variações cambiais negativas. Em 2022, quando ocorria tal fato, era utilizado o evento 54.0.787 fazendo com que houvesse um crédito na conta 121110308 - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A REC - EXCETO FAT e um débito na conta 365110100 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS. Contudo, conforme Comunica STN 2023/1825714 (DOC SUPER 7053868), se a natureza dos lançamentos for de variação cambial, a conta a ser debitada é a 343510200 - VARIAÇÕES CAMBIAIS NEGATIVAS. A partir dessa mensagem, foram adotados os devidos procedimentos de regularização. Cabe ressaltar que esse ponto também explica o expressivo aumento na rubrica “Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras”. Praticamente todo o valor de R\$ 3.434.859.274,37 está enquadrado na rubrica “Variações Monetárias e Cambiais”. Em 2022, como já explicado, esses valores eram contabilizados na rubrica “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”.

- De acordo com a tabela “Composição Variações Patrimoniais Diminutivas”, podemos perceber que as despesas relacionadas a “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” tiveram uma diminuição de 76,82%. Grande parte desses valores são relativos aos registros das comissões retidas pelo BNDES. Tratam-se de contratos celebrados antes da publicação da Lei 10.893/2004. No ano de 2023, foram registrados R\$ 390.472,12 referentes a Restos a Pagar. Nessa rubrica também, consta o valor dos pagamentos relacionados às VPDs de Serviços Terceiros PJ, Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, Serviços Administrativos, Serviços de Água, Esgoto, Energia Elétrica e Gás. Consta também o montante total depreciado tanto dos bens móveis quanto imóveis. Importante ressaltar que as retenções do BNDES diminuem a cada ano, pois os contratos enquadrados nessa disposição estão em fase final de amortização.



Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC

As informações constantes das demonstrações contábeis abrangem os dados da Administração Direta do Ministério de Portos e Aeroportos e do Fundo da Marinha Mercante – FMM e do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC.

A conformidade contábil baseia-se nos procedimentos descritos no Manual SIAFI, nas macrofunções elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, nas edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e nas legislações pertinentes ao assunto, visando garantir a integridade, confiabilidade e veracidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, utilizado pelo Governo Federal para execução dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

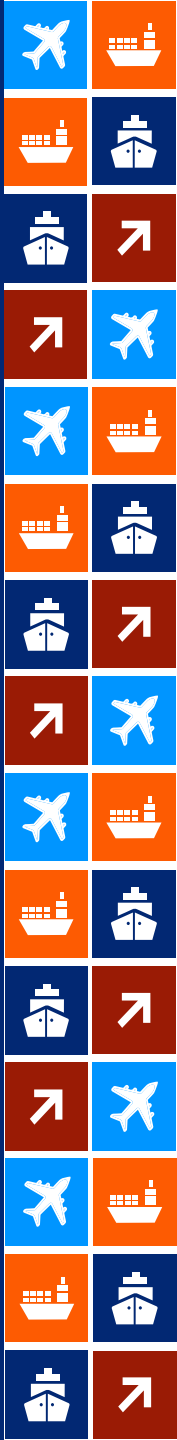
Utiliza-se, ainda, das seguintes ferramentas: Power BI, Tesouro Gerencial, planilhas de controles, elaboração de relatórios mensais, os quais são encaminhados às Unidades Gestoras recorrendo sobre restrições contábeis apontadas e lançamentos que necessitam ser analisados e, se for o caso, regularizados. Com o objetivo de disponibilizar a informação e garantir fidedignidade dos demonstrativos contábeis, o controle se faz por acompanhamento diário dos balanços e das informações constantes do SIAFI, solicitando ajustes via telefone, e-mail, comunica SIAFI e ofícios, quando necessários.

As principais normas legais utilizadas para o embasamento da análise das demonstrações contábeis são a Lei 4.320/1964 e a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000). Além dessas, existem regulamentos específicos emitidos por órgãos de controle e fiscalização, como a Controladoria-Geral da União - CGU e o Tribunal de Contas da União - TCU, que também são relevantes para a contabilidade pública.

Ademais, também é importante explicitar que as demonstrações contábeis no setor público e as notas explicativas melhoram a transparência e prestação de contas, a tomada de decisões, o controle interno e externo, a credibilidade e confiança na gestão do recursos públicos.

No exercício de 2023 foram apontadas restrições contábeis, conforme evidenciado na tabela ao lado. Esses apontamentos são identificados, descritos os motivos e realizados acompanhamento nas unidades até a devida regularização. Desta análise, identificou-se que o FMM possui o maior número de restrições contábeis relativas, principalmente, a falta de registro de depreciação e avaliação bens, e o FNAC com restrições relacionadas aos Convênios e TED - Termo de Execução descentralizada.

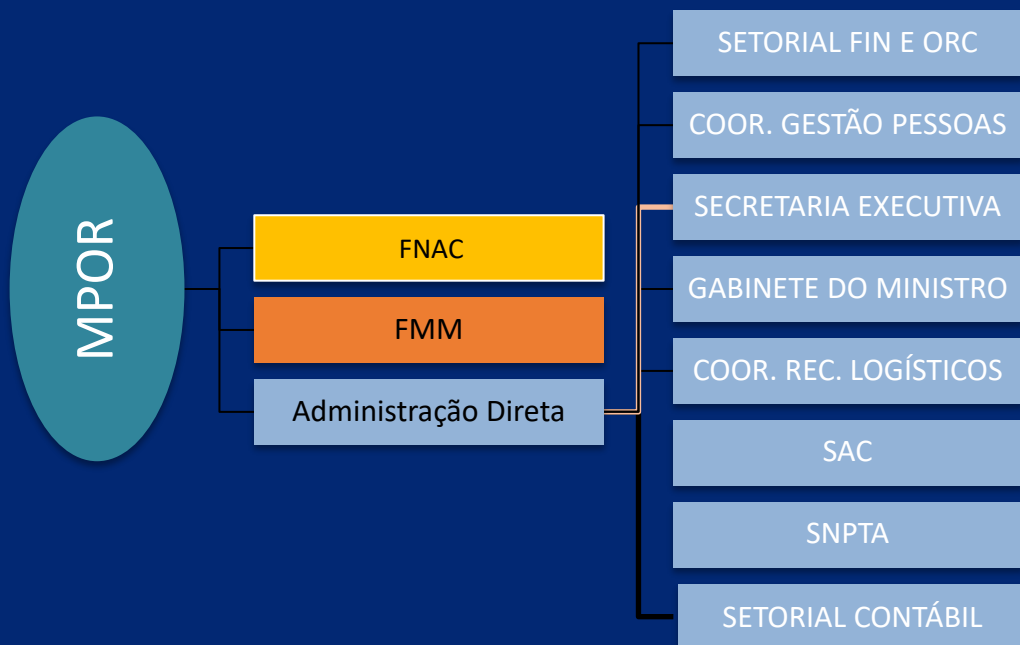
Restrições contábeis Anuais		
Ministério de Portos e Aeroportos	Fundo da Marinha Mercante	Fundo Nacional de Aviação Civil
Outros- Controles Diversos	Falta ou Atraso de Remessa do RMA ou RMB	Falta/Restrição Conform.Registro de Gestão
Outros-despesas	Falta / Restrição Conform. Registros de Gestão	Convenios a aprovar com data expirada
Utilização Inadequada de eventos/Situação CPR	Falta Avaliação Bens móv/imov/intang/outros	Transf. Volunt. S/ Comprov. e não Env. P/inadimp
Demais Incoerências- DDR	Falta /Reg. Incomp.Deprec, amort, ex.-at.IMOB	Saldo Along/ Indev. Contas trans. AT.não circulante-Imobil
	Demais Incoerências- Balanço Patrimonial	TED a Comprovar com Data expirada
	SLD Along/Indev.contas trans.AT.não circulante-Imobilizado	TED a Repassar Expirados
	Falta reg./Atualização Ajus.Perdas Provaveis	



Informações dos Contadores da UPC.

O Contador responsável por cada unidade tem como atribuição principal certificar que as Demonstrações Contábeis geradas pelo SIAFI estão em consonância com o disposto nas legislações pertinentes ao assunto, aos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e com as macrofunções elaboradas pela STN.

O Ministérios de Portos e Aeroportos e os Fundos a ele vinculados, dispõe de um contador para cada unidade gestora, sendo ele responsável pelo registro da Conformidade Contábil no SIAFI, conforme abaixo. Este registro compete, exclusivamente, a um profissional em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que esteja em dia com as obrigações profissionais e devidamente credenciado no SIAFI para este fim.



O MPOR conta com uma Setorial Contábil de Órgão Superior atuando na orientação das demais unidades gestoras executoras, objetivando evitar distorções nas Demonstrações Contábeis, prevenir a ocorrência de inconsistências no SIAFI, bem como interligar suas unidades e a Coordenação de Contabilidade da STN. No ano de 2023, os responsáveis que atuaram pela Setorial Contábil Superior e unidades gestoras executoras foram:

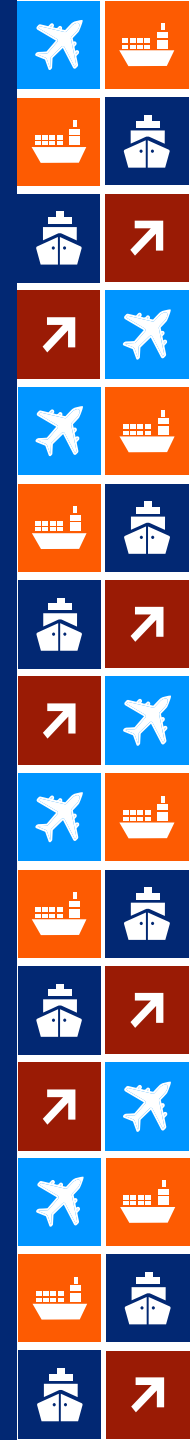
FNAC- Fundo Nacional de Aviação Civil
Allan Augusto Wachholtz - 01/01/2023 a 31/12/2023

FMM- Fundo da Marinha Mercante
Diego José da Silva Ramos - 01/01/2023 a 31/12/2023

DCONT/MPOR-SETORIAL CONTÁBIL- 01/01/2023 a 31/12/2023
Allan Augusto Wachholtz

SAC/MPOR- 01/01/2023 a 31/12/2023
Allan Augusto Wachholtz

SETORIAL FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA - 01/01/2023 a 31/12/2023
Allan Augusto Wachholtz



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Os Demonstrativos Contábeis e as Notas Explicativas do Exercício 2023 estão disponíveis por meio do link : [Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas — Portos e Aeroportos \(www.gov.br\)](http://www.gov.br).

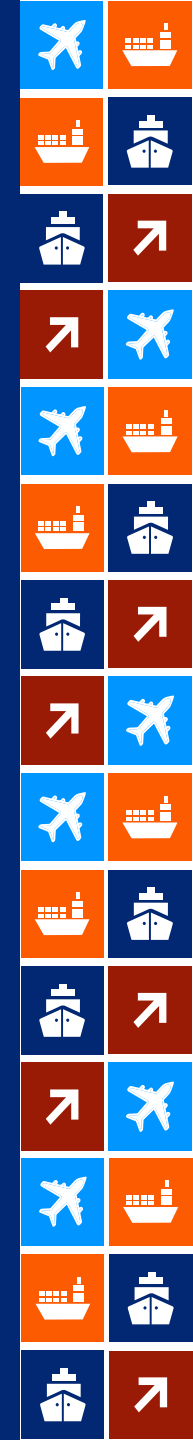
As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001, a Lei Complementar nº 101/2000, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis seguem o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas de:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Faz-se oportuno mencionar, que o MPOR - Ministério de Portos e Aeroportos foi criado pelo DECRETO Nº 11.354, DE 1º DE JANEIRO DE 2023, onde se estabelece sua Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, bem como remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Os relatórios das Demonstrações Contábeis do MPOR foram elaborados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeiras do Governo Federal (SIAFI), tendo como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades gestoras executoras, que compõem sua Administração Direta e Fundos, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).



Gestão de pessoas

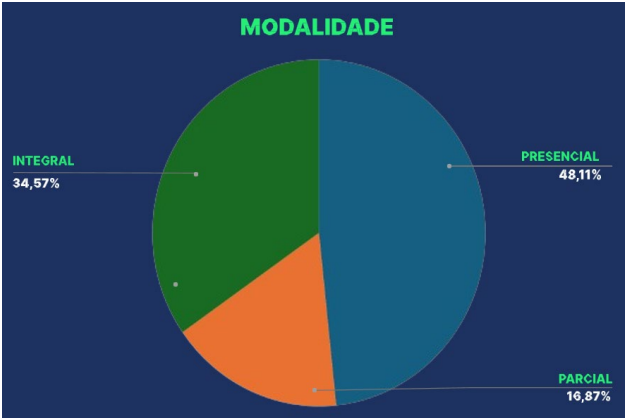
Inicialmente vale rememorar que até 31 de dezembro de 2023, o Ministério de Portos e Aeroportos estava sob a condição de órgão provido pelo Ministério dos Transportes, o qual proveu os serviços administrativos estruturais ao funcionamento da área meio, incluindo os serviços de suporte às atividades de Gestão de Pessoas.

Os principais serviços prestados pelo MT ao MPOR foram gestão e operação do cadastro de pessoal, execução da folha de pagamentos, publicações em boletim de pessoal e contratação de estagiários.

Conforme Decreto nº 11.837/2023, a partir de janeiro de 2024 a Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos – SSC/MGI passou a ser o órgão responsável pelo provimento de serviços de suporte administrativo ao MPOR, que integrou o Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov, na condição de órgão solicitante.

Programa de Gestão de Desempenho

Como medida de racionalização de gastos, ganho de produtividade e gestão por qualidade, em 2023 o MPOR aderiu ao Programa de Gestão originário do extinto Ministério da Infraestrutura, por meio do Edital 96/2022 (até então vigente). Atualmente, 47,3% da força de trabalho da Pasta estão no Programa de Gestão, seja na modalidade parcial ou integral.



Perfil da Força de Trabalho



Cargos e Funções

O MPOR dispõe de 137 cargos e funções comissionadas, estabelecidos pelo Decreto nº 11.354/2023, que teve a seguinte ocupação em 2023:

PERÍODO	OCUPAÇÃO CARGOS/FUNÇÕES
FEV/2023	83
DEZ/2023	130

Gestão de Programas de Estágio

A Coordenação de Gestão de Pessoas formalizou junto ao Ministério dos Transportes a contratação de 5 (cinco) estagiários de nível superior, os quais atuam nas áreas indicadas abaixo:

- Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR/GM
- Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP/CGGA/SE
- Departamento de Investimentos - DINV/SAC
- Departamento de Navegação e Hidrovias – DNHI/SNPTA
- Departamento de Gestão e Modernização Portuária – DGMP/SNPTA

Capacitação

Em parceria com o Ministério dos Transportes, foram proporcionadas participações em ações de capacitação, contemplando 24 servidores ao total:

CURSO	QNTD. SERVIDORES
Treinamento de Excel e de Power BI	10
VII Congresso Excelência em Gestão e Liderança	10
IV Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno	1
Curso de Gestão Patrimonial – Instrumentos para Gerência de Almoxarifado e Patrimônio	2
Mestrado Profissional em Gestão Publica	1
TOTAL	24

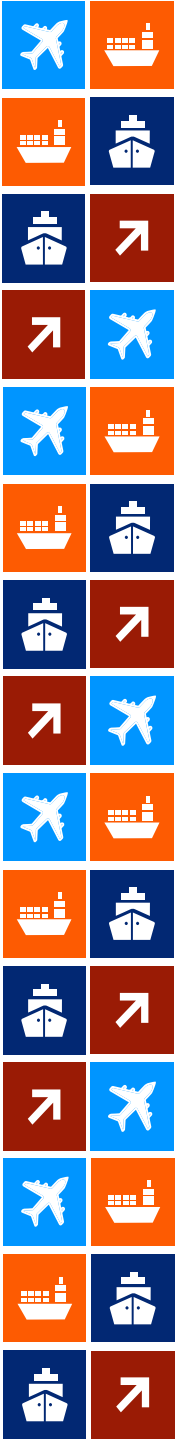
Processos de Ouvidoria e Judiciais

A COGEP recebeu 05 (cinco) processos de Ouvidoria, cujas demandas foram atendidas dentro do prazo legal estabelecido. A demanda mais recorrente foi relacionada à solicitação de informações protocolado no sistema Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal.

Foram elaborados subsídios para manifestação no âmbito de 8 (oito) processos judiciais, também dentro dos prazos estabelecidos.

Publicação de Normativos

INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO DOU	EMENTA
Portaria nº 390, de 23 de agosto de 2023	25/08/2023 Seção 1	Implementa a Política de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito do Ministérios de Portos e Aeroportos e define as diretrizes para realização de ações de desenvolvimento e concessão de afastamentos relacionados.
Portaria nº 397, de 30 de agosto de 2023	31/08/2023 Seção 1	Dispõe sobre o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos.
Portaria nº 398, de 30 de agosto de 2023	31/08/2023 Seção 1	Regulamenta o Programa de Incentivo Educacional – EducaMPOR, de que trata o art. 45, inciso III, da Portaria MPOR nº 390/2023, e dispõe sobre critérios e procedimentos para a concessão de incentivos educacionais destinados ao custeio de idioma estrangeiro, graduação e pós-graduação no âmbito das unidades organizacionais do Ministério de Portos e Aeroportos.



Gestão de licitações e contratos

A gestão de licitações abrange todo o processo licitatório envolvendo várias etapas, incluindo a identificação de oportunidades potenciais, avaliação de requisitos, preparação de documentos de licitação, avaliação de propostas, negociação de contratos e avaliação pós-contrato. O principal objetivo do gerenciamento de licitações é garantir aquisições/contratos que se alinhem com os objetivos estratégicos da organização e, ao mesmo tempo, garantir o melhor custo-benefício possível, dentro das normas vigentes. No exercício de 2023, o MPOR contou com o apoio do Ministério dos Transportes para a Gestão das Licitações.

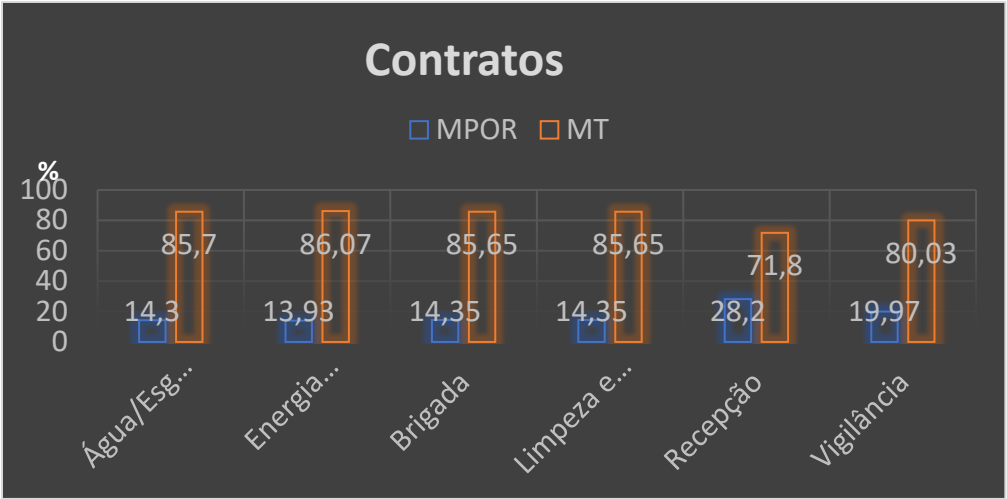
A gestão de contratos é o processo de gerenciamento de contratos, desde a sua criação até a execução. Engloba atividades relacionadas ao monitoramento das etapas da documentação, à padronização de termos, à organização dos documentos comprobatórios do cumprimento dos atos, à visualização panorâmica dos contratos da empresa e à minimização de riscos.

As contratações em 2023 das atividade meio e finalísticas, no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos (Ministério demandante) que objetivaram, de modo geral, garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e colaboradores, também foram realizadas em parceria com o Ministério dos Transportes (Ministério provedor), conforme Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 que disciplina o compartilhamento de atividades de administração patrimonial, de material, de gestão de pessoas, de serviços gerais, de orçamento e finanças, de contabilidade, de logística, de contratos, de tecnologia da informação, de planejamento governamental e gestão estratégica e de outras atividades de suporte administrativo realizadas por meio de arranjos colaborativos entre Ministérios ou modelos centralizados, e dispõe sobre medidas transitórias decorrentes da edição da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023.

Para os fins da Portaria supracitada, considera-se Ministério provedor, o responsável pela prestação de serviços administrativos a um ou a um grupo de Ministérios demandantes, e, demandante, o que recebe os serviços.

Fisicamente o MPOR ocupa o Bloco R da Esplanada dos Ministérios, onde também estão lotados o Ministério dos Transportes – MT e o Ministério das Comunicações MCOM.

Nesta senda, foram compartilhados 65 (sessenta e cinco) Contratos, os quais destacamos:

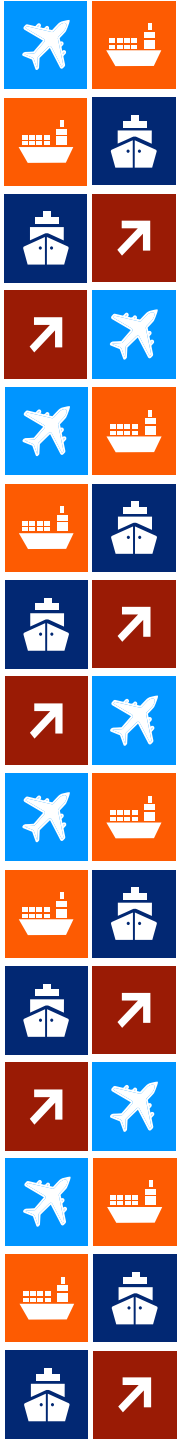


Desafios

O desafio para a área de Licitações e Contratos será a montagem da equipe de contratação, reforçando o quantitativo de servidores e colaboradores, dada a expectativa da demanda de atividades vindouras, e capacitação das equipes em decorrência da Nova Lei de Licitação nº 14.133/2021.

Conforme Decreto nº 11.837/2023, a partir de janeiro de 2024 a Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos – SSC/MGI passou a ser o órgão responsável pelo provimento de serviços de suporte administrativo ao MPOR. Todavia, com vistas a facilitar a interação entre órgão solicitante e prestador, o MPOR iniciou a estruturação da área de licitações e contratos para viabilizar a especificação das demandas com maior nível de qualidade, inclusive considerando contratações exclusivas, sensíveis e urgentes, evitando retrabalho e proporcionando maior celeridade.

A estruturação da área também é necessária para realizar a gestão dos contratos exclusivos do MPOR que estão previstos para serem iniciados no exercício 2024, para os quais não haverá suporte operacional de outros órgãos.



Gestão de logística e Infraestrutura Predial

O Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR) está instalado no Bloco R, no Edifício Sede e Edifício Anexo, da Esplanada dos Ministérios em Brasília, ocupando uma área de 7.960 m² entre áreas de expediente e áreas comuns.

Edifício Sede

5º andar - Hall de acesso Gabinete do Ministro



5º andar - Plenária do Gabinete do Ministro



2º andar - Secretaria Executiva (CGGA)

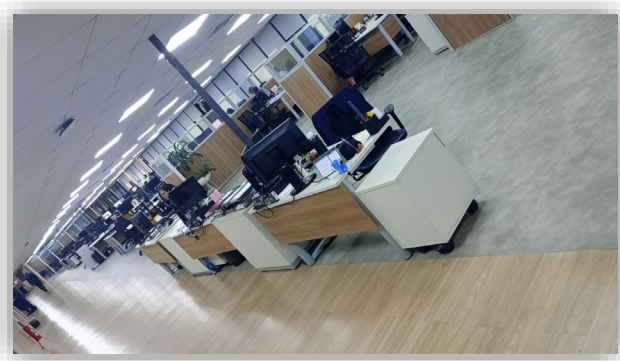


2º andar - Secretaria Executiva (CGGA)

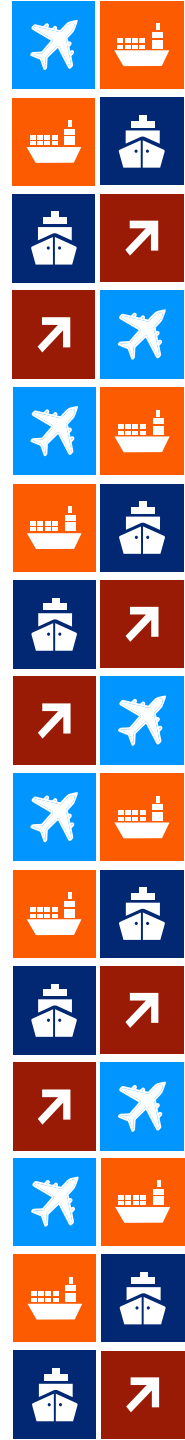
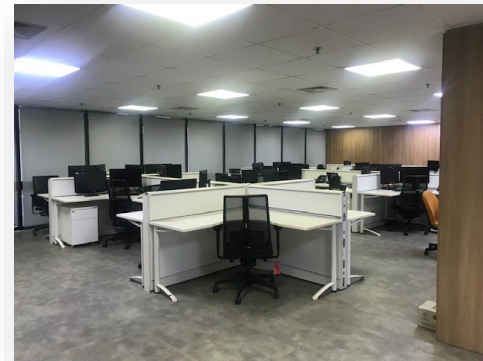
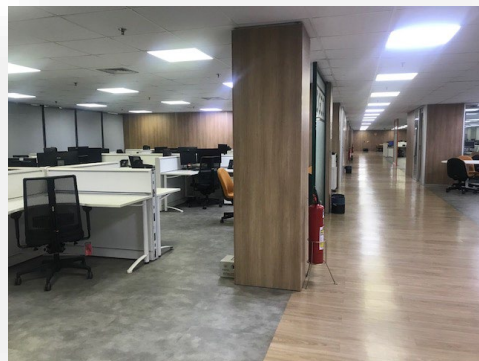


Edifício Anexo

1º andar oeste - Secretaria Nacional de Aviação Civil



1º andar leste - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

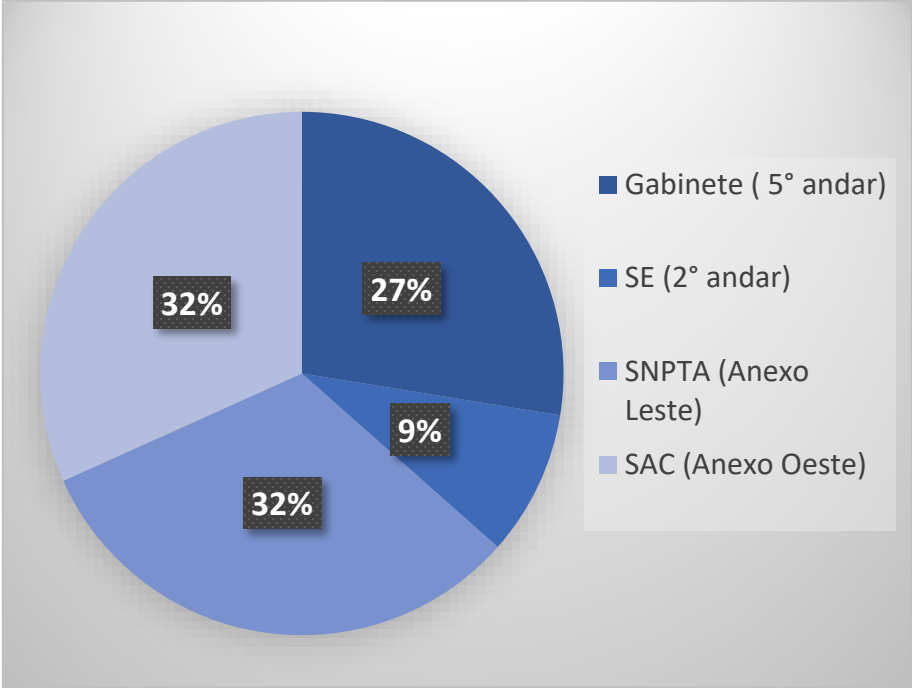


Áreas Ocupadas pelo MPOR nos Edifícios(Sede e Anexo do Bloco R)

Área de Expediente	Ed. Sede 5º andar	Ed. Sede 2º andar	Ed. Anexo 1º andar	Total
Área Ocupada MPOR	1.055 m²	344 m²	2.430 m²	3.829 m²
Área Total do Andar	1.055 m²	1.055 m²	2.430 m²	4.540 m²

Edifício	Área total de expediente	Área ocupada MPOR	Percentual MPOR
Sede	10.443 m²	1.399 m²	13,40 %
Anexo	11.902 m²	2.430 m²	20,42 %
TOTAL	22.345 m²	3.829 m²	17,14%

Ocupação por Unidade do MPOR



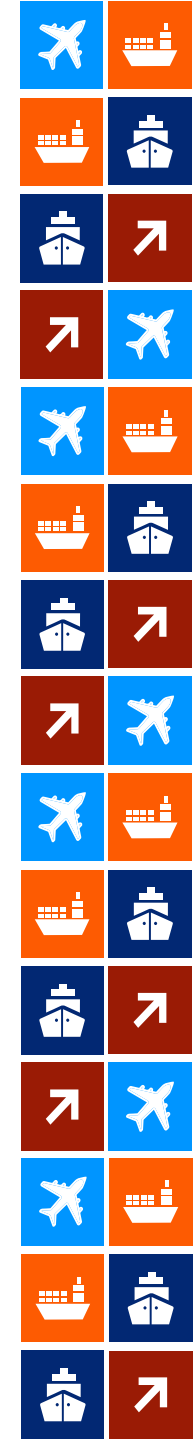
Reformas

Foram realizadas reformas nos ambientes do MPOR com intuito de otimizar a ocupação dos espaços e de melhorar a funcionalidade e os fluxos destes locais, bem como, para alocar o corpo de servidores e colaboradores lotados no ministério.

5º andar - Gabinete do Ministro durante a reforma



5º andar - Gabinete do Ministro durante a reforma



Infraestrutura Predial

A Gestão da Coordenação de Logística abrange os processos relacionados com a Unidade de Administração de Serviços – UASG (110805). Seu principal objetivo é garantir que os recursos e materiais necessários para as operações do Ministério sejam adquiridos, armazenados, distribuídos e utilizados de forma eficiente e eficaz, garantindo o funcionamento adequado das atividades e serviços prestados pelo Órgão. Isso inclui: planejamento da demanda, processamento de pedidos, controle dos contratos administrativos inerentes a Coordenação.

Foram realizadas 140 demandas de manutenção predial em vários ambientes dentre áreas comuns e áreas de expediente.

As solicitações são feitas através de e-mail e são concentradas na Central de Administração Predial.

A equipe COLOG acompanha prazos e execuções dos serviços cobrando agilidade e melhorias na qualidade dos espaços de trabalho e de uso comum para os usuários do edifício.

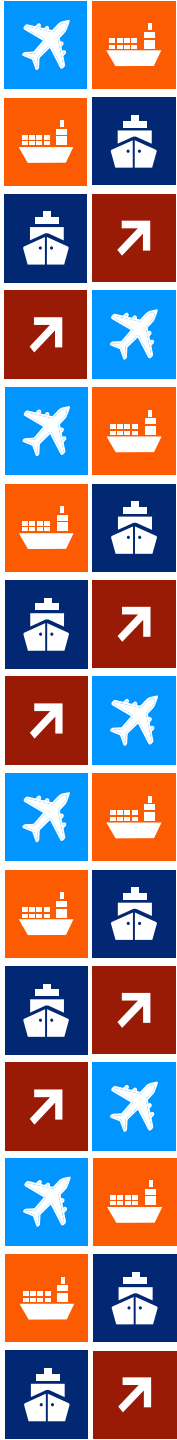
Contratações Logísticas

Em 2023, as contratações das atividades meio objetivaram, de modo geral, garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e colaboradores. Foram compartilhadas com o Ministério dos Transportes, que atuou como provedor, conforme Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023, a qual disciplina o compartilhamento de atividades de administração patrimonial, de material, de gestão de pessoas, de serviços gerais, de orçamento e finanças, de contabilidade, de logística, de contratos, de tecnologia da informação, de planejamento governamental e gestão estratégica e de outras atividades de suporte administrativo realizadas por meio de arranjos colaborativos entre Ministérios ou modelos centralizados.

Para os fins da Portaria supracitada, considera-se Ministério provedor, o Ministério responsável pela prestação de serviços administrativos a um ou a um grupo de Ministérios demandantes, e, Ministério demandante, o Ministério que recebe os serviços de um Ministério provedor.

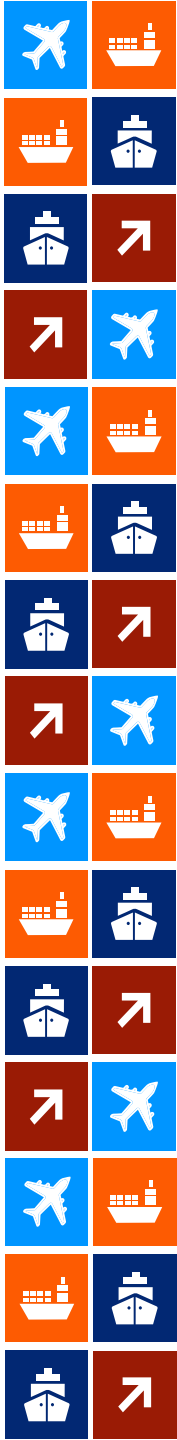
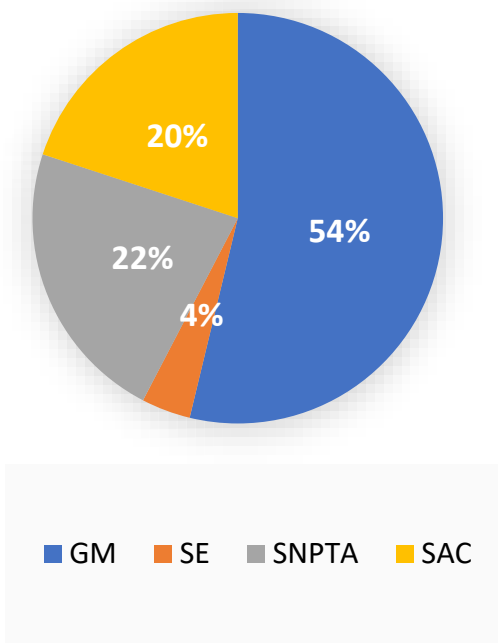
Não obstante, ressalta-se que o Ministério de Portos e Aeroportos, tem sua estrutura física compartilhada com o Ministério dos Transportes. Diante deste contexto, foram compartilhados os seguintes contratos:

Apoio Administrativo	Motorista
Secretariado	Tv por assinatura
Manutenção Predial	Telefonia
Recepção	Água/Esgoto
Segurança	Diárias e Passagens Aéreas
Copeiragem	TaxiGov
Limpeza	



Despesas com viagens de servidores

DIÁRIAS E PASSAGENS						
UNIDADE	VIAGENS NACIONAIS	VALORES (R\$)	VIAGENS INTERNAC.	VALORES (R\$)	VIAGENS TOTAIS	VALORES TOTAIS (R\$)
GM	246	775.736,14	18	495.223,61	264	1.270.959,75
SE	17	53.341,88	02	39.160,21	19	92.502,09
SNPTA	96	271.877,13	11	164.527,93	97	411.787,82
SAC	86	249.025,65	12	171.034,46	98	420.060,11
TOTAL	445	1.349.980,80	46	934.019,99	491	2.283.990,79



Gestão Patrimonial e Documental

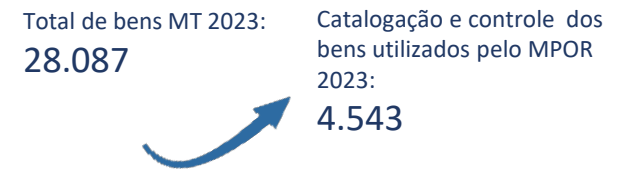
MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Gestão Patrimonial

No contexto da Gestão Patrimonial e Documental, as atividades do MPOR foram realizadas também em conjunto com o MT, conforme disposições da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023.

Os principais indicadores do tema podem ser observados a seguir:



Movimentações Patrimoniais	
Movimentações (internas, entre unidades da Pasta)	1.473

Material de consumo

O MPOR iniciou em junho de 2023 a utiliza a plataforma do Almoxarifado Virtual Nacional - AVN.

- Saldo disponibilizado pelo MT: 30.000,00
- Saldo utilizado pelo MPOR: 20.835,70
- Saldo devolvido ao MT ao final do exercício: 9.164,00

Implantação do SIADS

O MPOR iniciou as tratativas para a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS. Previsão de implantação para o segundo semestre de 2024.

Reversão de imóveis à SPU

Foram iniciadas as tratativas para reversão de dois andares utilizados pelo Fundo da Marinha Mercante - FMM no Ed. Índico na Avenida Rio Branco, nº 103 Centro, Rio de Janeiro – RJ.

Em 2023 foi iniciado o processo para reversão e incorporação dos bens após encerramento do Convênio de Delegação nº 03/2014 – Porto Fluvial de Estrela/RS.

- Total de bens a incorporar: 894.

Doação de bens

- Realização de inventário e estudos para viabilizar a doação de 478 bens à Prefeitura de Estrela/RS a ser realizada em 2024. (bens referentes ao Convênio de Delegação nº 03/2014).

Imagens do Porto de Estrela/RS



O Ministério de Portos e Aeroportos iniciou o processo de gestão documental em janeiro de 2023.

- Criação do Número Único de Processo NUP MPOR – 50020;
- Criação do NUP da Ouvidoria 55001;
- Instituição da Comissão Permanentes de Avaliação de Documentos – CPAD;
- Desmobilização dos arquivos da SAC – ala leste/anexo;
- Preparação de Lista de Eliminação de Documentos – LED do Fundo da Marinha Mercante – FMM, totalizando 37.000 unidades de processos.
- Levantamento de Situação Arquivística – LSA em conjunto com o Arquivo Nacional e o Ministério da Integração e Gestão – MGI;
- Encaminhado de 680 caixas box para o Arquivo Central, oriundos da Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC;

Sistema Eletrônico de Informações - SEI

- 1.495 permissões no SEI;
- 24 processos - Conecta TCU
- 122 unidades criadas no SEI



Gestão de tecnologia da Informação

Durante o ano de 2023, os serviços de Tecnologia da Informação foram providos pelo Ministério dos Transportes - MT, na condição de ministério provedor estabelecido pela Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023. Nesse sentido, os contratos e ativos de TI do MT tiveram sua utilização compartilhada com esta Pasta, e apenas entregas pontuais exclusivas ao MPOR foram realizadas pela Subsecretaria de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação – SGETI/MT.

Governança de TI

O modelo de Governança de TIC no MPOR está em fase construção, tendo como referência o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação – CGDSI, instituído pela Portaria nº 1.633/2022 do então Ministério da Infraestrutura.

A estrutura de governança desejada permitirá a construção coletiva das políticas e diretrizes ministeriais relativas à TIC. Dentre os instrumentos a serem geridos destaca-se o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC MPOR 2023/2026 (em implantação), sendo o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos da Tecnologia da Informação em harmonia com as necessidades das áreas administrativas e finalísticas do MPOR.

Mapa da Governança de TI



Ouvidoria

MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



RESULTADOS DA OUVIDORIA DO MPOR 2023

Atendimentos Realizados



995 Manifestações de Ouvidoria (Fala.Br) - tempo médio para registro de resposta 8,76 dias.

740 e-mails

TOTAL 1.735

Denúncias



681 Denúncias

* Dentre as denúncias e manifestações registradas para o período, com o assunto classificado como Denúncia Crime, estas tratam do golpe praticado em redes sociais envolvendo o Programa Voa Brasil.



48 Comunicações

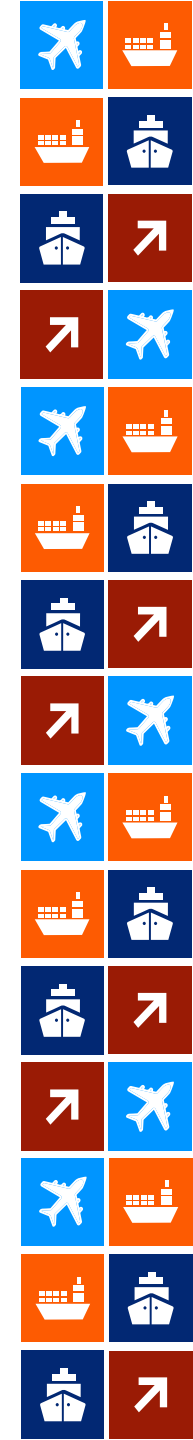
* Todas as comunicações de irregularidades recebidas, envolviam Companhias de Docas vinculadas.

Manifestações de Ouvidoria

MPOR - Ministério de Portos e Aeroportos



Fonte: Painel Resolveu CGU consulta de 1º/01/2023 a 31/12/2023.



RESULTADOS DA OUVIDORIA DO MPOR 2023

Pedidos de Acesso à Informação



189 pedidos de Acesso à Informação

14 Recursos de LAI

13 Recursos em 1ª instância – Secretarias

1 Recurso em 2ª instância – Gabinete do Ministro

TOTAL DE RECURSOS

14

1ª INSTÂNCIA

92,9 %

13

CHEFE HIERÁRQUICO

2ª INSTÂNCIA

7,1 %

1

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO

3ª INSTÂNCIA

0,0 %

0

CGU

4ª INSTÂNCIA

0,0 %

0

CMR/

MPOR - Ministério de Portos e Aeroportos

CATEGORIA DO ÓRGÃO: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

VISÃO GERAL

PEDIDOS RECEBIDOS

189

RANKING

138° / 310

TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA

22,24

Tempo médio de resposta aos pedidos de

informação de acesso à informação

RANKING

300° / 319

Selecione um órgão para ver o

posicionamento dele.

STATUS DOS PEDIDOS

RESPONDIDO

100.000%

EM TRAMITAÇÃO

0.000%

OMISSÕES

0.000%

Acesso à Informação

TIPO DE RESPOSTA AOS PEDIDOS



SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

Todos

TOTAL DE RESPOSTAS: 7

A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?



A resposta fornecida foi de fácil compreensão?



Fonte: Painel da LAI - CGU consulta de 1º/01/2023 a 31/12/2023.



Ministério de Portos e Aeroportos

MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO